



Governo do Distrito Federal
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

| | |
|--|--|
| DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL | |
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026 | |
| Regido pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto nº 44.330/2023, pela Lei Distrital nº 4.770/2012, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 73/2022, e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos. | |
| OBJETO | Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio compreendendo a disponibilização de profissionais para as atividades de secretária executiva, técnico em secretariado, recepcionista, almoxarife, carregador e supervisor, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF. |
| SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME | |
| INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: | Às 9h horas do dia 10/06/2026 (horário de Brasília/DF). |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: | www.gov.br/compras |
| PROCESSO: | 00055-00002669/2026-66 |
| ESTIMATIVA: | R\$ 27.956.511,72 (vinte e sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e onze reais e setenta e dois centavos). |
| TIPO: | MENOR PREÇO / GLOBAL |
| MODO DE DISPUTA: | ABERTO E FECHADO |
| CRITÉRIO DE JULGAMENTO: | MENOR PREÇO |
| UASG: | 926142 |
| PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS | NÃO |
| LEGISLAÇÃO APLICÁVEL | <ul style="list-style-type: none">- Lei nº 14.133/2021;- Lei nº 5.061/2013 - proibição de mão de obra infantil;- Lei nº 5.448/2015 - proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher;- Lei nº 6.128/2018 - reserva de vagas para pessoas em situação de rua;- Lei Distrital nº 4.770/2012 - Sustentabilidade nas licitações do DF;- Decreto nº 44.330/2023 - Recepciona a Lei nº 14.133/2021; e- Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. |
| | ENDEREÇO: SEPS 713/913 , Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135. EMAIL: licitacao@detran.df.gov.br |
| PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES | Até às 23h59 do dia 05/06/2026 |

OBSERVAÇÃO: O Edital estará disponível gratuitamente no site www.detran.df.gov.br (clicar em “*Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico*”) e no endereço eletrônico www.gov.br/compras. Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no site www.gov.br/compras, não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran-DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido site. Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília-DF.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DETRAN pelo endereço www.gov.br/compras, selecionando no menu: **Acesso à informação > Consulta Detalhada > (Pregões) Em Andamento > Cód. UASG (926142)**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – **Detran/DF**, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluída da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto nº 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela Portaria nº 273, publicada na p. 41 do DODF nº 198, de 16/10/2025, **torna público**, para conhecimento dos interessados, que, às **09h do dia 10/06/2026 (horário de Brasília)**, realizará sessão pública de abertura de licitação, modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO, global**, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#) e do [Decreto nº 44.330/2023](#), bem como das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de referência.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio compreendendo a disponibilização de profissionais para as atividades de secretária executiva, técnico em secretariado, recepcionista, almoxarife, carregador e supervisor, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF.

1.2. A licitação será dividida em grupo único de acordo com a tabela do item 1.1 do Termo de Referência (Anexo A do Edital):

| CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | | | | | | |
|-------------------------------|--------|-----|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Posto | CATSER | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
| Secretária Executiva | 16578 | 10 | R\$ 15.560,39 | R\$ 155.603,90 | R\$ 1.867.246,80 | R\$ 5.601.740,40 |
| Técnico em Secretariado | 16578 | 41 | R\$ 9.365,87 | R\$ 384.000,67 | R\$ 4.608.008,04 | R\$ 13.824.024,12 |
| Recepcionista | 8729 | 23 | R\$ 8.242,96 | R\$ 189.588,08 | R\$ 2.275.056,96 | R\$ 6.825.170,88 |
| Almoxarife | 14907 | 2 | R\$ 7.985,49 | R\$ 15.970,98 | R\$ 191.651,76 | R\$ 574.955,28 |
| Carregador | 14389 | 2 | R\$ 6.168,63 | R\$ 12.337,26 | R\$ 148.047,12 | R\$ 444.141,36 |
| Supervisor | 25623 | 2 | R\$ 9.534,44 | R\$ 19.068,88 | R\$ 228.826,56 | R\$ 686.479,68 |
| TOTAL | | 80 | | R\$ 776.569,77 | R\$ 9.318.837,24 | R\$ 27.956.511,72 |

1.3. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasGov* e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO

CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital nº 4.611, de 2011.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 22, § 1º, da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no item 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no item 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, nos termos da Lei Distrital nº 4.611/2011.

2.10. Durante a realização da sessão pública, não haverá item preferencial para ME/EPP.

2.11. Não poderão disputar esta licitação:

2.11.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.11.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.11.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.11.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de licitar e contratar com o Distrito Federal, em decorrência de sanção que lhe foi imposta (Parecer nº 160/2019 - PGDF);

2.11.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.11.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.11.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.11.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.11.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.11.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.11.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme o § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11.12. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.11.13. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

2.11.14. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

2.11.15. Empresas que se encontrem sob falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no país;

2.11.15.1. Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial poderão participar de licitações públicas, desde que com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente e que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

2.11.16. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.11.17. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Pareceres nº 314/2016 e nº 82/2016 PRCON/PGDF);

2.11.18. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016):

2.11.18.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo (a) Decreto nº 37.843/2016);

2.11.18.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).

2.11.19. A vedação de que trata o item 2.12.18. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres

2.11.20. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 32.751/2011).

2.11.21. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

2.11.22. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).

2.11.23. Não poderão participar, para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.

2.12. O impedimento de que trata o item 2.11.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.11.2 e 2.11.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.15. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.16. O disposto nos itens 2.11.2 e 2.11.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.17. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.18. A vedação de que trata o item 2.11.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.

- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados, para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 4.1.2. Marca (quando for o caso);
- 4.1.3. Fabricante de cada item ofertado (quando for o caso);
- 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 1º, inc. XV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário

indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. **O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor global do item.**

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Será adotado para o envio de lances do pregão o **modo de disputa “aberto e fechado”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública **terá duração inicial de quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo **de até dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços **até 10% (dez por cento)** superiores àquela possam **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em **até cinco minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa, ora adotado, aberto/fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.20.2.2. empresas brasileiras;
- 5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.
- 5.20.7.1. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 01 (uma) hora**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período.
- 5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificada em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) **SICAF**;
- b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);**
- c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);**
- d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e**
- e) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).**
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e **também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, conforme consta neste Edital (não se aplica).
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.6.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou compensação de valores entre os itens que resulte em aumento dos valores dos itens que estão dentro do melhor valor.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. O licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida a seguinte documentação:

7.2.1. Garantia de Proposta

7.2.1.1. A licitante deverá comprovar o recolhimento de quantia a título de garantia da proposta, conforme estabelece o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

§ 1º A garantia de proposta não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação.

§ 2º A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

§ 3º Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

§ 4º A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizados pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; e

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

7.2.1.2. A exigência de garantia de 1% na apresentação das propostas, conforme o artigo 58 da Lei n.º 14.133/2021, é fundamental para equilibrar a proteção da administração pública e a acessibilidade dos licitantes, especialmente micro e pequenas empresas.

Esse percentual moderado favorece a participação ampla no processo licitatório, promovendo um ambiente competitivo.

7.2.1.3. A garantia demonstra o comprometimento do licitante com suas obrigações contratuais, servindo como compensação em caso de desistências ou inadimplência, o que ajuda a garantir a continuidade dos serviços e a execução de obras. Além disso, um percentual mais baixo não onera excessivamente os concorrentes, incentivando uma maior quantidade de propostas e resultando em melhores condições de contratação.

7.2.1.4. Essa medida está alinhada aos princípios de eficiência e economicidade, reduzindo riscos de inadimplemento e custos associados. Também reflete práticas comuns em diversos setores do mercado, promovendo um ambiente saudável de competição. Em resumo, a garantia de 1% atende a múltiplos objetivos, assegurando proteção, inclusão e eficiência nas contratações públicas.

7.2.2. Qualificação Técnica

I - Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços de terceirização compatíveis com objeto desta contratação, com no mínimo, 50% dos postos de trabalho, pelo período mínimo de 36 meses, ou seja, 3 anos, bem como exigências requeridas no Termo de Referência.

7.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Item 14.9 do Termo de Referência)

I - Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por

II - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011.

III - Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

IV - Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

V - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

VII - Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

VIII - Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

IX - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

X - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

XI - **Todas as empresas licitantes (ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal)** deverão apresentar certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida no *site* www.fazenda.df.gov.br;

XII - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

XIII - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz; e

XIV - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.4.

Qualificação Econômico-Financeira (Item 14.10 do Termo de Referência)

I - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

| | |
|------|---|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| | Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |
| SG = | Ativo Total |
| | Passivo Circulante + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |
| LC = | Ativo Circulante |
| | Passivo Circulante |

d) Os licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

III - Demais certidões e declarações constantes no item 14.10 do Termo de Referência (anexo A deste Edital).

7.5.

Habilitação Jurídica (Item 14.8 do Termo de Referência)

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

- c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade do licitante, visando comprovar a adequação da finalidade do licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/21, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.
- h) Demais certidões e declarações constantes no item 14.8 do Termo de Referência (anexo A deste Edital).

7.6. Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:

- I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.
- II - Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.
- IV - Declaração de acessibilidade, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
- V - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.7. Declarações enviadas juntamente com a documentação de habilitação:

- 7.7.1. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 39.860/2019 (Modelo 1 do Anexo V do Termo de Referência);**
- 7.7.2. **Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (Modelo 2 do Anexo V do Termo de Referência);**
- 7.7.3. **Declaração para os fins de atender à Lei nº 13.709/2018 (Modelo 3 do Anexo V do Termo de Referência);**
- 7.7.4. **Declaração para atendimento ao disposto no art. 429 da CLT (Modelo 4 do Anexo V do Termo de Referência);**
- 7.7.5. **Declaração para atendimento ao disposto no inc. VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021 (Modelo 5 do Anexo V do Termo de Referência);**
- 7.7.6. **Declaração de Relação de Compromissos (Modelo 1 do Anexo VI do Termo de Referência); e**
- 7.7.7. **Declaração de ciência e termo de responsabilidade (Modelo 1 do Anexo B do Edital).**
- 7.7.8. Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e que se refiram ao local do domicílio ou sede do interessado.

- 7.8.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.9. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.10. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.11. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.12. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

- 7.12.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.13. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (não aplicável).

7.14. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.15. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.16. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.17.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.18. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.18.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.19. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.19.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.19.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.20. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.20.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.21. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.18.1.

7.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados somente na forma digital, no sistema SEI.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra.
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido no Termo de Referência, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legais em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final

da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

10.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, a implementação do Programa de Integridade em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal em todas as esferas de poder. O adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, terá o prazo de 10 dias para implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

10.1.1. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

10.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

10.1.2.1. Multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

10.1.2.1.1. O não cumprimento da obrigação implicará:

10.1.2.1.2. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

10.1.2.1.3. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

10.1.2.1.4. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

10.2. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

10.3. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.1.1. As impugnações e pedidos de esclarecimento **enviados após às 23h59 do último dia útil de prazo serão considerados intempestivos.**

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.2.1. Em caso de impossibilidade de inserção no Comprasnet devido ao limite de caracteres ou outra limitação, a impugnação, pedido de esclarecimentos ou respostas serão disponibilizados em sua íntegra no site do Detran-DF (www.detran.df.gov.br/licitacoes), no *link* do respectivo pregão eletrônico, antes da abertura da sessão, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

11.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro, **até o terceiro dia útil anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail licitacao@detran.df.gov.br, em **arquivo editável ou em texto no corpo do e-mail**, a fim de possibilitar a disponibilização do conteúdo no sistema Comprasnet.

11.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

11.5.1. Na hipótese de a impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste Edital.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1. Após a habilitação do licitante vencedor, o pregoeiro, por meio do *chat*, solicitará aos licitantes interessados em integrar o cadastro reserva a manifestarem concordância em fornecer o objeto pelo mesmo valor proposto pelo adjudicatário.

12.2. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.2.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.2.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.3.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; ou

12.4.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 205 e 206 do Decreto nº 44.330/23.

12.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Edital, poderá:

12.5.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.5.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. O Detran/DF poderá revogar este Pregão por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.10. A anulação do pregão induz à do contrato.

13.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

13.12. É terminantemente proibida a utilização de mão de obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital nº 5.061, de 2013.

13.13. O licitante vencedor fica obrigado a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

13.14. O licitante vencedor fica obrigado a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.

13.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 46.174/2024.

13.16. As empresas vencedoras de processos licitatórios, como condição para assinatura de contrato, deverão comprovar ou assumir o compromisso de adotar mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres com o mesmo cargo, atribuições e tempo de serviço, e com grau de instrução igual ou equivalente, de acordo com a Lei nº 6.679, de 24 de setembro de 2020.

13.17. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.

13.17.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

13.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

13.19. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.

13.20. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico www.compras.gov.br/compras, bem como no site oficial do Detran/DF (www.detrان.df.gov.br/licitações).

13.21. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema ComprasGov e no Termo de Referência, prevalecerá este último.**

13.22. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos no sítio www.compras.gov.br/compras.

13.23. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.

13.24. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60

- (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.
- 13.25. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.
- 13.26. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e documentos de habilitação poderão ser encaminhados via *e-mail*: licitacao@detran.df.gov.br, devendo, nesse caso, ser disponibilizada em sua íntegra no *site* oficial do Detran/DF.
- 13.27. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.
- 13.28. A garantia contratual encontra-se prevista no item 9 do Termo de Referência.
- 13.29. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 13.30. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.30.1. ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA.
- 13.30.1.1. Anexo I - Planilha de Custos Vale-Alimentação e Vale-Transporte;
- 13.30.1.2. Anexo II - Uniformes e EPIs;
- 13.30.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;
- 13.30.1.4. Anexo IV - Instrumento de Medição de Resultado;
- 13.30.1.5. Anexo V - Modelos de Declarações; e
- 13.30.1.6. Anexo VI - Modelo de Declaração de Relação de Compromissos
- 13.30.2. ANEXO B - MODELO DE DECLARAÇÃO
- 13.30.3. ANEXO C - TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL.
- 13.30.4. ANEXO D - MINUTA DO CONTRATO.
- 13.30.5. ANEXO E - PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
- 13.31. **O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(s) do certame deverá(ão) promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF (gerdoc@detran.df.gov.br), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.**

Brasília/DF, 22 de maio de 2026.

ANEXO A (do Edital)
TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência n.º 9/2026 - DETRAN/DG/DIRAG/GERAD/NUSEG

TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas unidades administrativas e de atendimento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

| CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | | | | | | |
|-------------------------------|--------|-----|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Posto | CATSER | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
| Secretária Executiva | 16578 | 10 | R\$ 15.560,39 | R\$ 155.603,90 | R\$ 1.867.246,80 | R\$ 5.601.740,40 |
| Técnico em Secretariado | 16578 | 41 | R\$ 9.365,87 | R\$ 384.000,67 | R\$ 4.608.008,04 | R\$ 13.824.024,12 |
| Recepcionista | 8729 | 23 | R\$ 8.242,96 | R\$ 189.588,08 | R\$ 2.275.056,96 | R\$ 6.825.170,88 |
| Almoxarife | 14907 | 2 | R\$ 7.985,49 | R\$ 15.970,98 | R\$ 191.651,76 | R\$ 574.955,28 |

| | | | | | | |
|--------------|-------|-----------|--------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|
| Carregador | 14389 | 2 | R\$ 6.168,63 | R\$ 12.337,26 | R\$ 148.047,12 | R\$ 444.141,36 |
| Supervisor | 25623 | 2 | R\$ 9.534,44 | R\$ 19.068,88 | R\$ 228.826,56 | R\$ 686.479,68 |
| TOTAL | | 80 | | R\$ 776.569,77 | R\$ 9.318.837,24 | R\$ 27.956.511,72 |

1.2. A contratação compreende a disponibilização, gestão, supervisão e alocação de profissionais terceirizados, devidamente qualificados, para o desempenho de atividades de apoio administrativo, operacional e de atendimento ao público, sem subordinação direta à Administração, observada a autonomia gerencial da empresa contratada, nos termos da legislação vigente.

1.3. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, assegurando-se a regularidade, a eficiência e a qualidade das atividades de apoio às áreas administrativas e operacionais do DETRAN-DF, bem como a adequada cobertura das unidades localizadas em diferentes endereços e regiões do Distrito Federal.

1.4. A presente contratação não envolve a execução de atividades típicas de Estado, nem atribuições privativas de cargos públicos, tais como exercício de poder de polícia administrativa, tomada de decisão administrativa, emissão de atos administrativos, análise técnica conclusiva ou qualquer outra função exclusiva de servidor público, restringindo-se às atividades de natureza auxiliar e de apoio.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que demonstrada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção do ajuste e o atendimento ao interesse público.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação encontra amparo no ordenamento jurídico vigente aplicável às contratações públicas, especialmente à contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, observando normas federais, distritais e orientações jurídicas referenciais aplicáveis ao âmbito do Distrito Federal. Constituem fundamentos legais e normativos da presente contratação, entre outros:

2.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023, que disciplinam o planejamento, a contratação, a execução, a gestão e a fiscalização de contratos administrativos;

2.1.2. Lei Distrital nº 7.708/2025 e Decreto Distrital nº 39.978/2019, no que couber, aplicáveis à execução indireta de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Distrito Federal;

2.1.3. Instruções Normativas SEGES nº 58/2022 e nº 05/2017, com alterações da IN nº 07/2018, utilizadas como referência técnica supletiva;

2.1.4. Pareceres Referenciais da PGDF, notadamente o Parecer SEI-GDF nº 022/2021 e o Parecer nº 44/2023 – PGCONS;

2.1.5. Manual de Preenchimento de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ), adotado como referência técnica para a estruturação da planilha de custos da contratação.

2.2. O presente Termo de Referência observa de forma integrada as diretrizes dos normativos acima citados, assegurando conformidade jurídica, mitigação de riscos trabalhistas e contratuais e alinhamento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

2.3. Demais normas legais e regulamentares aplicáveis e o que mais for exigido neste documento.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Necessidade da Contratação.

3.1.1. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (196000077), o DETRAN-DF não dispõe, em seu quadro próprio de servidores, de cargos destinados à execução de atividades de apoio administrativo nas áreas de secretariado executivo, técnico em secretariado, supervisão, recepção, almoxarifado e carregador.

3.1.2. Dessa forma, a contratação visa atender às necessidades permanentes das unidades administrativas e de atendimento do DETRAN-DF nessas áreas, especialmente em atividades operacionais e de apoio que, na ausência de postos específicos, acabam sendo exercidas de forma improvisada por colaboradores de outros contratos, como os de limpeza e vigilância, ou mesmo por servidores efetivos.

3.1.3. Para a consecução desses objetivos, mostra-se necessária a contratação indireta do conjunto de serviços, uma vez que tais atividades se inserem no âmbito da área meio, prestando suporte às unidades demandantes e permitindo que estas desempenhem suas atribuições institucionais com maior eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão. Destaca-se, nesse contexto, o serviço de recepção, que desempenha papel essencial na melhoria e humanização do atendimento, por representar o primeiro contato do usuário com a Autarquia, garantindo acolhimento adequado, orientação e direcionamento corretos.

3.1.4. Ressalte-se, ainda, que o DETRAN-DF não possui servidores suficientes ou com atribuições compatíveis para atender às atividades objeto da contratação, de modo que a terceirização desses serviços contribuirá para uma melhor distribuição da força de trabalho atualmente existente, permitindo que servidores hoje alocados em funções de apoio possam ser direcionados às atividades finalísticas e estratégicas, especialmente aquelas voltadas ao atendimento direto ao cidadão.

3.2. Razões de Direito.

3.2.1. A presente contratação encontra amparo nos termos previstos na Instrução de Serviços nº 1272025, bem como na autorização formal constante do Documento de Formalização de Demanda – DFD (192057803)

3.2.2. Nos termos do referido normativo, os processos de licitação e contratação compreendem as fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão do contrato, sendo obrigatória, na fase de planejamento, a formalização da necessidade, a análise de riscos e a elaboração dos artefatos técnicos, dentre os quais o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

3.2.3. Além disso, o normativo atribui aos gestores e fiscais de contrato a responsabilidade pela adequada execução contratual, fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como pelo acompanhamento de eventuais prorrogações, repactuações, reequilíbrio econômico-financeiro e demais atos inerentes à gestão contratual, reforçando a necessidade de estruturação adequada da contratação desde a fase de planejamento.

3.3. Razões de fato.

3.3.1. O Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional e ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade, necessita da contratação de serviços de apoio administrativo para dar suporte às suas unidades administrativas e operacionais.

3.3.2. Atualmente, a inexistência desses serviços na estrutura organizacional do órgão gera a necessidade de realocação de servidores e de outros terceirizados para o desempenho de atividades como recepção, logística de apoio e assessoramento administrativo às Diretorias e Gerências, o que compromete, em determinados contextos, o atendimento direto ao cidadão e a eficiência das atividades finalísticas.

3.3.3. Nesse cenário, a contratação pretendida alinha-se às diretrizes estratégicas do DETRAN-DF, que vem desenvolvendo ações voltadas à excelência na prestação de serviços públicos, fundamentadas nos princípios da inovação, humanização e educação. Tais princípios orientam o alcance das metas estabelecidas no Mapa Estratégico 2024–2030, especialmente no que se refere à oferta de serviços mais eficientes, acessíveis e humanizados à população.

3.4. Justificava da escolha.

3.4.1. A descrição dos cargos integrantes do quadro de servidores do DETRAN-DF não contempla atribuições relacionadas às atividades de apoio administrativo objeto desta contratação, inexistindo, portanto, previsão legal ou estrutural para o suprimento dessas demandas por meio de concurso público.

3.4.2. Os cargos existentes na estrutura organizacional da Autarquia possuem atribuições específicas, muitas delas privativas das carreiras do DETRAN-DF, sendo incompatíveis com as atividades pretendidas, que se caracterizam como serviços auxiliares e de suporte administrativo.

3.4.3. Dessa forma, não se mostra viável a execução direta dos serviços pelo órgão, seja em razão da ausência de cargos compatíveis, seja pelo quantitativo reduzido de servidores disponíveis. Tampouco há possibilidade de criação ou provimento de cargos públicos para esse fim no curto ou médio prazo.

3.4.4. Assim, a solução técnica e economicamente mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas áreas de secretariado executivo, técnico em secretariado, supervisão, recepção, almoxarifado e carregador, a fim de atender às necessidades do DETRAN-DF em suas diversas unidades.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. Prestação de serviços terceirizados de apoio especializado nas áreas apoio administrativo nas áreas de secretário executivo, técnico em secretariado, supervisor, recepcionista, almoxarife e carregador.

4.2. Quantitativo e distribuição dos postos:

| POSTO | CBO | QUANTIDADE | DISTRIBUIÇÃO |
|-------------------------|---------|------------|---|
| SECRETÁRIA EXECUTIVA | 2523-05 | 10 | DIREÇÃO GERAL (1), DIREÇÃO GERAL ADJUNTA (1)e DIRETORIAS (8) |
| TÉCNICO EM SECRETARIADO | 3515-05 | 41 | CORREGEDORIA (1), PROJUR (1), UCI (1), OUVIDORIA (1), ASCOM (1), COORDENAÇÕES (8), GERÊNCIAS (27) E ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (1) |
| RECEPCIONISTA | 4221-05 | 23 | UNIDADES DE ATENDIMENTO CGATE: BRAZLÂNDIA (2), GAMA (3), PARANOÁ (2), PLANALTINA (2), RECANTO DAS EMAS (2), SOBRADINHO (2), TAGUATINGA (5), AEROPORTO (2) DETRAN SEDE (3) |

| | | | |
|------------|---------|----|-------|
| ALMOXARIFE | 4141-05 | 2 | NUMAT |
| CARREGADOR | 7832-20 | 2 | NUSEG |
| SUPERVISOR | 4101-05 | 2 | NUSEG |
| - | - | 80 | - |

4.3. **Natureza da contratação**

4.3.1. Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, não superiores ao necessário para o atendimento das finalidades a que se destinam, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 73 e 77 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

4.3.2. Tratam-se de serviços continuados, tendo em vista que atendem a necessidades permanentes da Administração e são essenciais à manutenção das atividades administrativas do DETRAN-DF, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.3.3. Registra-se, ainda, que o objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do art. 74, inciso I, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

4.3.4. As atividades a serem exercidas pelos profissionais terceirizados caracterizam-se como atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais do órgão, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, não havendo sobreposição com atribuições típicas de cargos públicos.

4.4. **Local de prestação dos serviços:**

4.4.1. Os serviços serão prestados, dentre outros locais, nas seguintes unidades do DETRAN-DF:

4.4.1.1. EDIFÍCIO SEDE (Nova Sede) – SEPS 713/913 BLOCO D – Bairro ASA SUL – CEP 70390-135.

4.4.1.2. DEPÓSITO DE VEÍCULOS NA ASA NORTE (DVA I) - SAM Bloco T - Asa Norte.

4.4.1.3. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN II – TAGUATINGA - QNL AE 04 - Taguatinga Norte/DF.

4.4.1.4. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN IV – PARANOÁ - Q-04 Conj. B Lote 03/04 - Paranoá/DF.

4.4.1.5. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN V GAMA - Avenida do Contorno, Lote 03 – Gama.

4.4.1.6. GERTRAN VI – SOBRADINHO - Q-14 Lotes 29/30 - Sobradinho/DF.

4.4.1.7. NUTRAN II – PLANALTINA - Av. W/2 Lote 01 Setor Administrativo - Planaltina/DF.

4.4.1.8. NUTRAN IV - RECANTO DAS EMAS - Av. Recanto das Emas.

4.4.1.9. NUTRAN III - BRAZLÂNDIA - Área Especial 1 sul lote 02/05 – Brazlândia/DF.

4.4.1.10. NUTRAN I - Aeroporto de Brasília.

4.5. **Da jornada e das circunstâncias especiais de trabalho:**

4.5.1. A jornada de trabalho dos profissionais alocados para execução dos serviços objeto desta contratação será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, observada a legislação aplicável e as necessidades operacionais das unidades do DETRAN-DF.

4.5.2. Essa redução da jornada, sem prejuízo da remuneração, encontra respaldo na Lei Distrital nº 7.708, de 9 de junho de 2025, que dispõe sobre garantias trabalhistas a serem observadas na execução de contratos administrativos no âmbito público distrital. Nos termos do seu art. 5º, é facultado aos contratos de prestação contínua de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra a redução da carga semanal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador, como medida de proteção e melhoria das condições de trabalho dos terceirizados.

4.5.3. Por se tratar de postos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa contratada deverá observar rigorosamente que os profissionais alocados no âmbito deste contrato não poderão ser redistribuídos para outras atividades ou locais de trabalho distintos daqueles previstos para a execução do objeto, nem ter sua jornada distribuída em serviços de terceiros, sob pena de infringir a natureza da dedicação exclusiva pactuada e comprometer a execução contratual.

4.5.4. A adoção da jornada semanal de 40 (quarenta) horas, sem prejuízo da remuneração, não implicará a transferência dos trabalhadores para outras atividades ou contratos alheios ao escopo desta contratação, preservando os direitos assegurados pela legislação distrital e pelas convenções coletivas aplicáveis. O controle da jornada e do local de prestação dos serviços, bem como a substituição de profissionais em casos de faltas ou afastamentos, será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, de modo a garantir a continuidade dos serviços, observados os intervalos intrajornada, as condições de repouso e as normas de saúde e segurança do trabalho previstas na CLT e na legislação vigente.

4.5.5. Será concedido o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para todos os postos, nos termos do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

4.5.6. O excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, nos termos da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

4.5.7. A CONTRATADA, a seu critério e expensas, poderá instalar ponto eletrônico para supervisionar a frequência de seus profissionais nos seus postos de trabalho.

4.5.8. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

4.6. Descrição das atividades, requisitos e competências dos postos de trabalho:

4.6.1. A presente contratação compreende a alocação de profissionais terceirizados para a execução de atividades de apoio administrativo, observadas as atribuições específicas de cada posto, os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação profissional, experiência e habilidades compatíveis com as funções a serem desempenhadas.

4.6.2. A descrição da solução como um todo, considerada de forma integrada e sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 10/2026, que fundamenta técnica e economicamente a presente contratação, cabendo a este Termo de Referência disciplinar, de forma objetiva e operacional, as exigências necessárias à adequada execução dos serviços.

4.6.3. As atividades a seguir descritas possuem caráter material, acessório, instrumental ou complementar, não se confundindo com atribuições típicas de Estado ou privativas de cargos públicos, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.4. Secretário Executivo

4.6.4.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "SECRETÁRIO EXECUTIVO", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com curso superior concluído em Secretariado Executivo, conforme estabelecido na Lei nº 7.377/1985. Para este posto será exigido também do profissional alocado conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico) e domínio da língua portuguesa, com boa redação e fluência verbal;

4.6.4.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Secretário Executivo o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.4.2.1. executar atividades de maior complexidade relacionadas ao planejamento, organização e execução de serviços de secretariado junto ao Gabinete da Direção-Geral e Diretorias;

4.7.4.2.2. organizar agendas institucionais, compromissos, reuniões, viagens e eventos oficiais;

4.7.4.2.3. redigir, organizar e controlar documentos, correspondências e informações institucionais;

4.7.4.2.4. recepcionar autoridades, visitantes e usuários, promovendo o adequado encaminhamento;

4.7.4.2.5. apoiar a organização logística de reuniões e eventos;

4.7.4.2.6. manter sigilo sobre informações estratégicas e sensíveis

4.6.4.3. O profissional alocado no posto de Secretário-Executivo deverá exercer suas funções com discrição e postura compatível com o ambiente institucional, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando as normas disciplinares do local de trabalho e apresentando boa comunicação verbal, bem como domínio da gramática e da ortografia da língua portuguesa. Deverá manter-se devidamente identificado e com apresentação pessoal adequada durante a jornada, atuando como interlocutor entre o responsável pela unidade e os agentes internos e externos, especialmente para a organização e o gerenciamento de agendas de reuniões.

4.6.5. Técnico em secretariado

4.6.5.1. Para o atendimento aos postos de TÉCNICO EM SECRETARIADO, a CONTRATADA deverá alocar profissionais com escolaridade mínima de Ensino Médio completo, formação específica em Técnico em Secretariado e conhecimentos básicos de informática, incluindo sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet e correio eletrônico, devendo apresentar perfil compatível com as atividades de apoio administrativo, com desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução de suas atribuições.

4.6.5.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Técnico em Secretariado o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.5.2.1. Controlar agendas, prazos e compromissos administrativos;

4.7.5.2.2. Atender chamadas telefônicas, registrar e transmitir recados;

4.7.5.2.3. Apoiar a organização de reuniões e atividades administrativas;

4.7.5.2.4. Realizar abertura e acompanhamento de chamados técnicos;

4.7.5.2.5. Manusear sistemas informatizados e correio eletrônico institucional;

4.7.5.2.6. Prestar apoio administrativo contínuo às unidades de lotação.

4.6.5.3. O profissional alocado no posto de Técnico em Secretariado deverá possuir capacitação compatível com as atividades a serem desempenhadas, atuar com discrição e responsabilidade, manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso, zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente de trabalho, cumprir as normas disciplinares, observar prazos, ser pontual e assíduo, manter identificação e apresentação pessoal adequadas, adotar postura compatível com o ambiente institucional do DETRAN-DF e acatar as orientações do supervisor e do executor do contrato.

4.6.6. Recepcionista

Para atender à demanda dos postos de trabalho de "RECEPCIONISTA", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Médio Completo", os quais deverão possuir perfil adequado ao serviço de apoio administrativo de recepção, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas, bem como ter boa comunicação no atendimento aos usuários. Para este posto será exigido, também do profissional alocado, conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico).

Para atender à demanda do posto de trabalho de Recepcionista o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.6.2.1. Atender e efetuar chamadas telefônicas para direcionamento dos usuários que estejam agendados;

4.7.6.2.2. Recepcionar, orientar e encaminhar o público em geral, inclusive autoridades para os setores competentes;

4.7.6.2.3. Identificar as pessoas que ingressam e circulam nas dependências do DETRAN-DF, efetuando os respectivos credenciamentos e

registrando os dados correspondentes em sistema informatizado;

4.7.6.2.4. Receber, anotar e transmitir recados;

4.7.6.2.5. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;

4.7.6.2.6. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão;

4.7.6.2.7. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à segurança, com o devido registro;

4.7.6.2.8. Prestar informações e esclarecimentos necessários aos usuários que buscam os serviços nas unidades;

4.7.6.2.1. Atender a solicitações encaminhadas pelos setores;

4.7.6.2.9. Levantar informações para orientação dos usuários;

4.7.6.2.10. Dar suporte em eventos, recepcionando o público;

4.7.6.2.11. Observar normas internas de segurança e notificar seguranças sobre presenças estranhas;

4.7.6.2.12. Desempenhar outras tarefas necessárias ao bom andamento dos serviços de recepcionamento nas unidades.

4.7.6.2.13. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las;

4.6.6.1. Os profissionais alocados no posto de Recepcionista deverão possuir capacitação compatível com as atividades a serem executadas, atuar com discrição e responsabilidade, manter sigilo sobre as informações a que tiverem acesso, zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente de trabalho, observar as normas disciplinares e os prazos estabelecidos, ser pontuais e assíduos, manter-se devidamente uniformizados, identificados e com boa apresentação pessoal durante o horário de trabalho, adotar postura compatível com o ambiente institucional do DETRAN-DF e acatar as orientações do supervisor e do executor do contrato.

4.6.7. **Almoxarife**

4.6.7.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "ALMOXARIFE", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Médio Completo", os quais deverão possuir perfil adequado ao serviço de apoio administrativo de almoxarifado, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas. Para este posto será exigido, também do profissional alocado, conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico) aplicados à gestão de estoque.

4.6.7.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Almoxarife, o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.7.2.1. Recebimento e conferência de materiais: recepcionar, conferir e descarregar produtos, materiais e equipamentos, verificando notas fiscais, pedidos, quantidades, prazos de entrega, marcas, datas de validade e conformidade com a documentação apresentada, inclusive em conjunto com o solicitante da área demandante.

4.7.7.2.2. Registro, codificação e controle de estoque: realizar lançamentos em sistema informatizado, escanear códigos, codificar e endereçar materiais, manter registros atualizados de estoque, providenciar etiquetagem, controlar entradas e saídas e executar conciliações diárias e inventários periódicos.

4.7.7.2.3. Armazenagem e organização: organizar e manter a estocagem adequada dos materiais, embalar produtos para armazenagem, separar materiais por subgrupos e zelar pela correta disposição física dos itens no almoxarifado.

4.7.7.2.4. Atendimento às requisições internas e logística de materiais: atender, em tempo hábil, às requisições dos usuários, separando, armazenando e distribuindo materiais de uso contínuo ou eventual, bem como organizar materiais para devolução e encaminhar a documentação necessária aos procedimentos administrativos.

4.7.7.2.5. Apoio a inventários e alienação de bens: apoiar as comissões de inventário e de alienação de bens e materiais inservíveis, colaborando nos levantamentos, conferências e demais atividades correlatas

4.6.7.3. O profissional deverá exercer suas atividades com discrição e responsabilidade, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando rigorosamente as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Deverá zelar pela conservação dos equipamentos, materiais e do local de trabalho, cumprir as instruções disciplinares da unidade, observar os prazos estabelecidos para execução das tarefas, bem como manter pontualidade, assiduidade, identificação funcional, uso adequado de uniforme e boa apresentação pessoal, acatando as orientações do supervisor e do executor do contrato.

4.6.8. **Carregador**

4.6.8.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "CARREGADOR", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Fundamental", os quais deverão possuir aptidão física compatível com as atividades, perfil adequado, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas:

4.7.8.1.1 Realizar carga, descarga e movimentação de móveis, equipamentos e materiais;

4.7.8.1.2. Apoiar alterações de layout e mudanças internas;

4.7.8.1.3. Auxiliar no transporte de materiais entre unidades, quando necessário.

4.6.9. **Supervisor**

4.6.9.1. Para atender à demanda do posto de trabalho de SUPERVISOR, a CONTRATADA deverá alocar profissional com nível de escolaridade mínima correspondente ao **Ensino Médio completo**, que apresente perfil compatível com as atividades de coordenação e

supervisão de equipes, demonstrando desenvoltura, responsabilidade e capacidade de organização. Será exigido, ainda, que o profissional possua conhecimentos básicos de informática, compreendendo o uso de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, navegação na internet e correio eletrônico.

4.6.9.2. O profissional poderá ser alocado nas unidades da Sede do DETRAN-DF (713/913), em Taguatinga ou, conforme a necessidade e o interesse da Administração, em quaisquer outras unidades do órgão.

4.6.9.3. Para atender à demanda do posto de trabalho de Supervisor, o profissional deverá demonstrar desenvoltura, responsabilidade e capacidade de liderança na execução das seguintes atribuições:

4.7.9.2.1. Coordenação e supervisão operacional: coordenar, orientar e fiscalizar as atividades desempenhadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, assegurando o adequado cumprimento das rotinas, o bom andamento dos serviços, a observância das normas regulamentares e dos padrões de conduta estabelecidos, bem como o pleno conhecimento, por parte dos empregados, de suas atribuições, deveres e responsabilidades;

4.7.9.2.2. Gestão disciplinar e de convivência: zelar pela disciplina, pela adequada apresentação pessoal e pela conduta profissional dos empregados, prevenindo conflitos entre os profissionais alocados e entre estes e os usuários dos serviços, adotando as providências necessárias e, quando cabível, acionando a fiscalização do CONTRATANTE;

4.7.9.2.3. Apoio à fiscalização e comunicação institucional: manter interlocução permanente com a fiscalização do contrato, prestando esclarecimentos solicitados, repassando informações relevantes sobre a execução dos serviços, registrando ocorrências relevantes em instrumento próprio e estando apto a esclarecer questões relacionadas às faturas e à execução contratual;

4.7.9.2.4. Controle e apoio às atividades administrativas: fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE, receber e solucionar solicitações e comunicações relacionadas aos serviços, bem como promover o recolhimento e o encaminhamento à fiscalização de objetos ou valores eventualmente encontrados nas dependências do órgão, com o devido registro;

4.7.9.2.5. Atividades complementares: estar à disposição dos profissionais alocados sempre que necessário para solução de problemas operacionais e executar outras atividades inerentes à função, compatíveis com o objeto da contratação.

4.6.9.4. O profissional alocado no posto de Supervisor deverá exercer suas funções com discrição, ética e responsabilidade, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, bem como as instruções disciplinares do local de trabalho. Deverá zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente laboral, cumprir os prazos estabelecidos para a execução de suas atividades, manter pontualidade e assiduidade, apresentar-se devidamente identificado e com boa apresentação pessoal, adotar postura compatível com as atribuições desempenhadas e acatar as orientações do executor do contrato.

4.6.10. **Da medição mensal do objeto**

4.6.10.1. Por se tratar de serviço de natureza continuada, a medição do objeto será realizada mensalmente, com base na verificação da efetiva prestação dos serviços contratados. A medição considerará, entre outros aspectos, a regularidade da execução, a frequência dos profissionais alocados, o cumprimento da jornada estabelecida, a observância das obrigações contratuais e a inexistência de irregularidades que comprometam a continuidade ou a qualidade dos serviços.

4.6.10.2. A medição mensal constituirá condição para o faturamento e o pagamento dos serviços prestados, sem prejuízo da aplicação de glosas, ajustes ou sanções, quando cabíveis, nos termos deste Termo de Referência, do contrato e da legislação vigente.

4.7. **Da apresentação pessoal, uniformes e EPIs:**

4.7.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os profissionais alocados no contrato mantenham postura compatível com o ambiente institucional, apresentação pessoal adequada, vestimenta condizente com o exercício das atividades e observância dos padrões de discrição e urbanidade exigidos no âmbito do DETRAN-DF. O uso de crachá de identificação funcional é obrigatório para todos os postos, devendo conter identificação visível e compatível com os padrões definidos pela CONTRATANTE.

4.7.2. O uso de uniforme será obrigatório para os postos de **Recepcionista, Almoxarife e Carregador**, devendo os profissionais apresentar-se durante toda a jornada devidamente uniformizados, com peças completas, limpas e em bom estado de conservação. Para os postos de **Secretária Executiva, Técnico em Secretariado e Supervisor**, não será exigido uniforme, permanecendo obrigatória a observância de vestimenta adequada ao ambiente institucional.

4.7.3. Os uniformes e crachás deverão ser fornecidos exclusivamente às expensas da CONTRATADA, nas especificações, quantidades mínimas e periodicidade estabelecidas no Anexo II – Uniformes e EPIs, sendo vedado o repasse de quaisquer custos aos empregados. As peças deverão ser confeccionadas em material de boa qualidade, compatível com as condições climáticas do Distrito Federal, duráveis e resistentes ao desbotamento. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e poderão ser alterados quanto a modelo, cor ou tecido, mediante solicitação da Administração.

4.7.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que previamente aceitas pela Administração.

4.7.5. Às empregadas da CONTRATADA que estejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.

4.7.6. A substituição de uniformes deverá ocorrer sempre que constatado desgaste, defeito ou inadequação, independentemente da periodicidade prevista, sem ônus para a CONTRATANTE ou para os empregados, sendo vedada a exigência de devolução de peças usadas quando da entrega de novas. Às empregadas gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, com substituição sempre que necessário.

4.7.7. Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente todos os equipamentos adequados aos riscos inerentes às atividades exercidas em cada posto de trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nos termos da NR-06 e demais normas aplicáveis. A obrigação de fornecimento não se limita aos itens previstos no Anexo II, devendo a CONTRATADA disponibilizar quaisquer outros EPIs que venham a ser exigidos pela legislação, por atualização normativa ou por determinação técnica decorrente da natureza das atividades desempenhadas.

4.7.8. Compete à CONTRATADA orientar, treinar e fiscalizar seus empregados quanto ao uso correto dos uniformes e EPIs, cabendo ao preposto acompanhar o cumprimento dessas obrigações e adotar as providências necessárias em caso de descumprimento, comunicando à

fiscalização do contrato quando necessário. A entrega dos uniformes e EPIs deverá ser formalizada mediante recibo nominal, cuja comprovação deverá ser apresentada à fiscalização sempre que solicitada.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade. Todavia, tal diretriz não possui caráter absoluto, devendo a Administração considerar a natureza da solução, a interdependência funcional das atividades, os impactos na gestão contratual e os riscos operacionais e administrativos decorrentes do fracionamento.

5.2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026, concluiu-se pela não recomendação do parcelamento do objeto.

5.3. A contratação consiste na prestação de serviços administrativos de apoio, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diferentes perfis profissionais que, embora possuam atribuições específicas, atuam de forma integrada, complementar e interdependente, compondo uma única solução operacional voltada ao suporte das atividades finalísticas e administrativas do DETRAN-DF.

5.4. O fracionamento da contratação — seja por perfil profissional, por unidade de execução ou por grupo de postos — implicaria fragmentação da gestão da força de trabalho terceirizada, multiplicação de contratos administrativos, aumento da complexidade da fiscalização, elevação de riscos de descontinuidade dos serviços e dificuldades de coordenação entre equipes submetidas a diferentes contratadas.

5.5. Adicionalmente, a execução do objeto demanda capacidade operacional, administrativa e financeira compatível com a gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho, distribuídos em diversas unidades e endereços distintos, o que reforça a necessidade de contratação integrada sob responsabilidade única, como medida de mitigação de riscos e fortalecimento da governança contratual.

5.6. Sob o aspecto econômico, a contratação unificada favorece ganhos de escala, melhor diluição de custos indiretos, maior eficiência na supervisão e maior previsibilidade orçamentária, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa.

5.7. Diante dessas circunstâncias, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável.

5.8. Da não adoção de cota reservada para ME/EPP

5.8.1. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte é admitida quando o objeto for divisível e sua adoção não comprometer a adequada execução contratual.

5.8.2. No presente caso, considerando a natureza integrada e interdependente da solução, bem como a necessidade de gestão centralizada da mão de obra com dedicação exclusiva, a formação de cota reservada implicaria fragmentação da execução, coexistência de múltiplas empresas em atividades funcionalmente interligadas e aumento da complexidade da fiscalização contratual.

5.8.3. Além disso, considerando o valor anual estimado da contratação, atualmente fixado em **R\$ 9.318.837,24 (nove milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, a eventual aplicação linear de cota mínima implicaria parcela contratual de elevada expressão econômica, exigindo capacidade administrativa e financeira compatível com a gestão simultânea de múltiplos postos de trabalho e obrigações trabalhistas complexas.

5.8.4. Tal circunstância, na prática, poderia restringir a política pública de incentivo às microempresas, afastando a finalidade da norma e não resultando em ampliação efetiva da competitividade.

5.8.5. Ressalte-se que não há impedimento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, desde que atendam às exigências de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência, sendo assegurado o tratamento diferenciado previsto na legislação aplicável, no que couber.

5.8.6. Dessa forma, a não adoção de cota reservada revela-se medida adequada, proporcional e tecnicamente justificada, alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Requisitos Gerais

6.1.1. Em consonância com a legislação vigente, com o Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026 e com vistas à racionalização, eficiência e adequada fiscalização contratual, a contratação dos serviços de apoio administrativo deverá observar os seguintes requisitos:

6.1.1.1. Contratação de empresa especializada, com experiência comprovada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

6.1.1.2. Execução dos serviços de forma presencial, nas dependências do DETRAN-DF ou em outras unidades onde haja atuação institucional da Autarquia, conforme necessidade da Administração;

6.1.1.3. Alocação, pela CONTRATADA, dos profissionais correspondentes aos postos descritos neste Termo de Referência, observadas as atribuições, requisitos mínimos de qualificação e jornada estabelecida;

6.1.1.4. Observância da jornada contratada e das disposições da Lei Distrital nº 7.708/2025, bem como das normas trabalhistas aplicáveis, vedada a utilização dos profissionais em atividades estranhas ao objeto contratual ou em locais diversos daqueles definidos pela CONTRATANTE;

6.1.1.5. Fornecimento, às expensas da CONTRATADA, de todos os uniformes, crachás e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada execução das atividades, nos termos deste Termo de Referência e da legislação de segurança e medicina do trabalho;

6.1.1.6. Disponibilização de solução tecnológica idônea para controle de frequência dos profissionais alocados, passível de verificação pela fiscalização do contrato;

6.1.1.7. Seleção e disponibilização de profissionais que atendam aos requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e perfil definidos neste Termo de Referência;

6.1.1.8. Planejamento das férias dos profissionais de forma a minimizar impactos na continuidade dos serviços, observadas as disposições da CLT e as orientações da fiscalização do contrato;

6.1.1.9. Possibilidade de supressão ou ajuste quantitativo de postos durante a execução contratual, conforme interesse da Administração e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, com as correspondentes adequações financeiras.

6.2. **Regime de Execução, Dedicção Exclusiva e Padronização**

6.2.1. Os serviços serão executados sob o regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, com alocação inicial de **80 (oitenta) postos de trabalho**, conforme dimensionamento mínimo estabelecido no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026. Os profissionais permanecerão à disposição da CONTRATANTE, nas dependências do DETRAN-DF ou em locais por ela indicados, durante a jornada contratada, sendo vedado à CONTRATADA compartilhar os recursos humanos vinculados ao contrato para execução simultânea de outros ajustes.

6.2.2. A jornada semanal dos postos será de **40 (quarenta) horas**, em observância à Lei Distrital nº 7.708/2025, assegurada a preservação da remuneração contratada e das condições previstas nas convenções coletivas aplicáveis. Em razão do regime de dedicação exclusiva, os profissionais não poderão ser remanejados para outras atividades ou contratos com a finalidade de complementação de jornada.

6.2.3. O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando a contratação integral dos postos previstos neste Termo de Referência, sendo a remuneração paga mensalmente, após a comprovação da efetiva disponibilização dos profissionais e atesto da execução dos serviços, conforme planilha de custos integrante do contrato.

6.2.4. Eventuais acréscimos ou supressões quantitativas poderão ocorrer durante a execução contratual, nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, observada a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

6.2.5. O empenho da despesa será realizado na modalidade estimativa, considerando a natureza continuada do objeto.

6.2.6. Em observância ao art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foram adotados critérios de padronização na definição das especificações dos serviços, considerando-se contratações similares realizadas pela Administração Pública, de modo a garantir uniformidade, eficiência e racionalização da gestão contratual.

6.2.7. Nos termos do § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que, na data da elaboração deste Termo de Referência, os serviços objeto da presente contratação não constam do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal.

6.3. **Prazo de vigência da contratação**

6.3.1. O prazo inicial de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 179, § 2º, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.3.2. A definição da vigência contratual observa a natureza continuada dos serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, a necessidade de assegurar estabilidade operacional às unidades do DETRAN-DF e a busca por eficiência administrativa e redução de custos decorrentes de sucessivos procedimentos licitatórios, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026.

6.4. **Padrões mínimos de qualidade e desempenho**

6.4.1. A execução dos serviços deverá atender aos padrões de qualidade e desempenho definidos neste Termo de Referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.4.2. A aferição da qualidade da prestação dos serviços será realizada por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante do Anexo III deste Termo de Referência, que estabelecerá indicadores objetivos, critérios de avaliação e metodologia de mensuração do desempenho contratual.

6.4.3. O não atendimento aos níveis mínimos de desempenho poderá ensejar aplicação de glosas, ajustes no pagamento ou penalidades contratuais, conforme disciplinado no instrumento convocatório e no contrato.

6.5. **Reserva de vagas**

6.5.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente a legislação federal, distrital e demais normas aplicáveis que estabeleçam reserva legal de vagas ou políticas públicas de inclusão social no âmbito das relações de trabalho, especialmente aquelas relativas à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como às normas de aprendizagem profissional, nos termos da legislação vigente.

6.5.2. O cumprimento das reservas legais de vagas constitui obrigação exclusiva da CONTRATADA, no âmbito da composição e gestão de seu quadro funcional, não cabendo à Administração ingerência na organização interna de pessoal da empresa.

6.5.3. Para fins de fiscalização contratual, a Administração poderá exigir a comprovação do atendimento às obrigações legais pertinentes, observados os limites de sua competência e sem interferência na autonomia administrativa da CONTRATADA.

6.6. **Vistoria**

6.6.1. Não há necessidade de realização de vistoria ou avaliação prévia dos locais de execução dos serviços, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra, cujas condições de execução encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência.

6.6.2. A formulação das propostas independe de inspeção física das instalações, uma vez que os quantitativos de postos de trabalho, perfis profissionais, regime de execução e demais elementos necessários à precificação estão claramente definidos no instrumento convocatório. A eventual alegação futura de desconhecimento das condições locais não será admitida como justificativa para alteração da proposta apresentada.

6.7. **Sustentabilidade**

6.7.1. A CONTRATADA deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como declarar o atendimento aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em consonância com o art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.7.2. Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra, os requisitos de sustentabilidade aplicáveis concentram-se em aspectos sociais e ambientais compatíveis com a natureza da contratação.

6.7.3. No âmbito social, a CONTRATADA deverá:

6.7.3.1. cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho;

6.7.3.2. observar as normas relativas à inclusão social e reserva legal de vagas, nos termos da legislação vigente;

6.7.3.3. vedar práticas discriminatórias e qualquer forma de trabalho irregular, inclusive infantil ou em condição análoga à de escravo.

- 6.7.4. No âmbito ambiental, a CONTRATADA deverá:
- 6.7.4.1. adotar práticas de uso racional de recursos públicos, especialmente energia elétrica, água e materiais de expediente, evitando desperdícios;
- 6.7.4.2. observar as diretrizes institucionais de sustentabilidade e coleta seletiva adotadas pelo DETRAN-DF;
- 6.7.4.3. conduzir suas atividades em conformidade com a legislação ambiental aplicável, inclusive quanto à adequada destinação de resíduos eventualmente gerados no desempenho dos serviços;
- 6.7.4.4. orientar e conscientizar seus empregados quanto às boas práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos no ambiente institucional.
- 6.7.5. As ações de sustentabilidade deverão ser executadas em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, observadas as normas técnicas pertinentes, quando cabíveis, e poderão ser aprimoradas mediante procedimentos acordados entre as partes, voltados à melhoria contínua da eficiência no uso de recursos públicos.
- 6.8. **Subcontratação**
- 6.8.1. É vedada a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando a natureza integrada da solução, o regime de dedicação exclusiva de mão de obra e a necessidade de controle direto da execução contratual pela Administração.
- 6.8.2. A vedação fundamenta-se na necessidade de preservação da responsabilidade técnica, administrativa e trabalhista da CONTRATADA, bem como na mitigação de riscos operacionais e de aumento da complexidade da gestão contratual.
- 6.9. **Formalização do Instrumento Contratual**
- 6.9.1. O instrumento contratual será formalizado nos termos do Título III da Lei nº 14.133/2021, integrando-se ao contrato o presente Termo de Referência, seus anexos e a proposta da adjudicatária.
- 6.9.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, admitida prorrogação por igual período, uma única vez, nos termos do § 1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.9.3. A recusa injustificada em assinar o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legais e facultando à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação.
- 6.9.4. Previamente à assinatura do contrato, a adjudicatária deverá comprovar o cumprimento das disposições da Lei Distrital nº 6.679/2020, relativas à equidade salarial, na forma estabelecida no instrumento convocatório.

7. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2. Compete à fiscalização acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar as medições mensais para fins de pagamento e registrar, em instrumento próprio, as ocorrências verificadas durante a execução do contrato.
- 7.3. Eventuais falhas ou irregularidades constatadas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, que deverá adotar as providências necessárias à sua regularização no prazo estabelecido pela fiscalização.
- 7.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto contratual, inclusive quanto às obrigações técnicas, administrativas e trabalhistas decorrentes da contratação.
- 7.5. A gestão administrativa, disciplinar e técnica dos empregados alocados na execução contratual é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à Administração exercer poder de direção sobre os trabalhadores.
- 7.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser submetidas à autoridade competente para deliberação.

8. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

- 8.1. O contrato será executado em conformidade com as cláusulas pactuadas e com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Distrital nº 44.330/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante formalização por apostilamento.
- 8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre a fiscalização e o representante da CONTRATADA, para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de acompanhamento, da metodologia de aferição dos resultados, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável, e das sanções previstas, dentre outros.
- 8.6. Para o acompanhamento e fiscalização do contrato, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e das normas internas do DETRAN-DF aplicáveis à matéria.
- 8.7. Aplicam-se, ainda, no que couber e desde que compatíveis com a legislação vigente, as disposições da Instrução Normativa nº 5/2017, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, especialmente quanto às rotinas de fiscalização administrativa e trabalhista em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.8. **Preposto**

8.8.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o(s) preposto(s), por meio de declaração contendo nome completo, CPF, documento de identidade, contatos telefônicos e qualificação profissional.

8.8.2. O preposto, após aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora para reunião inicial e deverá estar apto a tratar de assuntos relacionados à execução contratual e às faturas dos serviços prestados.

8.8.3. O Preposto, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, após a assinatura do Contrato, para realização de reunião inicial com vistas ao início da execução contratual, bem como deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

8.8.4. A CONTRATADA não necessitará manter preposto no local da execução do objeto, devendo este comparecer quando convocado pelo CONTRATANTE.

8.8.5. A CONTRATADA deverá garantir, no mínimo, uma visita quinzenal do preposto à unidade gestora do contrato.

8.8.6. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a permanência do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto.

8.8.7. Não poderão ser nomeados prepostos os funcionários já alocados nos postos objeto deste termo, pois isso afetaria a qualidade na prestação de serviços e diminuiria o tempo destinado às atividades contratadas. Os custos do preposto serão inexoravelmente parte da prestação dos serviços contemplados e devem estar inseridos na planilha de custo de acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG e suas alterações, nos custos indiretos envolvidos na execução contratual.

8.8.8. A fiscalização deverá limitar-se ao acompanhamento da execução contratual, sendo vedada a ingerência direta na gestão administrativa ou disciplinar dos empregados da CONTRATADA.

8.8.9.

8.9. **Rotinas de Fiscalização**

8.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.9.2. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços, registrar ocorrências, determinar providências necessárias ao regular cumprimento do contrato e comunicar ao gestor situações que ultrapassem sua competência.

8.9.3. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para o CONTRATANTE.

8.10. **Fiscalização Técnica**

8.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com § 1º, do art. 117, Lei n. 14.133/21, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23. 6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.6. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no item 17, deste termo de referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

8.10.7. A fiscalização técnica, feita pelos fiscais setoriais nomeados, usará o Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos para o registros das atividades a serem encaminhadas mensalmente a gestão do contrato.

8.10.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.10.9. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.10.10. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

8.10.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.10.12. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.10.13. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/21.

8.10.14. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com

o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas de fiscalização diária:

8.10.15.1. Devem ser evitadas ordens diretas do CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao supervisor ou preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao supervisor ou preposto;

8.10.15.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;

8.10.15.3. Devem ser conferidos, diariamente, ainda que por amostragem, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.10.15.4. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.10.15.5. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

8.10.15.6. O CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.10.15.7. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.10.15.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

8.10.15.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Decreto Distrital n. 44.330/23, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.11. **Fiscalização Administrativa**

8.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.11.3. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei n. 14.133/21, bem como, as demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

8.11.4. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.11.5. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

8.11.6. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

8.11.7. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

8.11.7.1. Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

8.11.7.2. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

8.11.7.3. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

8.11.7.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

8.11.7.5. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

8.11.7.6. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

8.11.7.7. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

8.11.8. A CONTRATADA deve entregar cópia da documentação relacionada quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato. Esta documentação inclui termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.11.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados acima deverão ser apresentados. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.11.10. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

8.11.11. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT. Para fins de comprovação da adoção das providências, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

8.11.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB). Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

8.11.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. A Administração CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

8.11.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.11.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

8.11.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

8.11.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.11.18. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

8.11.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.11.20. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

8.12. Gestor do Contrato

8.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.12.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.12.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.13. Obrigações da CONTRATANTE

8.13.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

8.13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

8.13.3. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência.

8.13.4. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que

cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

8.13.5. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, assim como para atestar a execução do objeto.

8.13.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, no edital e no contrato, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

8.13.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.

8.13.8. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

8.13.9. Aplicar as sanções previstas neste termo de referência, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

8.14. Obrigações da CONTRATADA.

8.14.1. Obrigações Gerais

8.14.1.1. Executar diretamente os serviços contratados, vedada a subcontratação ou transferência de responsabilidades, salvo se expressamente autorizada no instrumento convocatório.

8.14.1.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato, empregando profissionais devidamente treinados e habilitados.

8.14.1.3. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá da CONTRATADA, contendo a identificação “a serviço do DETRAN/DF”, quando em atividade nas dependências do CONTRATANTE.

8.14.1.4. Respeitar as normas, regulamentos e procedimentos internos do CONTRATANTE, especialmente quanto à segurança, disciplina e controle de acesso.

8.14.1.5. Manter sigilo sobre quaisquer informações de que tenha conhecimento em razão da execução contratual, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

8.14.1.6. Não utilizar o nome ou a imagem do DETRAN/DF para fins comerciais ou publicitários, salvo autorização expressa.

8.14.1.7. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.14.1.8. Responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução contratual, não sendo afastada essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração.

8.14.1.9. Não modificar a forma de prestação dos serviços sem autorização formal do fiscal do contrato.

8.14.1.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer irregularidades que possam comprometer a execução contratual.

8.14.1.11. As disposições previstas neste Termo de Referência não afastam o cumprimento das demais normas legais aplicáveis, inclusive acordos ou convenções coletivas de trabalho.

8.14.2. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

8.14.2.1. Manter seus empregados sob vínculo empregatício exclusivo da empresa, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

8.14.2.2. Efetuar o pagamento de salários, benefícios e encargos sociais no prazo legal, sendo vedada a vinculação desses pagamentos ao recebimento de valores pelo CONTRATANTE.

8.14.2.3. Fornecer vale-transporte e auxílio-alimentação até o 5º dia útil de cada mês, em montante suficiente para cobrir o período correspondente.

8.14.2.4. Recolher, no prazo legal, as contribuições previdenciárias e os depósitos de FGTS, encaminhando mensalmente ao CONTRATANTE os respectivos comprovantes.

8.14.2.5. Assumir integral responsabilidade por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados, inclusive quando ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.

8.14.2.6. Cumprir integralmente a legislação trabalhista aplicável, inclusive normas de segurança e medicina do trabalho.

8.14.2.7. Viabilizar, no prazo de até 60 dias do início da execução, a emissão do Cartão Cidadão e o acesso dos empregados aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal.

8.14.2.8. Autorizar, quando da assinatura do contrato, a retenção de valores e o pagamento direto aos empregados ou aos órgãos competentes, em caso de inadimplemento trabalhista, conforme previsto no instrumento contratual.

8.14.2.9. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

8.14.3. Obrigações Operacionais

8.14.3.1. Recrutar e selecionar os profissionais necessários, observando a qualificação mínima prevista neste Termo de Referência.

8.14.3.2. Apresentar previamente à alocação do profissional os documentos comprobatórios de qualificação exigidos.

8.14.3.3. Substituir empregado ausente no prazo máximo de 90 (noventa) minutos.

8.14.3.4. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, empregado cuja conduta ou desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização, mediante notificação formal.

8.14.3.5. Dispor de quadro reserva capacitado para cobertura de faltas, férias e afastamentos legais.

- 8.14.3.6. Controlar diariamente a assiduidade e pontualidade dos empregados, podendo utilizar sistema de ponto eletrônico.
- 8.14.3.7. Fiscalizar regularmente seus empregados quanto à execução das atividades.
- 8.14.3.8. Garantir que a supervisão operacional seja realizada por profissional designado (preposto ou encarregado), responsável pelo acompanhamento e coordenação dos serviços.

8.14.4. **Obrigações Relativas à Integridades e Conformidade**

- 8.14.4.1. Observar o disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente ou agente público vinculado à contratação.
- 8.14.4.2. Cumprir a Lei Distrital nº 6.112/2018 quanto à implementação de Programa de Integridade, quando aplicável.
- 8.14.4.3. Fornecer arquivo atualizado contendo dados dos empregados vinculados ao contrato, nos termos da Decisão TCDF nº 544/2010.
- 8.14.4.4. Comunicar alterações societárias no prazo de 15 dias úteis.

9. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, como condição para sua assinatura, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

9.2. **Vigência da garantia**

- 9.2.1. A validade mínima da garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual, acrescido de 03 (três) meses.
- 9.2.2. Nos casos de prorrogação contratual, aditamento ou repactuação que implique alteração do prazo ou do valor do contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a atualização e/ou reforço da garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação formal.
- 9.2.3. Por ocasião da repactuação de preços, caso prevista, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido.

9.3. **Abrangência da Garantia**

- 9.3.1. A garantia deverá assegurar:
 - 9.3.1.1. o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
 - 9.3.1.2. o ressarcimento de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual;
 - 9.3.1.3. o pagamento de multas eventualmente aplicadas;
 - 9.3.1.4. o reembolso ou pagamento de indenizações, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios, a que o CONTRATANTE venha a ser condenado, direta, solidária ou subsidiariamente à CONTRATADA, em decorrência de ações trabalhistas relacionadas aos empregados alocados na execução do contrato, restritas ao período de vigência da garantia.
- 9.3.2. Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia deverá abranger obrigações trabalhistas relativas ao período em que os empregados tenham prestado serviços nas dependências do CONTRATANTE.

9.4. **Procedimento em Caso de Inadimplemento**

- 9.4.1. Verificada inadimplência da CONTRATADA quanto à execução do contrato ou de seus aditivos, dentro do prazo de vigência da apólice ou da fiança, o CONTRATANTE comunicará imediatamente o fato à seguradora ou instituição fiadora.
- 9.4.2. A expectativa de dano por inadimplemento contratual caracterizar-se-á quando o CONTRATANTE tomar conhecimento de indícios de descumprimento das obrigações assumidas, devendo:
 - 9.4.2.1. notificar formalmente a CONTRATADA para regularização, concedendo prazo para saneamento;
 - 9.4.2.2. encaminhar cópia da notificação à seguradora ou ao banco fiador.
- 9.4.3. Não sendo regularizada a situação no prazo concedido, o CONTRATANTE formalizará a reclamação do sinistro ou da execução da fiança.
- 9.4.4. Comprovada a inadimplência das obrigações cobertas pela garantia, tornar-se-á exigível a indenização até o limite do valor segurado ou afiançado.

9.5. **Utilização e Reforço da Garantia**

- 9.5.1. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente, a CONTRATADA deverá recompor o valor no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de retenção de pagamentos e demais medidas cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.6. **Liberação da Garantia**

- 9.6.1. A garantia, ou seu saldo, será liberada somente após:
 - 9.6.1.1. I – a execução integral do contrato;
 - 9.6.1.2. II – a comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais;
 - 9.6.1.3. III – a comprovação do pagamento de todas as verbas trabalhistas e rescisórias relativas aos empregados alocados na execução contratual.
- 9.6.2. Caso não seja comprovado o pagamento das verbas rescisórias até o final do segundo mês subsequente ao encerramento da

vigência contratual, o CONTRATANTE poderá utilizar a garantia para quitação direta dessas obrigações aos trabalhadores.

9.6.3. Quando prestada em dinheiro, a garantia será atualizada monetariamente.

9.7. Disposições Específicas sobre Seguro-Garantia

9.7.1. Na modalidade seguro-garantia, deverão ser observadas as normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aplicáveis à contratação pública e aos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

10. ESTIMATIVA DE PREÇOS

10.1. Para fins do disposto no art. 23 e no art. 61, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da presente contratação é de **R\$ 9.318.837,24 (nove milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)** para o período de 12 (doze) meses, já incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos diretos e indiretos necessários à execução contratual. Considerando o prazo inicial de vigência de 36 (trinta e seis) meses, o valor global estimado corresponde a **R\$ 27.956.511,72 (vinte e sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil quinhentos e onze reais e setenta e dois centavos)**.

10.2. A estimativa foi elaborada em conformidade com o Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante pesquisa de preços públicos em contratações similares, análise de contratos vigentes, consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, banco de preços oficiais e elaboração de Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços específicas para esta contratação, constantes do Processo SEI nº 192207042, conforme documentos abaixo indicados:

Secretário Executivo: 203506245

Técnico em Secretariado: 203506463

Recepcionista: 203506856

Almoxarife: 203507027

Carregador: 203507144

Supervisor: 203507420

10.3. Na formação dos custos foram observadas as Convenções Coletivas de Trabalho vigentes (CCT 2025/2026 e Termos Aditivos 2026), celebradas entre o SEAC-DF e o SINDISERVIÇOS-DF, aplicáveis aos postos de recepcionista, almoxarife, carregador e supervisor, bem como entre o SEAC-DF e o SIS-DF, aplicáveis aos postos de secretário executivo e técnico em secretariado.

10.4. Para fins exclusivamente estimativos, adotou-se como referência o regime de tributação pelo Lucro Real, devendo cada licitante, quando da elaboração de sua proposta, observar o respectivo regime tributário a que esteja submetida, apresentando os percentuais efetivamente aplicáveis à sua realidade fiscal.

10.5. O valor estimado possui caráter referencial para fins de julgamento das propostas, não constituindo obrigação de pagamento mínimo à futura contratada, que será remunerada exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados, nos termos contratuais.

10.6. Em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público por ocasião da divulgação do instrumento convocatório.

10.7. Dotação orçamentaria:

10.7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados nas normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

10.7.2. A contratação pretendida foi incluída no PCA 2026 sob os Ids: 32254 - Secretária Executiva; 32715 - Técnico em Secretariado; 17379 – Recepcionista; 40562 – Carregador ; 19748 – Almoxarife e 33906 – Supervisor (<https://portal.compras.df.gov.br/catalogo/pac>).

10.7.3. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico 2024/2030 do DETRAN-DF, no item 9.3 Perspectivas dos Processos Internos/9.3.1 Implementar as melhores práticas de comunicação e de processos internos. Link para a página do Plano Estratégico Detran/DF: <https://www.detran.df.gov.br/planejamento-estrategico/>

10.8. Das planilhas de custos e de formação de preços.

10.8.1. Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços constam do Anexo I deste Termo de Referência e deverão ser preenchidos pelas licitantes em arquivo eletrônico editável, com apresentação das memórias de cálculo detalhadas, metodologia adotada e discriminação de todos os encargos, insumos e demais componentes da formação de preços.

10.8.2. As planilhas servirão como instrumento de análise da exequibilidade da proposta, bem como como base para eventuais repactuações ou revisões contratuais, nos termos da legislação vigente.

10.8.3. O DETRAN-DF poderá promover diligências junto à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores e percentuais informados, sendo que a ausência de comprovação documental ou a apresentação de informações incompatíveis com a legislação aplicável poderá ensejar a desclassificação da proposta.

10.8.4. A inobservância do prazo fixado para atendimento às diligências ou o envio de informações insuficientes ou inconsistentes poderá resultar na desclassificação.

10.8.5. Identificados erros materiais ou inconsistências sanáveis nas planilhas, o DETRAN-DF poderá, mediante diligência, permitir ajustes que reflitam corretamente os custos envolvidos, desde que não haja majoração do valor global da proposta.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR / PRESTADOR DE SERVIÇOS

11.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento

11.1.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência enquadram-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características usuais de mercado.

11.1.2. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade **Pregão, sob a forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento **menor preço global**, sendo a adjudicação procedida por **grupo único**.

11.1.3. **O modo de disputa adotado será o aberto e fechado**, nos termos do art. 56, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes conforme o critério de julgamento adotado, até o encerramento da etapa competitiva.

11.1.4. O intervalo mínimo entre lances foi fixado em **R\$ 100,00 (cem reais)**, considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. A definição desse valor tem por objetivo assegurar adequada dinâmica competitiva durante a fase de lances, evitando a apresentação de lances irrisórios que possam comprometer a eficiência da disputa e prolongar desnecessariamente a sessão pública. O valor estabelecido preserva a competitividade do certame, permitindo reduções sucessivas de preços de forma proporcional e razoável, sem restringir a participação de licitantes, estando em consonância com práticas adotadas em contratações semelhantes realizadas por órgãos da Administração Pública.

11.1.5. O regime de execução será indireto, mediante **empreitada por preço global**.

11.1.6. A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias.

11.2. Formação da Proposta de Preços

11.2.1. O preço ofertado deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo salários, encargos sociais e trabalhistas, benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho, tributos, insumos, equipamentos, despesas administrativas, lucro e quaisquer outros custos diretos ou indiretos.

11.2.2. As licitantes deverão elaborar suas propostas considerando os pisos salariais e benefícios previstos nas Convenções Coletivas vigentes à época da apresentação da proposta, aplicáveis a cada categoria profissional envolvida.

11.2.3. Deverão indicar, na proposta, os sindicatos representativos, instrumentos coletivos aplicáveis, respectivas datas-base e período de vigência.

11.3. Planilha de Custos e Formação de Preços

11.3.1. A proposta deverá ser apresentada mediante o preenchimento integral das Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços constantes dos anexos do Edital, estruturadas por categoria profissional.

11.3.2. As planilhas contemplam os seguintes módulos: Remuneração; Encargos sociais e trabalhistas; Benefícios e insumos; Custos relacionados à reposição e provisões; Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Custos indiretos, tributos e lucro.

11.3.3. É vedada a alteração das fórmulas estruturais das planilhas, bem como a exclusão ou criação de rubricas não previstas. O licitante poderá solicitar arquivo em Excell para por e-mail: gerdab@detran.df.gov.br.

11.3.4. O orçamento estimativo foi elaborado com base no regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá observar o regime tributário ao qual esteja submetida, inclusive quanto às alíquotas de ISS, PIS e COFINS, nos termos das Leis nº 10.637/2002, nº 10.833/2003 e demais legislação aplicável.

11.3.5. Na elaboração da planilha de custos e formação de preços, deverão ser observados os parâmetros técnicos e limites de aceitabilidade reconhecidos na jurisprudência dos Tribunais de Contas, de modo a refletir fielmente os custos diretos e indiretos da execução contratual no mercado. Para fins de referência e controle da razoabilidade das propostas, admitem-se como parâmetros indicativos o percentual máximo de **incidência de encargos sociais de até 72,91% (setenta e dois inteiros e noventa e um centésimos por cento)** sobre a remuneração direta da mão de obra, bem como o limite de **BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) de até 26,44% (vinte e seis inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento)**, conforme entendimentos técnicos adotados em decisões de controle e composições de orçamento de contratações públicas que possuem natureza análoga. Tais limites têm como objetivo assegurar que a formação de preços reflita custos reais de mercado, respeitando os princípios da economicidade, transparência e da efetiva competição, sendo facultado ao licitante demonstrar tecnicamente percentuais distintos, desde que devidamente justificados e comprovados nos autos da licitação para fins de avaliação pela Administração.

11.3.6. Encargos Sociais e Aviso Prévio Trabalhado

11.3.6.1. Os encargos sociais deverão observar a legislação vigente, inclusive quanto ao RAT e ao FAP aplicável ao CNPJ da licitante.

11.3.6.2. Nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado deverá observar o percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de execução contratual. Em caso de prorrogação, poderá ser considerado o percentual máximo adicional de 0,194% por ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião do respectivo termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 12.506/2011.

11.3.6.3. A licitante deverá comprovar o FAP aplicado quando da apresentação da proposta ajustada ao lance vencedor.

11.3.7. Benefícios e Convenções Coletivas

11.3.7.1. Deverão ser obrigatoriamente considerados na planilha de custos todos os benefícios previstos nas Convenções Coletivas aplicáveis, incluindo vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, seguro de vida, plano de saúde quando exigido por legislação distrital e auxílio-creche, quando previsto na norma coletiva pertinente, especialmente para os cargos de Secretária Executiva e Técnico em Secretariado, conforme instrumento coletivo celebrado com o SIS-DF.

11.3.7.2. Quanto ao vale-transporte, poderão ser cotados valores inferiores aos estimados, desde que observado o cumprimento integral da Lei nº 7.418/1985.

11.3.7.3. A CONTRATADA deverá comprovar, perante a fiscalização do contrato, a concessão e pagamento do auxílio-creche quando aplicável.

11.3.8. **Reposição de Profissionais**

11.3.8.1. Não será exigida a reposição do profissional ausente nas hipóteses de férias, licença-paternidade, demais ausências legais, aviso prévio trabalhado, afastamento por doença nos primeiros 15 (quinze) dias e afastamento por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias, razão pela qual ao módulo correspondente à reposição na planilha de custos é atribuído valor zero.

11.3.8.2. A regra não se aplica ao afastamento por licença-maternidade, que possui rubrica própria (módulo 2.4 da planilha de formação de preços constante do Anexo I).

11.3.9. **Tributos e Provações Fiscais**

11.3.9.1. O IRPJ e a CSLL não poderão ser destacados como custos repassáveis à Administração, devendo compor a margem de lucro.

11.3.9.2. As empresas sujeitas ao regime não cumulativo de PIS e COFINS deverão comprovar que as alíquotas adotadas correspondem à média dos percentuais efetivamente recolhidos, considerando os créditos previstos nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

11.3.9.3. A comprovação poderá ser realizada mediante apresentação dos recibos de Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições (SPED), referentes aos 12 meses anteriores às demonstrações contábeis exigidas.

11.3.9.4. Nos termos da Lei nº 9.779/1999, do Decreto nº 6.022/2007 e da IN RFB nº 1.252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão apresentar os recibos de EFD-Contribuições correspondentes, devendo a receita bruta apurada guardar compatibilidade com as demonstrações contábeis apresentadas.

11.3.10. **Vedação a Rubricas Indevidas**

11.3.10.1. É vedada a inclusão de rubricas como “Reserva Técnica” ou quaisquer outras não previstas nas planilhas padrão.

11.3.11. **Responsabilidade pelo Dimensionamento**

11.3.11.1. A licitante é responsável pelo correto dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis e benefícios obrigatórios.

11.3.11.2. Eventual erro na composição de custos não poderá ser posteriormente repassado à Administração.

11.3.12. **Consolidação e Julgamento**

11.3.12.1. O valor global da proposta será obtido mediante a consolidação das planilhas individuais por posto de trabalho, conforme modelo disponibilizado no Anexo I.

11.3.12.2. A adjudicação será realizada pelo menor preço global do grupo único, observado o atendimento integral às exigências do edital.

12. **DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO.**

12.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o adimplemento da obrigação contratual e a devida atestação da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA, observado o levantamento dos valores destinados à constituição da conta vinculada, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011 e do Decreto Distrital nº 34.649/2013 e alterações.

12.2. É vedado qualquer pagamento antecipado, nos termos do Decreto Distrital nº 32.598/2010, sendo o pagamento realizado somente após a efetiva liquidação da despesa e verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

12.3. **Emissão da Nota Fiscal**

12.3.1. Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria SEF nº 259/2013, é obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) nas prestações de serviços sujeitas ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

12.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a discriminação detalhada dos serviços prestados, corresponder ao mês comercial imediatamente anterior ao da emissão, ser protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e ser apresentada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a efetiva prestação do serviço.

12.3.3. As retenções tributárias incidentes serão realizadas por ocasião do faturamento, conforme legislação aplicável.

12.3.4. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá constar expressamente na Nota Fiscal, sob pena de retenção na fonte dos tributos incidentes, conforme art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.3.5. **Condição para Liberação do Pagamento**

12.3.6. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da CONTRATADA perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal, quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.3.7. A ausência de regularidade fiscal ou trabalhista poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização.

12.4. **Documentação Trabalhista Obrigatória**

12.4.1. Em se tratando de contratação com cessão de mão de obra e dedicação exclusiva, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos relativos aos empregados vinculados à execução contratual, nos termos dos §§1º e 2º do art. 8º do Decreto Distrital nº 39.978/2019, sem os quais não será liberado o pagamento.

12.4.2. Deverão ser apresentados:

12.4.2.1. cópia da folha de pagamento do mês, resumo da folha e contracheques devidamente quitados;

12.4.2.2. comprovantes de pagamento de salários;

12.4.2.3. comprovantes de pagamento de vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos em contrato ou Convenção Coletiva;

12.4.2.4. comprovantes de recolhimento do FGTS (GFIP ou sistema equivalente);

- 12.4.2.5. comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias (DCTFWeb e respectivo DARF quitado, quando aplicável);
- 12.4.2.6. recibos de entrega de uniformes (nas competências em que houver fornecimento);
- 12.4.2.7. comprovantes de pagamento de férias e 13º salário, nas competências correspondentes;
- 12.4.2.8. documentos rescisórios completos, quando houver desligamento.
- 12.4.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e das contribuições previdenciárias.
- 12.4.4. Quando ocorrer admissão ou demissão de empregados vinculados ao contrato, deverão ser apresentados os exames médicos admissionais/demissionais, registros na CTPS e documentos rescisórios pertinentes.
- 12.4.5. A não apresentação da documentação exigida poderá ensejar a retenção parcial da fatura mensal até a regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.
- 12.4.6. Os documentos deverão referir-se ao mês imediatamente anterior ao da Nota Fiscal apresentada.
- 12.5. **Conta Vinculada**
- 12.5.1. Do valor mensal devido à CONTRATADA serão destacados os montantes destinados à conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011 e do Decreto Distrital nº 34.649/2013, destinada a assegurar recursos para o pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e encargos sociais dos empregados vinculados ao contrato.
- 12.5.2. As regras detalhadas de operacionalização da conta vinculada constarão em tópico próprio deste Termo de Referência.
- 12.6. **Suspensão e Retenção de Pagamento**
- 12.6.1. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem que haja ônus para a Administração.
- 12.6.2. Nenhum pagamento será efetuado caso os serviços sejam rejeitados pela fiscalização, devendo ser refeitos sem custo adicional.
- 12.6.3. A CONTRATADA não poderá vincular o pagamento de salários ou benefícios de seus empregados ao recebimento de valores devidos pela CONTRATANTE.
- 12.6.4. Caso a CONTRATADA não providencie o reforço ou a renovação da garantia contratual, os pagamentos poderão ser retidos até a regularização.
- 12.6.5. Se, por motivo alheio à vontade da Administração, houver paralisação da prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.
- 12.7. **Obrigações Relativas ao ISS no Distrito Federal**
- 12.7.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do ISS cuja sede esteja localizada em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, deverá inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal quando prestar serviços no âmbito do DF, ainda que em caráter temporário.

13. DA CONTA VINCULADA

- 13.1. Será adotada a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação como mecanismo de controle e proteção do patrimônio público do Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013, com as alterações promovidas pelos Decretos Distritais nº 36.164/2014 e nº 40.251/2019.
- 13.2. A conta vinculada tem por finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento de obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual, mitigando o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.
- 13.3. Nos termos do art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, serão retidas mensalmente, de forma provisória, do valor bruto do contrato, as provisões relativas ao décimo terceiro salário, férias e respectivo terço constitucional, multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como os impactos dessas parcelas sobre férias e décimo terceiro salário.
- 13.4. Cada provisão corresponderá a percentual incidente sobre o salário bruto dos empregados vinculados ao contrato, sendo o montante mensal retido correspondente à soma dos percentuais individuais das provisões previstas no referido dispositivo legal.
- 13.5. Os valores retidos deixarão de compor o montante mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA, sendo depositados exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta no Banco de Brasília – BRB, em nome da empresa contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação condicionada à prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.
- 13.6. Nos termos do art. 1º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 36.164/2014, eventuais despesas relativas à abertura e manutenção da conta vinculada correrão por conta da CONTRATADA.
- 13.7. A assinatura do contrato será precedida da adoção das seguintes providências: solicitação formal do DETRAN-DF à instituição financeira oficial para abertura da conta corrente vinculada em nome da empresa vencedora; assinatura, pela CONTRATADA, de termo específico junto à instituição financeira, autorizando o DETRAN-DF a ter acesso aos saldos e extratos e condicionando a movimentação da conta à autorização desta Autarquia; e autorização formal da CONTRATADA para que a conta somente seja movimentada mediante determinação do CONTRATANTE.
- 13.8. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado mediante autorização do CONTRATANTE, após comprovação da ocorrência de evento que justifique o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013.
- 13.9. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento formal, instruído com planilha eletrônica detalhada e documentação comprobatória da ocorrência do fato gerador da obrigação trabalhista, nos termos do art. 11 do Decreto Distrital nº 34.649/2013.
- 13.10. O valor a ser liberado não poderá exceder o limite individual constituído para cada tipo de provisão, sendo vedada a utilização de recursos de uma provisão para quitação de obrigação diversa.
- 13.11. A CONTRATADA poderá solicitar a liberação de valores da conta vinculada para pagamento de indenizações trabalhistas decorrentes da execução contratual, devendo, para tanto, apresentar documentação comprobatória da efetiva quitação das verbas correspondentes.

13.12. A liberação do saldo remanescente da conta vinculada ocorrerá ao término da vigência contratual, após certificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas, observado o disposto na Lei Distrital nº 4.636/2011 e no Decreto Distrital nº 34.649/2013.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1. Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 119 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, serão exigidos dos licitantes os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica para a execução do objeto.

14.2. As exigências de habilitação guardam pertinência e proporcionalidade com a natureza da contratação, que envolve prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo a gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho distribuídos em diversas unidades do DETRAN-DF.

14.3. Em observância ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, eventuais restrições à participação encontram-se devidamente motivadas nas características técnicas e operacionais da solução, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026.

14.4. Previamente à análise da habilitação, a Administração verificará a existência de impedimentos à participação e à contratação do licitante, mediante consulta aos seguintes cadastros oficiais, nos termos da legislação vigente:

14.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

14.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

14.4.3. Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU;

14.4.4. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

14.5. A constatação de qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública implicará a inabilitação do licitante, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.6. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.8. **Habilitação Jurídica**

14.8.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do licitante:

14.8.2. No caso de empresário individual, registro comercial devidamente inscrito na Junta Comercial competente.

14.8.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de designação de seus administradores, quando aplicável.

14.8.4. No caso de sociedade simples, ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

14.8.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.8.6. Deverá, ainda, ser comprovada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

14.8.7. Os documentos apresentados deverão demonstrar que o objeto social da empresa é compatível com o objeto da presente contratação.

14.8.8. A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da legislação vigente, assegurada à Administração a verificação da validade e regularidade das informações constantes no sistema, bem como a exigência de documentação complementar não contemplada no cadastro.

14.9. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

14.9.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação de:

I – Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

II – Prova de regularidade perante a Fazenda do Distrito Federal;

III – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

V – Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, quando aplicável, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.9.2. A comprovação da regularidade poderá ser realizada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, assegurada à Administração a verificação da validade das certidões e a exigência de documentos complementares, quando necessário.

14.10. **Qualificação Econômico-financeira**

14.10.1. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto contratual de forma estável e sustentável, considerando tratar-se de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, que envolvem obrigações trabalhistas permanentes e gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho.

14.10.2. A comprovação dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

14.10.3. Somente serão habilitadas as empresas em boa situação financeira, e esta será mensurada por intermédio da obtenção dos seguintes índices extraídos do balanço patrimonial, os quais deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e cujo resultado terá no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

Liquidez Geral (LG)

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Solvência Geral (SG)

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

14.10.4. Os índices deverão apresentar resultado superior a 1 (um).

14.10.5. A comprovação poderá ser realizada mediante consulta ao SICAF, quando disponível, sem prejuízo da exigência de documentação complementar, se necessário.

14.10.6. A licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

14.10.7. Considerando que o valor anual estimado da contratação é de **R\$ 9.318.837,24 (nove milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, o patrimônio líquido mínimo exigido, quando aplicável, corresponderá a 10% (dez por cento) desse montante, devendo sua comprovação ocorrer por meio da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida a atualização por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

14.10.8. Deverá ser apresentada declaração, nos termos do art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo no Anexo VI (Modelo de Declaração de Relação de Compromissos), informando a relação de compromissos assumidos, com demonstração de que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;

14.10.9. Deverá ser apresentada declaração, nos termos do art. 67, inc. III da Lei nº 14.133/2021, de que, quando da assinatura do contrato disporá de sede, filial ou escritório no Distrito Federal (DF), local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para receber e solucionar as demandas do CONTRATANTE.

14.10.10. As empresas licitantes deverão apresentar memorial de cálculo específico dos índices econômicos financeiros em referência, que deverá ser elaborado e assinado por profissional habilitado. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de rever os cálculos, com auxílio do Serviço de Contabilidade do DETRAN-DF.

14.10.11. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.11. Qualificação Técnica

14.11.1. A qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da licitante para a execução de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em condições compatíveis com o porte e a complexidade do objeto.

14.11.2. Deverá ser apresentada comprovação de experiência anterior na prestação de serviços terceirizados de natureza continuada, mediante atestado(s) ou certidão(ões) emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.11.3. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis em características e natureza com o objeto desta contratação, bem como experiência mínima de 3 (três) anos na gestão de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

14.11.4. Deverá ser comprovada a gestão simultânea de quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de postos previstos nesta contratação, admitido o somatório de atestados para fins de comprovação.

14.11.5. Os documentos deverão conter identificação do contratante, período de execução e descrição dos serviços prestados, podendo a Administração promover diligências para verificação de sua autenticidade e veracidade.

14.11.6. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito da(s) atividade(s) econômica(s) principal ou secundária(s), especificada(s) no contrato social vigente ou no comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil (cartão CNPJ) da licitante.

14.11.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

14.12. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional ou Certidões, expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com **a alocação de pelo menos 39 (trinta e nove) postos de serviços nas dependências de terceiros.**

14.13. Participação de Consórcios E Cooperativas

14.13.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

14.13.2. A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços

continuados de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução demanda gestão centralizada, padronização de procedimentos operacionais e responsabilidade única da contratada pela administração da força de trabalho.

14.13.3. A eventual participação de consórcios poderia acarretar fragmentação de responsabilidades, aumento da complexidade da gestão e fiscalização contratual, bem como maior risco quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e operacionais.

14.13.4. Ademais, verifica-se a existência de número significativo de empresas no mercado com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar integralmente o objeto da contratação, não se mostrando necessária a ampliação da competitividade mediante a formação de consórcios.

14.13.5. Também não será admitida a participação de cooperativas. A vedação à participação de cooperativas decorre da natureza do objeto, que envolve prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, com definição de jornada, subordinação administrativa, controle de frequência e execução contínua das atividades, características incompatíveis com o regime jurídico das sociedades cooperativas.

14.13.6. A restrição visa assegurar a regularidade das relações de trabalho, a adequada gestão contratual e a correta execução dos serviços, evitando a configuração de intermediação irregular de mão de obra.

15. DA VIGENCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza continuada.

15.2. A prorrogação contratual estará condicionada à demonstração formal, no processo administrativo, de que permanecem vantajosas as condições e os preços para a Administração, sendo admitida a negociação com o CONTRATADO, conforme autoriza o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Para a formalização da prorrogação, deverão ser observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

15.3.0.1. comprovação formal de que a prestação dos serviços possui natureza continuada;

15.3.0.2. juntada de relatório circunstanciado da execução contratual, atestando que os serviços vêm sendo prestados de forma regular e satisfatória;

15.3.0.3. apresentação de justificativa expressa da autoridade competente demonstrando a conveniência e o interesse público na manutenção da contratação;

15.3.0.4. manifestação formal do CONTRATADO quanto ao interesse na prorrogação;

15.3.0.5. comprovação de que o CONTRATADO mantém todas as condições de habilitação exigidas no certame;

15.3.0.6. análise de vantajosidade econômica, inclusive quanto à adequação dos preços praticados aos valores de mercado.

15.4. O CONTRATADO não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, constituindo esta faculdade da Administração, condicionada ao interesse público e ao atendimento dos requisitos legais.

15.5. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, previamente celebrado antes do término da vigência contratual.

15.6. Nas eventuais prorrogações, deverão ser reduzidos ou eliminados os custos não renováveis já pagos ou amortizados durante o primeiro período de vigência contratual, como condição para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e da vantajosidade da contratação.

15.7. Não será admitida a prorrogação contratual caso a CONTRATADA tenha sido penalizado com sanção de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, nos termos dos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

15.8. Da mesma forma, não será realizada a prorrogação caso a CONTRATADA esteja suspensa temporariamente de participar de licitação ou impedida de contratar com a Administração Pública, enquanto vigente a penalidade.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O LICITANTE, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do que prevê o artigo 156 da Lei 14.133, de 2021:

16.1.1. advertência;

16.1.2. multa;

16.1.3. impedimento de licitar e contratar;

16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

16.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

16.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

16.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

16.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 16.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 16.3.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 16.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 16.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 16.3.4. **Multa:**
- 16.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
- 16.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 16.3.4.3. A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
- 16.3.4.4. No caso de inexecução parcial do objeto, a multa compensatória será de 20% sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3.4.5. A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa compensatória de 10% a 30% sobre o valor do contrato.
- 16.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 16.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 16.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 16.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.11. sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber:
- 16.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 16.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 16.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 16.15. O Contratante nos termos do Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 16.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 16.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

17.1. O(s) valor(es) unitário(s) contratado(s) destinado(s) ao(s) fornecimento de uniformes poderá(ão) ser corrigidos anualmente, sendo que a demonstração analítica de alteração dos custos se dará pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data limite para apresentação das propostas, constante do ato convocatório, e o aniversário dessa data, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

17.2. $R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

17.2.1. R = Valor do reajustamento procurado;

17.2.2. V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

17.2.3. I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

17.2.4. I = Índice relativo ao mês do reajustamento

17.3. O efetivo ajuste de valor dos itens citados depende da divulgação oficial do número índice correspondente ao mês da correção, sem prejuízo da apuração das diferenças devidas pelo CONTRATANTE a partir do fato gerador descrito no mencionado item.

17.4. Caberá à CONTRATADA efetuar os cálculos de que trata os referentes acima e apresentar a respectiva memória ou planilha junto a sua solicitação formal para a correção de valores.

17.5. A periodicidade prevista neste capítulo poderá ser reduzida por legislação superveniente.

17.6. A rubrica destinada ao vale-transporte poderá ser repactuada, caso haja majoração dos custos da(s) tarifa(s) de transporte público, e o respectivo aumento implique necessariamente na oneração dos custos propostos pela CONTRATADA para respectiva rubrica, sendo que os efeitos financeiros da repactuação contratual, decorrente do aumento do custo do transporte público, devem vigorar a partir da efetiva modificação do valor de tarifa de transporte público.

17.7. O valores referentes à mão de obra poderão ser repactuados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

17.8. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

17.8.1. Da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

17.8.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.9. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade supracitada, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da CONTRATADA, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

17.10. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

17.11. As repactuações poderão ser divididas em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade da revisão dos preços da contratação, podendo ser realizadas em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

17.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

17.12.1. A repactuação do vale-transporte deverá ser dividida em tantas quanto forem os decretos ou instrumentos equivalentes referentes à alteração no valor da tarifa de transporte público para o Distrito Federal e Goiás.

17.12.2. A repactuação para revisão do valor do contrato em razão de novo acordo, dissídio, convenção coletiva, decreto ou instrumento equivalente deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

17.12.3. No momento da repactuação do valor da mão de obra, e de acordo com a vigência da variação analítica desse custo, será atualizado também o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), tendo em vista a sua atualização anual, conforme o disposto no art. 10 da Lei nº 10.666/2003, art. 202-A, §7º do Decreto nº 3.048/1999 e na Resolução CNP nº 1.329/2017. Entretanto, o Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT), apresentado pela CONTRATADA no momento da licitação, não será atualizado por compor o risco ordinário do negócio, uma vez que a alteração do risco da atividade econômica preponderante da empresa depende de ato volitivo (art. 72, §1º da Instrução RFB nº 971/2009).

17.13. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a CONTRATADA fica obrigada a fornecer plano de saúde aos prestadores de serviço empregados na presente contratação, caso o novo acordo, convenção ou dissídio da categoria não contenha o valor unitário destinado ao plano de saúde, adotar-se-á, como critério de atualização dessa rubrica, a variação do valor unitário do paradigma adotado, para fins do orçamento realizado pelo DETRAN-DF, quando da licitação dos serviços.

17.14. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção, dissídio coletivo, decreto ou instrumento equivalente que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

17.15. As repactuações dos preços dos serviços a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

17.16. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.17. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

17.18. As repactuações dos preços dos serviços poderão ser formalizadas por meio de termo(s) Aditivo ou por meio de apostilamento(s), e se coincidirem com a prorrogação contratual, deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.

17.19. Nos termos da Decisão TCDF nº 4081/2018 (Processo nº 4670/2018), a revisão contratual decorrente de mudança voluntária de regime de tributação da empresa, após a aceitação da proposta de preço no procedimento licitatório, não encontra amparo legal, dado o alcance do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza apenas a revisão decorrente de alteração da carga tributária ocorrida em razão de imposição legislativa.

18. DOS ANEXOS

18.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência os seguintes Anexos:

- I - Anexo I - Planilha de Custos Vale Alimentação e Vale Transporte;
- II - Anexo II - Uniformes e EPIs
- III - Anexo III - Modelo de Proposta de Preços
- IV - Anexo I V - Instrumento de Medição de Resultado;
- V - Anexo V - Modelos de Declarações
- VI - Anexo VI - Modelo de Declaração de Relação de Compromissos

ANEXO I
PLANILHA DE CUSTOS VA/VT

| VALE TRANSPORTE | | | | | |
|---|---|---|---|------------------|--------------|
| Posto | Dias efetivamente trabalhados por mês (21 dias) | Ida | Volta | Valor diário | Valor mensal |
| | | cidade satélite ou entorno até Detran Sede | Detran Sede para cidade satélite ou entorno | | |
| Secretário-Executivo, Técnico em Secretariado, Recepcionista, Almoxarife, Carregador e Supervisor | 21,00 | R\$ 12,05 | R\$ 12,05 | R\$ 24,10 | R\$ 506,10 |
| Observação: | | | | | |
| 1) As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. | | | | | |
| | | | | | |
| Auxílio-Alimentação | | | | | |
| Postos - Diurnos | | Dias Efetivamente Trabalhados por Mês | | Vale-alimentação | Valor Bruto |
| Secretário - Executivo / Técnico em Secretariado ¹ | | 21 | | R\$ 47,00 | R\$ 987,00 |
| Recepcionista, Almoxarifado, Carregador, Supervisor | | 21 | | R\$ 46,38 | R\$ 973,98 |
| Observação: | | | | | |
| 1 | | Valores unitários calculados, conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 , celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) e o Sindicato das Secretárias e dos Secretários do DF (SIS-DF), registrada no MTE em 14/01/2026 | | | |
| 2 | | Valores unitários calculados, conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 , celebrada entre o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SINDISERVICOS/DF) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF), registrada no MTE, em 14/01/2026 | | | |

ANEXO II
UNIFORME E EPIs

| SECRETÁRIA EXECUTIVA | | | | | | | |
|-------------------------|----------------------|----------------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| | | | | | | | |
| TÉCNICO EM SECRETARIADO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| | | | | | | | |
| RECEPCIONISTA FEMININO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| Blazer | 2 | 1 | Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores. | 3 | | | |
| Calça / Saia | 2 | 2 | Tipo esporte fino, com zíper, na cor preta e saia na altura do joelho. | 4 | | | |
| Lenço | 2 | 1 | Em crepe coxibo, tipo laço com entretela compatível com o modelo, na cor preta e o nome da empresa na cor cinza, de boa qualidade. | 3 | | | |
| Camisa Social | 2 | 2 | Em tecido VANESSA, gola com entretela compatível com o modelo, cor cinza, de boa qualidade. | 4 | | | |
| Par de sapatos | 2 | 1 | Na cor preta, de boa qualidade, de couro, tipo scarpin ou estilo boneca. | 3 | | | |
| Par de meias 3/4 | 4 | 2 | Finas, de boa qualidade, na cor preta. | 6 | | | |
| | | | | | | | |
| RECEPCIONISTA MASCULINO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Blazer | 2 | 1 | Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores. | 3 | | | |
| Calça | 2 | 2 | Calça comprida social, com zíper, com presilhas para cinto, na cor preta. | 4 | | | |
| Gravata | 2 | 1 | Em tecido 100% poliéster ou 100% seda, de boa qualidade. | 3 | | | |

| Camisa Social | 2 | 2 | Estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, na cor cinza, com botões nos punhos e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo. | 4 | | | |
|---|----------------------|----------------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| Par de sapatos | 2 | 1 | Tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preto de boa qualidade. | 3 | | | |
| Par de meias | 4 | 2 | Tecido em algodão, poliamida e elastano, de boa qualidade, na cor preta. | 6 | | | |
| ALMOXARIFE | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Calça Jeans | 2 | 2 | Calça comprida confeccionada em tecido resistente, com bolsos, adequada à atividade, na cor a ser definida pela contratante. | 4 | | | |
| Camisa pólo de manga curta | 3 | 2 | Camisa pólo de mangas curtas, com abotoamento, confeccionada em malha fria, contendo o emblema da empresa, na cor a ser definida pela contratante. | 5 | | | |
| Botina de couro c/ biqueira de aço | 1 | 1 | Bico de aço com proteção contra impacto de até 200 J e compressão de até 15 kN; Couro relax legítimo com costura dupla – mais resistência e durabilidade; Solado PU monodensidade com sistema antipronação e excelente aderência; Forração interna com tecido de alta absorção – conforto térmico e respirabilidade; Atende às normas ABNT NBR ISO 20344:2015 e 20345:2015; CA 17138 – aprovado para riscos mecânicos e escorregamento (SB e SRA); | 2 | | | |
| par de meia de algodão branca | 6 | 6 | Conjunto de 6 pares de meias esportivas brancas projetadas para uso diário versátil e atividades esportivas; | 12 | | | |
| | | | TAMANHO UNIVERSAL: Serve na maioria dos tamanhos de pés adultos 37-42, proporcionando um ajuste confortável para homens e mulheres; | | | | |
| | | | DESIGN COM CANELADO: Apresenta um punho canelado clássico que ajuda a manter as meias no lugar sem escorregar durante as atividades | | | | |
| | | | AJUSTE CONFORTÁVEL: Estilo de cano médio proporciona conforto ideal para uso diário | | | | |
| Par de Luvas tricotadas anti-corte com palma em poliuretano | 3 | 3 | Luva de segurança tricotada com resistência ao corte (TDM), confeccionada em fibras sintéticas, fios de elastano e polietileno de alta performance, revestimento da palma, face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU) antiderrapante, resistente ao calor de contato, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. | 6 | | | |
| | | | Óculos de segurança, com visor, apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça. | | | | |

| Óculos de Segurança | 1 | 1 | Visor e hastes em policarbonato incolor ou cinza. Leve e envolvente, se acomoda de forma confortável no rosto. | 2 | | | |
|---|----------------------|----------------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| | | | | | | | |
| CARREGADOR | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Calça Jeans | 2 | 2 | Calça comprida confeccionada em tecido resistente, com bolsos, adequada à atividade, na cor a ser definida pela contratante. | 4 | | | |
| Camisa pólo de manga curta | 2 | 2 | Camisa pólo de mangas curtas, com abotoamento, confeccionada em malha fria, contendo o emblema da empresa, na cor a ser definida pela contratante. | 5 | | | |
| Botina de couro c/ biqueira de aço | 1 | 1 | Bico de aço com proteção contra impacto de até 200 J e compressão de até 15 kN; Couro relax legítimo com costura dupla – mais resistência e durabilidade; Solado PU monodensidade com sistema antipronação e excelente aderência; Forração interna com tecido de alta absorção – conforto térmico e respirabilidade; Atende às normas ABNT NBR ISO 20344:2015 e 20345:2015; CA 17138 – aprovado para riscos mecânicos e escorregamento (SB e SRA); | 2 | | | |
| Kit 06 pares meia de algodão branca | 6 | 6 | Conjunto de 6 pares de meias esportivas brancas projetadas para uso diário versátil e atividades esportivas; | 12 | | | |
| | | | TAMANHO UNIVERSAL: Serve na maioria dos tamanhos de pés adultos 37-42, proporcionando um ajuste confortável para homens e mulheres; | | | | |
| | | | DESIGN COM CANELADO: Apresenta um punho canelado clássico que ajuda a manter as meias no lugar sem escorregar durante as atividades | | | | |
| | | | AJUSTE CONFORTÁVEL: Estilo de cano médio proporciona conforto ideal para uso diário | | | | |
| Par de Luvas tricotadas anti-corte com palma em poliuretano | 6 | 6 | Luva de segurança tricotada com resistência ao corte (TDM), confeccionada em fibras sintéticas, fios de elastano e polietileno de alta performance, revestimento da palma, face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU) antiderrapante, resistente ao calor de contato, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. | 12 | | | |
| Óculos de Segurança | 1 | 1 | Óculos de segurança, com visor, apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça. | 2 | | | |
| | | | Visor e hastes em policarbonato incolor ou cinza. Leve e envolvente, se acomoda de forma confortável no rosto. | | | | |

| | | | | | | | |
|------------------------------------|----------------------|-------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| Cinta lombar c/ suspensórios | 1 | 1 | Confeccionado em elástico de altíssima qualidade, com costura em nylon de alta resistência que garante durabilidade. | 2 | | | |
| | | | Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. | | | | |
| | | | Elástico reforçado com Hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. | | | | |
| | | | | | | | |
| SUPERVISOR | | | | | | | |
| | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| ITEM | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

A Empresa , inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº instalada na (endereço completo), *telefone, fax e endereço eletrônico* (e-mail), apresenta proposta para:

| Posto | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
|-------------------------|-----------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Secretária Executiva | 10 | | | | |
| Técnico em Secretariado | 41 | | | | |
| Recepcionista | 23 | | | | |
| Almoxarife | 2 | | | | |
| Carregador | 2 | | | | |
| Supervisor | 2 | | | | |
| TOTAL | 80 | | R\$ - | R\$ - | R\$ - |

a) Validade da Proposta: dias (*não inferior a 60 dias*).

b) Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco Agência Conta Corrente nº .

Obs.: As empresas que possuem sede, filiais ou representações no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do contratado junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Dessa forma deverão indicar número da conta corrente a agência do BRB, em cumprimento ao disposto Decreto nº 32.767 de 17 de fevereiro de 2011.

c) Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

d) Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.

e) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Data da Proposta

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa Identificação do Cargo

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

- 18.2. Os serviços terceirizados de apoio administrativo, a serem executados nas dependências das unidades do DETRAN-DF, estarão sujeitos à aplicação do presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) .
- 18.3. O presente IMR é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações e verificações periódicas à cargo da fiscalização do contrato (técnica, administrativa e pelo público usuário).
- 18.4. A meta a ser atingida pela empresa é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100%, para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.
- 18.5. Cálculo do Valor Final da Fatura Mensal a ser pago pelo Contratante (VF)

$$VF = VM \times FQ;$$

- 18.6. Onde:

VF: Valor Final da Fatura Mensal a ser pago pelo CONTRATANTE;
 VM: Valor da Medição relativa aos serviços / fornecimento;
 FQ: Fator de Qualidade (%);

- 18.7. O efeito da aplicação do FQ é variável de acordo com a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, a ser avaliada, e poderá reduzir em até 4,5 % (quatro inteiros e cinco décimos por cento) o valor final da Fatura Mensal a ser pago pelo CONTRANTE (VF)
- 18.8. O Fator de Qualidade (FQ) será obtido por meio de apuração de pontos correspondentes a acontecimentos no mês de referência, conforme tabela abaixo. Essa apuração ficará a cargo da fiscalização setorial do contrato que efetuará em registro por meio do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos, adotado pelo DETRAN-DF como instrumento de fiscalização dos Fiscais Setoriais.
- 18.9. Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, a título de carência para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, o Valor de Fatura não sofrerá incidência do Fator de Qualidade (FQ). Nesses meses o Valor de Fatura será igual ao Valor de Medição, ressalvadas eventuais glosas e penalidades.
- 18.10. Ao final de cada período avaliativo, o CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, em que constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa no período. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as falhas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.
- 18.11. As notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, referentes ao faturamento dos serviços deverão observar a aplicação do FQ, a fim de evitar a retenção de impostos a mais pela Administração.
- 18.12.

| Requisitos de apuração dos requisitos | | | |
|---------------------------------------|----------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Item | Descrição da avaliação | Fator de Qualidade | Conceito de qualidade |
| 1 | Somatório ≤ 20 pontos | 100% | Ótimo |
| 2 | Somatório entre > 20 ≤ 35 pontos | 98,50% | Satisfatório |
| 3 | Somatório entre > 35 ≤ 60 pontos | 97,00% | Regular |
| 4 | Somatório > 60 pontos | 95,50% | Ruim |

- 18.13. Constam a seguir os tipos de falhas de acordo com as respectivas categorias:

| Item | Ocorrências | Pontos |
|------|---|--------|
| 1 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Secretário - Executivo (item 4.6.1) | 15 |
| 2 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Técnico Secretariado (item 4.6.2) | 15 |
| 3 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Recepcionista (item 4.6.3) | 10 |
| 4 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Almoxarife (item 4.6.4) | 5 |
| 5 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Carregador (item 4.6.5) | 5 |
| 6 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Supervisor (item 4.6.6) | 15 |

ANEXO V MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N.º 39.860/2019

Contratação Direta OU Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa , inscrita no CNPJ sob o n.º

, sediada no endereço , telefone n.º , por intermédio do seu representante legal Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14

da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Contratação Direta OU Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa , inscrita no CNPJ sob o n.º

, sediada no endereço, telefone/fax n.º , por intermédio do seu representante legal Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º , DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto da Dispensa Eletrônica nº /2024 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

Brasília (DF), de de .

.....
(representante)

3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Contratação Direta OU Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º

, sediada no endereço, telefone/fax n.º , por intermédio do seu representante legal Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º , DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes do FORNECEDOR/CONTRATADO, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que o FORNECEDOR/CONTRATADO fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências

dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), de de .

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA (SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 429 DA CLT

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº_/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa , inscrita no CNPJ sob o nº
, sediada no endereço_, telefone ()_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº ,
DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

5. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/21

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº_/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa_, inscrita no CNPJ sob o nº
, sediada no endereço_, telefone ()_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº ,
DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos
em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na
condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro
contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a
iniciativa privada e administração pública:

| Nome do Órgão / Empresa | Nº / Ano do Contrato | Resumo do objeto | Valor Mensal do Contrato |
|-------------------------|----------------------|------------------|--------------------------|
|-------------------------|----------------------|------------------|--------------------------|

| | | | |
|----------------------------------|--|--|--|
| | | | |
| Valor Total Mensal dos Contratos | | | |

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 19.1. O foro para dirimir questões relativas a este Termo de Referência e ao respectivo Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 19.2. Os recursos contra os atos do Contratante, que ensejarem penalidades, deverão obedecer ao que dispõe o Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelos Decretos Distritais nº 26.993 de 12 de julho de 2006 e nº 27.069 de 14 de agosto de 2006, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93.
- 19.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da CONTRATADA ou por procurador legalmente habilitado. Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia do final, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente nas repartições públicas.

ANEXO B (DO EDITAL)
MODELO DE DECLARAÇÃO
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pregão Eletrônico nº __/2025 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone () _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019. Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço _____.

(Local data)

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO C (do Edital)
TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

| |
|--|
| |
| |

ANEXO D (do Edital)

MINUTA DO CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

* MINUTA DE DOCUMENTO

Contrato de Prestação de Serviços nº XX/20XX
QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO
DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL -
DETRAN/DF E A EMPRESA XXXXXX.
Processo nº XXXXXXXX

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF**, autarquia distrital de regime especial, criada pela Lei nº 5.942, de 18 de novembro de 1973, e estruturada pelo Decreto nº 2.766, de 06 de fevereiro de 1974, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913, Bloco D, Asa Sul, CEP 70.390-135, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, **XXXXXX**, CPF nº **XXXXXX**, CI nº **XXXXXX**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **(XXXX)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(XXXX)**, com sede no **(XXXX)**, neste ato representada por seu representante legal, **(XXXX)** conforme atos constitutivos, doravante denominada **CONTRATADA**. As partes celebram o presente ajuste, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 00055-00002669/2026-66, o Termo de Referência XX/2026 **(XXXXXX)**, o Edital do Pregão Eletrônico nº **(XXXX)**, a Proposta da Contratada **(XXXX)**, a Disponibilidade Orçamentária nº **(XXXX)**, a Nota UCI nº **(XXXX)** e o Parecer Jurídico/PROJUR nº **(XXXX)**, em observância à **Lei nº 14.133/2021**, ao **Decreto Distrital nº 44.330/2023** e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços administrativos de apoio com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme quadro abaixo e especificações detalhadas no Termo de Referência SEI nº 196564611(Anexo I), a serem executados nas unidades do DETRAN-DF.

| Posto de Trabalho | CBO | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Mensal (R\$) | Valor Anual (R\$) | Valor Total 36 meses (R\$) |
|-------------------------|---------|------------|----------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| Secretária Executiva | 2523-05 | 10 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Técnico em Secretariado | 3515-05 | 41 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Recepcionista | 4221-05 | 23 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Almoxarife | 4141-05 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Carregador | 7832-20 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Supervisor | 4101-05 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| TOTAL GERAL | - | 80 | - | | | |

1.2. A contratação compreende 80 postos de trabalho, com jornada de **40 horas semanais** (Lei Distrital nº 7.708/2025), observando o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora e a vedação de redistribuição dos profissionais sem anuência do DETRAN/DF.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência nº (XXXX);
- 1.3.2. Edital do Pregão Eletrônico nº (XXXX),
- 1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (XXXX);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (ART. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/21)

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de **36 (trinta e seis) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que atendidos os seguintes requisitos cumulativos:

- 2.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, comprovando prestação regular dos serviços;

- 2.1.3. Ser juntada justificativa escrita da Administração manifestando interesse na prorrogação;
 - 2.1.4. Haver manifestação expressa da CONTRATADA informando interesse na prorrogação;
 - 2.1.5. Ser comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;
 - 2.1.6. Não haver registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (CADIN).
- 2.2. A prorrogação de que trata o item anterior será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de atestado da autoridade competente de que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração.
- 2.3. A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período de vigência serão reduzidos ou eliminados como condição para renovação.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam detalhadamente no Termo de Referência nº XXXXXX (Anexo I), parte integrante deste contrato.
- 3.2. A execução dar-se-á na forma de **execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e do Parecer Referencial PGDF nº 44/2023.
- 3.3. A gestão contratual adotará o modelo por desempenho/resultado, conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Anexo IV do Termo de Referência (Anexo I deste contrato), com aplicação mensal do Fator de Qualidade (FQ) para aferição da conformidade dos serviços prestados, cujos índices impactarão diretamente na liquidação da fatura mensal.
- 3.4. Durante os primeiros 3 (três) meses de vigência contratual, a título de carência para ajustes na execução dos serviços, o Valor Final da Fatura Mensal não sofrerá incidência do Fator de Qualidade (FQ), sem prejuízo da aplicação de eventuais glosas e penalidades.
- 3.5. O recebimento do objeto observará o rito previsto no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:
- 3.5.1. **Provisório:** mensalmente, pela fiscalização técnica, mediante o recebimento do relatório de prestação de serviços e documentação comprobatória enviada pela CONTRATADA, para fins de conferência qualitativa e quantitativa do IMR;
 - 3.5.2. **Definitivo:** realizado mensalmente, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais relativas ao período, incluindo a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da CONTRATADA, com lavratura do respectivo termo circunstanciado assinado pelas partes, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
 - 3.5.2.1. Ao encerramento definitivo do contrato, seja por término da vigência, extinção ou rescisão, será elaborado relatório final de execução, com balanço das obrigações cumpridas, pagamentos realizados, eventuais pendências trabalhistas e demais informações relevantes para a regularização contratual.
- 3.6. A fiscalização será exercida por gestor e fiscais designados pela DIRAG/GGERDAB, cabendo-lhes:
- 3.6.1. Aferir o cumprimento das metas do IMR;
 - 3.6.2. Comunicar irregularidades no prazo de 24h;
 - 3.6.3. Atestar as Notas Fiscais para efeito de pagamento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. A subcontratação do objeto deste contrato é expressamente vedada, cabendo à CONTRATADA a execução direta de todos os serviços, conforme art. 77 da Lei nº 14.133/2021 e item 8.14.1.1 do Termo de Referência (Anexo I).
- 4.2. A CONTRATADA responderá solidariamente por eventuais subcontratações irregulares, respondendo por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais decorrentes da execução do objeto.
- 4.3. A Administração reserva-se o direito de verificar, a qualquer tempo, a regularidade da execução direta dos serviços, podendo aplicar sanções contratuais e administrativas em caso de descumprimento, nos termos da Cláusula Décima Terceira.
- 4.4. A vedação à subcontratação aplica-se especialmente à alocação de mão de obra, preservando a dedicação exclusiva dos profissionais nos locais de prestação dos serviços conforme especificado no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)

- 5.1. O valor global estimado desta contratação é de R\$ XXX (xxxx), correspondendo ao valor mensal de R\$ xxxx (xxxx), conforme Quadro de Postos de Trabalho e Planilha de Custos do Termo de Referência SEI nº XXXXXX (Anexo I).
- 5.2. Considerando o modelo de gestão contratual por desempenho/resultado, o Valor Final da Fatura Mensal (VF) será calculado conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR), aplicando-se o Fator de Qualidade (FQ) mensal conforme Anexo IV.
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. O valor é meramente estimativo, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA proporcionais aos quantitativos efetivamente prestados e atestados pela fiscalização do contrato, observadas as retenções para obrigações trabalhistas e conta vinculada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Prazo de pagamento

- 6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, desde que acompanhada da documentação exigida contratualmente e em condições de liquidação da despesa,

após a devida aprovação pela fiscalização e ateste do gestor do contrato.

6.3. No caso de atraso imputável ao Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme disposto no art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de pagamento

6.4. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

6.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

6.6. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, exceto os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

6.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. O contratado regularmente optante pelo Simples nacional, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da Documentação Obrigatória para Pagamento

6.12. Para liberação de cada pagamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:

- I - cópia da folha de pagamento do mês, resumo da folha e contracheques devidamente quitados;
- II - comprovantes de pagamento de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos em contrato ou Convenção Coletiva;
- III - comprovantes de recolhimento do FGTS (GFIP ou sistema equivalente);
- IV - comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias (DCTFWeb e respectivo DARF quitado, quando aplicável);
- V - recibos de entrega de uniformes, nas competências em que houver fornecimento;
- VI - comprovantes de pagamento de férias e décimo terceiro salário, nas competências correspondentes;
- VII - documentos rescisórios completos, quando houver desligamento de empregado vinculado ao contrato.

6.12.1. A não apresentação de qualquer dos documentos elencados no item anterior ensejará a **retenção parcial da fatura mensal**, em valor proporcional ao inadimplemento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

6.12.2. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e das contribuições previdenciárias.

6.12.3. Quando ocorrer admissão ou demissão de empregados vinculados ao contrato, deverão ser apresentados os respectivos exames médicos admissionais ou demissionais, registros na CTPS e documentos rescisórios pertinentes.

6.12.4. A cada período de 12 (doze) meses de vigência, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados na execução contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 135, § 1º)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art.

135, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a CONTRATADA é obrigada a fornecer plano de saúde aos empregados alocados na execução contratual. Caso o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria não contenha valor unitário específico destinado ao plano de saúde, adotar-se-á, como critério de atualização dessa rubrica por ocasião de repactuação, a variação do valor unitário do paradigma

adotado quando da elaboração do orçamento pelo CONTRATANTE por ocasião da licitação.

7.28. A comprovação da concessão e do efetivo pagamento do plano de saúde deverá ser apresentada mensalmente pela CONTRATADA à fiscalização do contrato, como condição para liberação do pagamento.

7.29. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.1.9.1. Indicar pessoas expressamente nominada para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.9.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.1.9.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.1.9.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.9.5. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.9.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Detran/DF para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Indicar formalmente preposto, por meio de declaração contendo nome completo, CPF, documento de identidade, contatos telefônicos e qualificação profissional, o qual será aceito pela Administração para representar a CONTRATADA na execução do contrato, não sendo necessária sua permanência no local de execução dos serviços.

9.1.1.1. O preposto deverá realizar, no mínimo, **visita quinzenal** à unidade gestora do contrato, devendo comparecer sempre que convocado pelo CONTRATANTE.

9.1.1.2. Não poderão ser nomeados como prepostos os profissionais já alocados nos postos de trabalho objeto deste contrato, sendo os custos do preposto parte integrante dos custos indiretos da contratação.

9.1.1.3. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a permanência do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.1.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 37, II, da Lei n.º 14.133/2021) prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade

e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.24. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.1.27. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

- 9.1.28. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.1.29. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.30. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 9.1.31. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.1.32. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.1.33. Substituir o empregado ausente no prazo máximo de **90 (noventa) minutos**, contados da comunicação formal pelo fiscal do contrato, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços sem interrupção.
- 9.1.33.1. Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas de notificação formal, o empregado cuja conduta, comportamento ou desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização do contrato, vedada a realocação do substituído em qualquer posto vinculado a este contrato.
- 9.1.33.2. Manter quadro de reserva capacitado e disponível para cobertura imediata de faltas, férias, licenças e afastamentos legais, de modo a garantir o preenchimento integral dos postos contratados sem ônus adicional para o CONTRATANTE.
- 9.1.33.3. O não atendimento dos prazos de substituição estabelecidos nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às glosas e penalidades previstas neste contrato e no Instrumento de Medição de Resultados — IMR (Anexo IV do Termo de Referência, Anexo I deste contrato).
- 9.1.33.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.1.37. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 9.1.37.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
- 9.1.37.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 9.1.38. Realizar os serviços nas dependências do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF ou onde ocorra sua atuação;
- 9.1.39. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento.
- 9.1.40. A empresa com 200 ou mais empregados está obrigada a preencher o mínimo de 0,5% a 1,5% dos seus cargos com mulheres vítimas de violência, habilitadas, na seguinte proporção:
- 9.1.40.1. de 200 a 500 empregados: 0,5%;
- 9.1.40.2. de 501 a 1.000 empregados: 1,0%;
- 9.1.40.3. de 1.001 empregados em diante: 1,5%.
- 9.1.41. O percentual disposto no item anterior não é cumulativo com outros percentuais previstos em lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação.
- 10.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que

venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.

10.6. O Contratado deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária ou seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **item 11.5** deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.2. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos **itens 11.5.1 a 11.5.4**, observada a legislação que rege a matéria.

11.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data em que for notificada.

11.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em observância ao **art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**.

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

11.17.1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

11.17.2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

12.1. Em observância à Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e ao Decreto Distrital nº 34.649/2013, com as alterações promovidas pelos Decretos Distritais nº 36.164/2014 e nº 40.251/2019, será adotada conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação — como mecanismo de controle e proteção do patrimônio público do Distrito Federal.

12.2. A conta vinculada tem por finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento das obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual, mitigando o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

12.3. Serão retidas mensalmente, de forma provisória, do valor bruto devido à CONTRATADA, as provisões relativas a:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e respectivo terço constitucional;

III - multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS sobre as férias e o aviso prévio indenizado;

IV - impactos dessas parcelas sobre o décimo terceiro salário e as férias.

12.4. Os valores retidos não comporão o montante mensal pago diretamente à CONTRATADA, sendo depositados exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta no Banco de Brasília — BRB, em nome da empresa CONTRATADA, com movimentação condicionada à prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

12.5. Previamente à assinatura do contrato, o CONTRATANTE adotará as seguintes providências:

I - solicitação formal à instituição financeira oficial para abertura da conta corrente vinculada em nome da empresa vencedora;

II - assinatura, pela CONTRATADA, de termo específico junto à instituição financeira, autorizando o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos e condicionando a movimentação da conta à sua autorização;

III - autorização formal da CONTRATADA para que a conta somente seja movimentada mediante determinação expressa do CONTRATANTE.

12.6. Eventuais despesas relativas à abertura e manutenção da conta vinculada correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, nos termos do art. 1º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 36.164/2014.

12.7. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado mediante autorização expressa do CONTRATANTE, após comprovação da ocorrência de evento que justifique o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, incluindo:

I - pagamento de férias;

II - pagamento do décimo terceiro salário;

III - pagamento de verbas rescisórias.

12.8. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento formal instruído com planilha eletrônica detalhada e documentação comprobatória da ocorrência do fato gerador da obrigação trabalhista.

12.9. O valor a ser liberado não poderá exceder o limite individual constituído para cada tipo de provisão, sendo vedada a utilização de recursos de uma provisão para quitação de obrigação diversa.

12.10. A liberação do saldo remanescente da conta vinculada ocorrerá ao término da vigência contratual, após certificação pela fiscalização do contrato do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas, observada a legislação aplicável.

12.11. Caso, ao término do contrato, não seja comprovado o pagamento de todas as verbas rescisórias, o CONTRATANTE poderá utilizar os valores da conta vinculada para quitação direta dessas obrigações aos trabalhadores.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

13.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

13.2. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

13.3. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA, multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor

do CONTRATO;

13.4. O não cumprimento da obrigação implicará:

13.4.1. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

13.4.2. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

13.4.3. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

13.5. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

13.6. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nas alíneas 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3. **Multa:**

14.3.1. **Multa Moratória por Atraso na Execução:** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso de até 10 (dez) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços do DETRAN/DF, conforme despacho fundamentado do fiscal do contrato.

14.3.1.1. Ultrapassado o limite de 15 (quinze) dias, cessará a incidência da multa moratória, podendo a Administração, a seu critério, optar pela extinção do contrato ou pela aplicação da multa compensatória por inexecução parcial prevista no item 13.3.4, a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso injustificado.

14.3.2. **Atraso Superior a 45 dias:** No caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos na execução dos serviços, sem regularização pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá requerer a extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.3.3. **Multa Moratória por Atraso na Garantia:** de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reforço da garantia. O atraso de até 5 (cinco) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços do DETRAN/DF.

14.3.3.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, independentemente da aplicação da multa moratória prevista no item 13.3.3.

14.3.4. **Multa Compensatória por Inexecução Parcial:** de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, observado o valor mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato. Havendo grave risco ou dano ao funcionamento dos serviços do DETRAN/DF, a multa compensatória incidirá sobre o valor total do contrato, mediante despacho fundamentado do gestor do contrato identificando o nexo entre a inexecução parcial e o grave risco ou dano verificado.

14.3.5. **Multa Compensatória por Inexecução Total:** de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços do DETRAN/DF, a multa será aplicada em seu patamar máximo.

14.3.6. **Multa Compensatória por Fraude ou Inidoneidade:** de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato para as infrações descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8.

14.4. A Administração pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa. Havendo provimento da defesa, o valor retido será devolvido em até 10 (dez) dias úteis.

- 14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.7. Antes da aplicação de qualquer sanção, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação oficial.
- 14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.11. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.11.2. As peculiaridades do caso concreto e circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.11.3. Os danos que dela provierem para o **DETRAN/DF**;
 - 14.11.4. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

- 15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 15.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
 - 15.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - 15.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 15.4.3. Indenizações e multas.
- 15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).
- 15.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 15.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 15.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 15.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:
- 15.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e
 - 15.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 15.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).
- 15.11. O contratante poderá ainda:
- 15.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e
 - 15.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

15.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 24201 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF

Fonte de Recursos: XXX

Programa de Trabalho: XXXXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXX

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

21.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.

21.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.

21.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.

21.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.

21.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

21.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.

21.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.

21.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.

21.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

21.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

21.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.

21.13. Lei-DF nº 4.799/2012, que institui a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

21.14. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.

21.15. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.

21.16. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

21.17. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Brasília, XX de XXXX de 20XX.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXXXX
DIRETOR-GERAL - DETRAN/DF

Pela Contratada:

XXXXXX
XXXXXXXXXX

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência n.º 23/2026 - DETRAN/DG/DIRAG/GERDAB

TERMO DE REFERÊNCIA.

22. DEFINIÇÃO DO OBJETO

22.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas unidades administrativas e de atendimento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

| CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | | | | | | |
|-------------------------------|--------|-----|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Posto | CATSER | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
| Secretária Executiva | 16578 | 10 | R\$ 16.099,22 | R\$ 160.992,16 | R\$ 1.931.905,96 | R\$ 5.795.717,89 |
| Técnico em Secretariado | 16578 | 41 | R\$ 9.306,13 | R\$ 381.551,40 | R\$ 4.578.616,80 | R\$ 13.735.850,41 |
| Recepcionista | 8729 | 23 | R\$ 8.503,65 | R\$ 195.583,97 | R\$ 2.347.007,62 | R\$ 7.041.022,86 |
| Almoxarife | 14907 | 2 | R\$ 8.241,79 | R\$ 16.483,59 | R\$ 197.803,07 | R\$ 593.409,21 |
| Carregador | 14389 | 2 | R\$ 6.355,16 | R\$ 12.710,32 | R\$ 152.523,87 | R\$ 457.571,60 |
| Supervisor | 25623 | 2 | R\$ 9.851,85 | R\$ 19.703,71 | R\$ 236.444,47 | R\$ 709.333,41 |
| TOTAL | | 80 | | R\$ 787.025,15 | R\$ 9.444.301,79 | R\$ 28.332.905,38 |

22.2. A contratação compreende a disponibilização, gestão, supervisão e alocação de profissionais terceirizados, devidamente qualificados, para o desempenho de atividades de apoio administrativo, operacional e de atendimento ao público, sem subordinação direta à Administração, observada a autonomia gerencial da empresa contratada, nos termos da legislação vigente.

22.3. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, assegurando-se a regularidade, a eficiência e a qualidade das atividades de apoio às áreas administrativas e operacionais do DETRAN-DF, bem como a adequada cobertura das unidades localizadas em diferentes endereços e regiões do Distrito Federal.

22.4. A presente contratação não envolve a execução de atividades típicas de Estado, nem atribuições privativas de cargos públicos, tais como exercício de poder de polícia administrativa, tomada de decisão administrativa, emissão de atos administrativos, análise técnica conclusiva ou qualquer outra função exclusiva de servidor público, restringindo-se às atividades de natureza auxiliar e de apoio.

22.5. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que demonstrada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção do ajuste e o atendimento ao interesse público.

23. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

23.1. A presente contratação encontra amparo no ordenamento jurídico vigente aplicável às contratações públicas, especialmente à

contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, observando normas federais, distritais e orientações jurídicas referenciais aplicáveis ao âmbito do Distrito Federal. Constituem fundamentos legais e normativos da presente contratação, entre outros:

- 23.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023, que disciplinam o planejamento, a contratação, a execução, a gestão e a fiscalização de contratos administrativos;
- 23.1.2. Lei Distrital nº 7.708/2025 e Decreto Distrital nº 39.978/2019, no que couber, aplicáveis à execução indireta de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Distrito Federal;
- 23.1.3. Instruções Normativas SEGES nº 58/2022 e nº 05/2017, com alterações da IN nº 07/2018, utilizadas como referência técnica supletiva;
- 23.1.4. Pareceres Referenciais da PGDF, notadamente o Parecer SEI-GDF nº 022/2021 e o Parecer nº 44/2023 – PGCONS;
- 23.1.5. Manual de Preenchimento de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ), adotado como referência técnica para a estruturação da planilha de custos da contratação.
- 23.2. O presente Termo de Referência observa de forma integrada as diretrizes dos normativos acima citados, assegurando conformidade jurídica, mitigação de riscos trabalhistas e contratuais e alinhamento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.
- 23.3. Demais normas legais e regulamentares aplicáveis e o que mais for exigido neste documento.

24. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

24.1. Necessidade da Contratação.

- 24.1.1. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (196000077), o DETRAN-DF não dispõe, em seu quadro próprio de servidores, de cargos destinados à execução de atividades de apoio administrativo nas áreas de secretariado executivo, técnico em secretariado, supervisão, recepção, almoxarifado e carregador.
- 24.1.2. Dessa forma, a contratação visa atender às necessidades permanentes das unidades administrativas e de atendimento do DETRAN-DF nessas áreas, especialmente em atividades operacionais e de apoio que, na ausência de postos específicos, acabam sendo exercidas de forma improvisada por colaboradores de outros contratos, como os de limpeza e vigilância, ou mesmo por servidores efetivos.
- 24.1.3. Para a consecução desses objetivos, mostra-se necessária a contratação indireta do conjunto de serviços, uma vez que tais atividades se inserem no âmbito da área meio, prestando suporte às unidades demandantes e permitindo que estas desempenhem suas atribuições institucionais com maior eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão. Destaca-se, nesse contexto, o serviço de recepção, que desempenha papel essencial na melhoria e humanização do atendimento, por representar o primeiro contato do usuário com a Autarquia, garantindo acolhimento adequado, orientação e direcionamento corretos.
- 24.1.4. Ressalte-se, ainda, que o DETRAN-DF não possui servidores suficientes ou com atribuições compatíveis para atender às atividades objeto da contratação, de modo que a terceirização desses serviços contribuirá para uma melhor distribuição da força de trabalho atualmente existente, permitindo que servidores hoje alocados em funções de apoio possam ser direcionados às atividades finalísticas e estratégicas, especialmente aquelas voltadas ao atendimento direto ao cidadão.

24.2. Razões de Direito.

- 24.2.1. A presente contratação encontra amparo nos termos previstos na Instrução de Serviços nº 127/2025, bem como na autorização formal constante do Documento de Formalização de Demanda – DFD (192057803)
- 24.2.2. Nos termos do referido normativo, os processos de licitação e contratação compreendem as fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão do contrato, sendo obrigatória, na fase de planejamento, a formalização da necessidade, a análise de riscos e a elaboração dos artefatos técnicos, dentre os quais o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.
- 24.2.3. Além disso, o normativo atribui aos gestores e fiscais de contrato a responsabilidade pela adequada execução contratual, fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como pelo acompanhamento de eventuais prorrogações, repactuações, reequilíbrio econômico-financeiro e demais atos inerentes à gestão contratual, reforçando a necessidade de estruturação adequada da contratação desde a fase de planejamento.

24.3. Razões de fato.

- 24.3.1. O Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional e ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade, necessita da contratação de serviços de apoio administrativo para dar suporte às suas unidades administrativas e operacionais.
- 24.3.2. Atualmente, a inexistência desses serviços na estrutura organizacional do órgão gera a necessidade de realocação de servidores e de outros terceirizados para o desempenho de atividades como recepção, logística de apoio e assessoramento administrativo às Diretorias e Gerências, o que compromete, em determinados contextos, o atendimento direto ao cidadão e a eficiência das atividades finalísticas.
- 24.3.3. Nesse cenário, a contratação pretendida alinha-se às diretrizes estratégicas do DETRAN-DF, que vem desenvolvendo ações voltadas à excelência na prestação de serviços públicos, fundamentadas nos princípios da inovação, humanização e educação. Tais princípios orientam o alcance das metas estabelecidas no Mapa Estratégico 2024–2030, especialmente no que se refere à oferta de serviços mais eficientes, acessíveis e humanizados à população.

24.4. Justificava da escolha.

24.4.1. A descrição dos cargos integrantes do quadro de servidores do DETRAN-DF não contempla atribuições relacionadas às atividades de apoio administrativo objeto desta contratação, inexistindo, portanto, previsão legal ou estrutural para o suprimento dessas demandas por meio de concurso público.

24.4.2. Os cargos existentes na estrutura organizacional da Autarquia possuem atribuições específicas, muitas delas privativas das carreiras do DETRAN-DF, sendo incompatíveis com as atividades pretendidas, que se caracterizam como serviços auxiliares e de suporte administrativo.

24.4.3. Dessa forma, não se mostra viável a execução direta dos serviços pelo órgão, seja em razão da ausência de cargos compatíveis, seja pelo quantitativo reduzido de servidores disponíveis. Tampouco há possibilidade de criação ou provimento de cargos públicos para esse fim no curto ou médio prazo.

24.4.4. Assim, a solução técnica e economicamente mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas áreas de secretariado executivo, técnico em secretariado, supervisão, recepção, almoxarifado e carregador, a fim de atender às necessidades do DETRAN-DF em suas diversas unidades.

25. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

25.1. Prestação de serviços terceirizados de apoio especializado nas áreas apoio administrativo nas áreas de secretário executivo, técnico em secretariado, supervisor, recepcionista, almoxarife e carregador.

25.2. Quantitativo e distribuição dos postos:

| POSTO | CBO | QUANTIDADE | DISTRIBUIÇÃO |
|-------------------------|---------|------------|---|
| SECRETÁRIA EXECUTIVA | 2523-05 | 10 | DIREÇÃO GERAL (1), DIREÇÃO GERAL ADJUNTA (1)e DIRETORIAS (8) |
| TÉCNICO EM SECRETARIADO | 3515-05 | 41 | CORREGEDORIA (1), PROJUR (1), UCI (1), OUVIDORIA (1), ASCOM (1), COORDENAÇÕES (8), GERÊNCIAS (27) E ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (1) |
| RECEPCIONISTA | 4221-05 | 23 | UNIDADES DE ATENDIMENTO CGATE: BRAZLÂNDIA (2), GAMA (3), PARANOÁ (2), PLANALTINA (2), RECANTO DAS EMAS (2), SOBRADINHO (2), TAGUATINGA (5), AEROPORTO (2) DETRAN SEDE (3) |
| ALMOXARIFE | 4141-05 | 2 | NUMAT |
| CARREGADOR | 7832-20 | 2 | NUSEG |
| SUPERVISOR | 4101-05 | 2 | NUSEG |
| - | - | 80 | - |

25.3. Natureza da contratação

25.3.1. Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, não superiores ao necessário para o atendimento das finalidades a que se destinam, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 73 e 77 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

25.3.2. Tratam-se de serviços continuados, tendo em vista que atendem a necessidades permanentes da Administração e são essenciais à manutenção das atividades administrativas do DETRAN-DF, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

25.3.3. Registra-se, ainda, que o objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do art. 74, inciso I, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

25.3.4. As atividades a serem exercidas pelos profissionais terceirizados caracterizam-se como atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais do órgão, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, não havendo sobreposição com atribuições típicas de cargos públicos.

25.4. Local de prestação dos serviços:

25.4.1. Os serviços serão prestados, dentre outros locais, nas seguintes unidades do DETRAN-DF:

25.4.1.1. EDIFÍCIO SEDE (Nova Sede) – SEPS 713/913 BLOCO D – Bairro ASA SUL – CEP 70390-135.

- 25.4.1.2. DEPÓSITO DE VEÍCULOS NA ASA NORTE (DVA I) - SAM Bloco T - Asa Norte.
- 25.4.1.3. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN II – TAGUATINGA - QNL AE 04 - Taguatinga Norte/DF.
- 25.4.1.4. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN IV – PARANOÁ - Q-04 Conj. B Lote 03/04 - Paranoá/DF.
- 25.4.1.5. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN V GAMA - Avenida do Contorno, Lote 03 – Gama.
- 25.4.1.6. GERTRAN VI – SOBRADINHO - Q-14 Lotes 29/30 - Sobradinho/DF.
- 25.4.1.7. NUTRAN II – PLANALTINA - Av. W/2 Lote 01 Setor Administrativo - Planaltina/DF.
- 25.4.1.8. NUTRAN IV - RECANTO DAS EMAS - Av. Recanto das Emas.
- 25.4.1.9. NUTRAN III - BRAZLÂNDIA - Área Especial 1 sul lote 02/05 – Brazlândia/DF.
- 25.4.1.10. NUTRAN I - Aeroporto de Brasília.

25.5. Da jornada e das circunstâncias especiais de trabalho:

25.5.1. A jornada de trabalho dos profissionais alocados para execução dos serviços objeto desta contratação será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, observada a legislação aplicável e as necessidades operacionais das unidades do DETRAN-DF.

25.5.2. Essa redução da jornada, sem prejuízo da remuneração, encontra respaldo na Lei Distrital nº 7.708, de 9 de junho de 2025, que dispõe sobre garantias trabalhistas a serem observadas na execução de contratos administrativos no âmbito público distrital. Nos termos do seu art. 5º, é facultado aos contratos de prestação contínua de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra a redução da carga semanal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador, como medida de proteção e melhoria das condições de trabalho dos terceirizados.

25.5.3. Por se tratar de postos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa contratada deverá observar rigorosamente que os profissionais alocados no âmbito deste contrato não poderão ser redistribuídos para outras atividades ou locais de trabalho distintos daqueles previstos para a execução do objeto, nem ter sua jornada distribuída em serviços de terceiros, sob pena de infringir a natureza da dedicação exclusiva pactuada e comprometer a execução contratual.

25.5.4. A adoção da jornada semanal de 40 (quarenta) horas, sem prejuízo da remuneração, não implicará a transferência dos trabalhadores para outras atividades ou contratos alheios ao escopo desta contratação, preservando os direitos assegurados pela legislação distrital e pelas convenções coletivas aplicáveis. O controle da jornada e do local de prestação dos serviços, bem como a substituição de profissionais em casos de faltas ou afastamentos, será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, de modo a garantir a continuidade dos serviços, observados os intervalos intrajornada, as condições de repouso e as normas de saúde e segurança do trabalho previstas na CLT e na legislação vigente.

25.5.5. Será concedido o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para todos os postos, nos termos do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

25.5.6. O excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, nos termos da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

25.5.7. A CONTRATADA, a seu critério e expensas, poderá instalar ponto eletrônico para supervisionar a frequência de seus profissionais nos seus postos de trabalho.

25.5.8. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

25.6. Descrição das atividades, requisitos e competências dos postos de trabalho:

25.6.1. A presente contratação compreende a alocação de profissionais terceirizados para a execução de atividades de apoio administrativo, observadas as atribuições específicas de cada posto, os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação profissional, experiência e habilidades compatíveis com as funções a serem desempenhadas.

25.6.2. A descrição da solução como um todo, considerada de forma integrada e sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 10/2026, que fundamenta técnica e economicamente a presente contratação, cabendo a este Termo de Referência disciplinar, de forma objetiva e operacional, as exigências necessárias à adequada execução dos serviços.

25.6.3. As atividades a seguir descritas possuem caráter material, acessório, instrumental ou complementar, não se confundindo com atribuições típicas de Estado ou privativas de cargos públicos, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

25.6.4. Secretário Executivo

25.6.4.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "SECRETÁRIO EXECUTIVO", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com curso superior concluído em Secretariado Executivo, conforme estabelecido na Lei nº 7.377/1985. Para este posto será exigido também do profissional alocado conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico) e domínio da língua portuguesa, com boa redação e fluência verbal;

25.6.4.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Secretário Executivo o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.4.2.1. executar atividades de maior complexidade relacionadas ao planejamento, organização e execução de serviços de secretariado junto ao Gabinete da Direção-Geral e Diretorias;

4.7.4.2.2. organizar agendas institucionais, compromissos, reuniões, viagens e eventos oficiais;

4.7.4.2.3. redigir, organizar e controlar documentos, correspondências e informações institucionais;

4.7.4.2.4. recepcionar autoridades, visitantes e usuários, promovendo o adequado encaminhamento;

4.7.4.2.5. apoiar a organização logística de reuniões e eventos;

4.7.4.2.6. manter sigilo sobre informações estratégicas e sensíveis

25.6.4.3. O profissional alocado no posto de Secretário-Executivo deverá exercer suas funções com discrição e postura compatível com o ambiente institucional, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando as normas disciplinares do local de trabalho e apresentando boa comunicação verbal, bem como domínio da gramática e da ortografia da língua portuguesa. Deverá manter-se devidamente identificado e com apresentação pessoal adequada durante a jornada, atuando como interlocutor entre o responsável pela unidade e os agentes internos e externos, especialmente para a organização e o gerenciamento de agendas de reuniões.

25.6.5. Técnico em secretariado

25.6.5.1. Para o atendimento aos postos de TÉCNICO EM SECRETARIADO, a CONTRATADA deverá alocar profissionais com escolaridade mínima de Ensino Médio completo, formação específica em Técnico em Secretariado e conhecimentos básicos de informática, incluindo sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet e correio eletrônico, devendo apresentar perfil compatível com as atividades de apoio administrativo, com desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução de suas atribuições.

25.6.5.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Técnico em Secretariado o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

- 4.7.5.2.1. Controlar agendas, prazos e compromissos administrativos;
- 4.7.5.2.2. Atender chamadas telefônicas, registrar e transmitir recados;
- 4.7.5.2.3. Apoiar a organização de reuniões e atividades administrativas;
- 4.7.5.2.4. Realizar abertura e acompanhamento de chamados técnicos;
- 4.7.5.2.5. Manusear sistemas informatizados e correio eletrônico institucional;
- 4.7.5.2.6. Prestar apoio administrativo contínuo às unidades de lotação.

25.6.5.3. O profissional alocado no posto de Técnico em Secretariado deverá possuir capacitação compatível com as atividades a serem desempenhadas, atuar com discrição e responsabilidade, manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso, zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente de trabalho, cumprir as normas disciplinares, observar prazos, ser pontual e assíduo, manter identificação e apresentação pessoal adequadas, adotar postura compatível com o ambiente institucional do DETRAN-DF e acatar as orientações do supervisor e do executor do contrato.

25.6.6. Recepcionista

Para atender à demanda dos postos de trabalho de "RECEPCIONISTA", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Médio Completo", os quais deverão possuir perfil adequado ao serviço de apoio administrativo de recepção, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas, bem como ter boa comunicação no atendimento aos usuários. Para este posto será exigido, também do profissional alocado, conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico).

Para atender à demanda do posto de trabalho de Recepcionista o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

- 4.7.6.2.1. Atender e efetuar chamadas telefônicas para direcionamento dos usuários que estejam agendados;
- 4.7.6.2.2. Recepcionar, orientar e encaminhar o público em geral, inclusive autoridades para os setores competentes;
- 4.7.6.2.3. Identificar as pessoas que ingressam e circulam nas dependências do DETRAN-DF, efetuando os respectivos credenciamentos e registrando os dados correspondentes em sistema informatizado;
- 4.7.6.2.4. Receber, anotar e transmitir recados;
- 4.7.6.2.5. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- 4.7.6.2.6. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão;
- 4.7.6.2.7. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à segurança, com o devido registro;
- 4.7.6.2.8. Prestar informações e esclarecimentos necessários aos usuários que buscam os serviços nas unidades;
- 4.7.6.2.1. Atender a solicitações encaminhadas pelos setores;
- 4.7.6.2.9. Levantar informações para orientação dos usuários;
- 4.7.6.2.10. Dar suporte em eventos, recepcionando o público;
- 4.7.6.2.11. Observar normas internas de segurança e notificar seguranças sobre presenças estranhas;
- 4.7.6.2.12. Desempenhar outras tarefas necessárias ao bom andamento dos serviços de recepcionamento nas unidades.
- 4.7.6.2.13. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las;

25.6.6.1. Os profissionais alocados no posto de Recepcionista deverão possuir capacitação compatível com as atividades a serem executadas, atuar com discrição e responsabilidade, manter sigilo sobre as informações a que tiverem acesso, zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente de trabalho, observar as normas disciplinares e os prazos estabelecidos, ser pontuais e assíduos, manter-se devidamente uniformizados, identificados e com boa apresentação pessoal durante o horário de trabalho, adotar postura compatível com o ambiente institucional do DETRAN-DF e acatar as orientações do supervisor e do executor do contrato.

25.6.7. Almoxarife

25.6.7.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "ALMOXARIFE", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Médio Completo", os quais deverão possuir perfil adequado ao serviço de apoio administrativo de almoxarifado, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas. Para este posto será exigido, também do profissional alocado, conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico) aplicados à gestão de estoque.

25.6.7.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Almoхарife, o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.7.2.1. Recebimento e conferência de materiais: recepcionar, conferir e descarregar produtos, materiais e equipamentos, verificando notas fiscais, pedidos, quantidades, prazos de entrega, marcas, datas de validade e conformidade com a documentação apresentada, inclusive em conjunto com o solicitante da área demandante.

4.7.7.2.2. Registro, codificação e controle de estoque: realizar lançamentos em sistema informatizado, escanear códigos, codificar e endereçar materiais, manter registros atualizados de estoque, providenciar etiquetagem, controlar entradas e saídas e executar conciliações diárias e inventários periódicos.

4.7.7.2.3. Armazenagem e organização: organizar e manter a estocagem adequada dos materiais, embalar produtos para armazenagem, separar materiais por subgrupos e zelar pela correta disposição física dos itens no almoxarifado.

4.7.7.2.4. Atendimento às requisições internas e logística de materiais: atender, em tempo hábil, às requisições dos usuários, separando, armazenando e distribuindo materiais de uso contínuo ou eventual, bem como organizar materiais para devolução e encaminhar a documentação necessária aos procedimentos administrativos.

4.7.7.2.5. Apoio a inventários e alienação de bens: apoiar as comissões de inventário e de alienação de bens e materiais inservíveis, colaborando nos levantamentos, conferências e demais atividades correlatas

25.6.7.3. O profissional deverá exercer suas atividades com discrição e responsabilidade, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando rigorosamente as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Deverá zelar pela conservação dos equipamentos, materiais e do local de trabalho, cumprir as instruções disciplinares da unidade, observar os prazos estabelecidos para execução das tarefas, bem como manter pontualidade, assiduidade, identificação funcional, uso adequado de uniforme e boa apresentação pessoal, acatando as orientações do supervisor e do executor do contrato.

25.6.8. Carregador

25.6.8.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "CARREGADOR", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Fundamental", os quais deverão possuir aptidão física compatível com as atividades, perfil adequado, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas:

4.7.8.1.1 Realizar carga, descarga e movimentação de móveis, equipamentos e materiais;

4.7.8.1.2. Apoiar alterações de layout e mudanças internas;

4.7.8.1.3. Auxiliar no transporte de materiais entre unidades, quando necessário.

25.6.9. Supervisor

25.6.9.1. Para atender à demanda do posto de trabalho de SUPERVISOR, a CONTRATADA deverá alocar profissional com nível de escolaridade mínima correspondente ao **Ensino Médio completo**, que apresente perfil compatível com as atividades de coordenação e supervisão de equipes, demonstrando desenvoltura, responsabilidade e capacidade de organização. Será exigido, ainda, que o profissional possua conhecimentos básicos de informática, compreendendo o uso de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, navegação na internet e correio eletrônico.

25.6.9.2. O profissional poderá ser alocado nas unidades da Sede do DETRAN-DF (713/913), em Taguatinga ou, conforme a necessidade e o interesse da Administração, em quaisquer outras unidades do órgão.

25.6.9.3. Para atender à demanda do posto de trabalho de Supervisor, o profissional deverá demonstrar desenvoltura, responsabilidade e capacidade de liderança na execução das seguintes atribuições:

4.7.9.2.1. Coordenação e supervisão operacional: coordenar, orientar e fiscalizar as atividades desempenhadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, assegurando o adequado cumprimento das rotinas, o bom andamento dos serviços, a observância das normas regulamentares e dos padrões de conduta estabelecidos, bem como o pleno conhecimento, por parte dos empregados, de suas atribuições, deveres e responsabilidades;

4.7.9.2.2. Gestão disciplinar e de convivência: zelar pela disciplina, pela adequada apresentação pessoal e pela conduta profissional dos empregados, prevenindo conflitos entre os profissionais alocados e entre estes e os usuários dos serviços, adotando as providências necessárias e, quando cabível, acionando a fiscalização do CONTRATANTE;

4.7.9.2.3. Apoio à fiscalização e comunicação institucional: manter interlocução permanente com a fiscalização do contrato, prestando esclarecimentos solicitados, repassando informações relevantes sobre a execução dos serviços, registrando ocorrências relevantes em instrumento próprio e estando apto a esclarecer questões relacionadas às faturas e à execução contratual;

4.7.9.2.4. Controle e apoio às atividades administrativas: fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE, receber e solucionar solicitações e comunicações relacionadas aos serviços, bem como promover o recolhimento e o encaminhamento à fiscalização de objetos ou valores eventualmente encontrados nas dependências do órgão, com o devido registro;

4.7.9.2.5. Atividades complementares: estar à disposição dos profissionais alocados sempre que necessário para solução de problemas operacionais e executar outras atividades inerentes à função, compatíveis com o objeto da contratação.

25.6.9.4. O profissional alocado no posto de Supervisor deverá exercer suas funções com discrição, ética e responsabilidade, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, bem como as instruções disciplinares do local de trabalho. Deverá zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente laboral, cumprir os prazos

estabelecidos para a execução de suas atividades, manter pontualidade e assiduidade, apresentar-se devidamente identificado e com boa apresentação pessoal, adotar postura compatível com as atribuições desempenhadas e acatar as orientações do executor do contrato.

25.6.10. **Da medição mensal do objeto**

25.6.10.1. Por se tratar de serviço de natureza continuada, a medição do objeto será realizada mensalmente, com base na verificação da efetiva prestação dos serviços contratados. A medição considerará, entre outros aspectos, a regularidade da execução, a frequência dos profissionais alocados, o cumprimento da jornada estabelecida, a observância das obrigações contratuais e a inexistência de irregularidades que comprometam a continuidade ou a qualidade dos serviços.

25.6.10.2. A medição mensal constituirá condição para o faturamento e o pagamento dos serviços prestados, sem prejuízo da aplicação de glosas, ajustes ou sanções, quando cabíveis, nos termos deste Termo de Referência, do contrato e da legislação vigente.

25.7. **Da apresentação pessoal, uniformes e EPIs:**

25.7.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os profissionais alocados no contrato mantenham postura compatível com o ambiente institucional, apresentação pessoal adequada, vestimenta condizente com o exercício das atividades e observância dos padrões de discricção e urbanidade exigidos no âmbito do DETRAN-DF. O uso de crachá de identificação funcional é obrigatório para todos os postos, devendo conter identificação visível e compatível com os padrões definidos pela CONTRATANTE.

25.7.2. O uso de uniforme será obrigatório para os postos de **Recepcionista, Almoxarife e Carregador**, devendo os profissionais apresentar-se durante toda a jornada devidamente uniformizados, com peças completas, limpas e em bom estado de conservação. Para os postos de **Secretária Executiva, Técnico em Secretariado e Supervisor**, não será exigido uniforme, permanecendo obrigatória a observância de vestimenta adequada ao ambiente institucional.

25.7.3. Os uniformes e crachás deverão ser fornecidos exclusivamente às expensas da CONTRATADA, nas especificações, quantidades mínimas e periodicidade estabelecidas no Anexo II – Uniformes e EPIs, sendo vedado o repasse de quaisquer custos aos empregados. As peças deverão ser confeccionadas em material de boa qualidade, compatível com as condições climáticas do Distrito Federal, duráveis e resistentes ao desbotamento. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e poderão ser alterados quanto a modelo, cor ou tecido, mediante solicitação da Administração.

25.7.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que previamente aceitas pela Administração.

25.7.5. Às empregadas da CONTRATADA que estejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.

25.7.6. A substituição de uniformes deverá ocorrer sempre que constatado desgaste, defeito ou inadequação, independentemente da periodicidade prevista, sem ônus para a CONTRATANTE ou para os empregados, sendo vedada a exigência de devolução de peças usadas quando da entrega de novas. Às empregadas gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, com substituição sempre que necessário.

25.7.7. Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente todos os equipamentos adequados aos riscos inerentes às atividades exercidas em cada posto de trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nos termos da NR-06 e demais normas aplicáveis. A obrigação de fornecimento não se limita aos itens previstos no Anexo II, devendo a CONTRATADA disponibilizar quaisquer outros EPIs que venham a ser exigidos pela legislação, por atualização normativa ou por determinação técnica decorrente da natureza das atividades desempenhadas.

25.7.8. Compete à CONTRATADA orientar, treinar e fiscalizar seus empregados quanto ao uso correto dos uniformes e EPIs, cabendo ao preposto acompanhar o cumprimento dessas obrigações e adotar as providências necessárias em caso de descumprimento, comunicando à fiscalização do contrato quando necessário. A entrega dos uniformes e EPIs deverá ser formalizada mediante recibo nominal, cuja comprovação deverá ser apresentada à fiscalização sempre que solicitada.

26. **JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

26.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade. Todavia, tal diretriz não possui caráter absoluto, devendo a Administração considerar a natureza da solução, a interdependência funcional das atividades, os impactos na gestão contratual e os riscos operacionais e administrativos decorrentes do fracionamento.

26.2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026, concluiu-se pela não recomendação do parcelamento do objeto.

26.3. A contratação consiste na prestação de serviços administrativos de apoio, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diferentes perfis profissionais que, embora possuam atribuições específicas, atuam de forma integrada, complementar e interdependente, compondo uma única solução operacional voltada ao suporte das atividades finalísticas e administrativas do DETRAN-DF.

26.4. O fracionamento da contratação — seja por perfil profissional, por unidade de execução ou por grupo de postos — implicaria fragmentação da gestão da força de trabalho terceirizada, multiplicação de contratos administrativos, aumento da complexidade da fiscalização, elevação de riscos de descontinuidade dos serviços e dificuldades de coordenação entre equipes submetidas a diferentes contratadas.

26.5. Adicionalmente, a execução do objeto demanda capacidade operacional, administrativa e financeira compatível com a gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho, distribuídos em diversas unidades e endereços distintos, o que reforça a necessidade de contratação integrada sob responsabilidade única, como medida de mitigação de riscos e fortalecimento da governança contratual.

26.6. Sob o aspecto econômico, a contratação unificada favorece ganhos de escala, melhor diluição de custos indiretos, maior eficiência na supervisão e maior previsibilidade orçamentária, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa.

26.7. Diante dessas circunstâncias, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável.

26.8. **Da não adoção de cota reservada para ME/EPP**

26.8.1. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte é

admitida quando o objeto for divisível e sua adoção não comprometer a adequada execução contratual.

26.8.2. No presente caso, considerando a natureza integrada e interdependente da solução, bem como a necessidade de gestão centralizada da mão de obra com dedicação exclusiva, a formação de cota reservada implicaria fragmentação da execução, coexistência de múltiplas empresas em atividades funcionalmente interligadas e aumento da complexidade da fiscalização contratual.

26.8.3. Além disso, considerando o valor anual estimado da contratação, atualmente fixado em R\$ 9.335.951,03 (nove milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e três centavos), a eventual aplicação linear de cota mínima implicaria parcela contratual de elevada expressão econômica, exigindo capacidade administrativa e financeira compatível com a gestão simultânea de múltiplos postos de trabalho e obrigações trabalhistas complexas.

26.8.4. Tal circunstância, na prática, poderia restringir a política pública de incentivo às microempresas, afastando a finalidade da norma e não resultando em ampliação efetiva da competitividade.

26.8.5. Ressalte-se que não há impedimento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, desde que atendam às exigências de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência, sendo assegurado o tratamento diferenciado previsto na legislação aplicável, no que couber.

26.8.6. Dessa forma, a não adoção de cota reservada revela-se medida adequada, proporcional e tecnicamente justificada, alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

27. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

27.1. Requisitos Gerais

27.1.1. Em consonância com a legislação vigente, com o Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026 e com vistas à racionalização, eficiência e adequada fiscalização contratual, a contratação dos serviços de apoio administrativo deverá observar os seguintes requisitos:

27.1.1.1. Contratação de empresa especializada, com experiência comprovada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

27.1.1.2. Execução dos serviços de forma presencial, nas dependências do DETRAN-DF ou em outras unidades onde haja atuação institucional da Autarquia, conforme necessidade da Administração;

27.1.1.3. Alocação, pela CONTRATADA, dos profissionais correspondentes aos postos descritos neste Termo de Referência, observadas as atribuições, requisitos mínimos de qualificação e jornada estabelecida;

27.1.1.4. Observância da jornada contratada e das disposições da Lei Distrital nº 7.708/2025, bem como das normas trabalhistas aplicáveis, vedada a utilização dos profissionais em atividades estranhas ao objeto contratual ou em locais diversos daqueles definidos pela CONTRATANTE;

27.1.1.5. Fornecimento, às expensas da CONTRATADA, de todos os uniformes, crachás e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada execução das atividades, nos termos deste Termo de Referência e da legislação de segurança e medicina do trabalho;

27.1.1.6. Disponibilização de solução tecnológica idônea para controle de frequência dos profissionais alocados, passível de verificação pela fiscalização do contrato;

27.1.1.7. Seleção e disponibilização de profissionais que atendam aos requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e perfil definidos neste Termo de Referência;

27.1.1.8. Planejamento das férias dos profissionais de forma a minimizar impactos na continuidade dos serviços, observadas as disposições da CLT e as orientações da fiscalização do contrato;

27.1.1.9. Possibilidade de supressão ou ajuste quantitativo de postos durante a execução contratual, conforme interesse da Administração e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, com as correspondentes adequações financeiras.

27.2. Regime de Execução, Dedicação Exclusiva e Padronização

27.2.1. Os serviços serão executados sob o regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, com alocação inicial de **80 (oitenta) postos de trabalho**, conforme dimensionamento mínimo estabelecido no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026. Os profissionais permanecerão à disposição da CONTRATANTE, nas dependências do DETRAN-DF ou em locais por ela indicados, durante a jornada contratada, sendo vedado à CONTRATADA compartilhar os recursos humanos vinculados ao contrato para execução simultânea de outros ajustes.

27.2.2. A jornada semanal dos postos será de **40 (quarenta) horas**, em observância à Lei Distrital nº 7.708/2025, assegurada a preservação da remuneração contratada e das condições previstas nas convenções coletivas aplicáveis. Em razão do regime de dedicação exclusiva, os profissionais não poderão ser remanejados para outras atividades ou contratos com a finalidade de complementação de jornada.

27.2.3. O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando a contratação integral dos postos previstos neste Termo de Referência, sendo a remuneração paga mensalmente, após a comprovação da efetiva disponibilização dos profissionais e atesto da execução dos serviços, conforme planilha de custos integrante do contrato.

27.2.4. Eventuais acréscimos ou supressões quantitativas poderão ocorrer durante a execução contratual, nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, observada a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

27.2.5. O empenho da despesa será realizado na modalidade estimativa, considerando a natureza continuada do objeto.

27.2.6. Em observância ao art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foram adotados critérios de padronização na definição das especificações dos serviços, considerando-se contratações similares realizadas pela Administração Pública, de modo a garantir uniformidade, eficiência e racionalização da gestão contratual.

27.2.7. Nos termos do § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que, na data da elaboração deste Termo de Referência, os serviços objeto da presente contratação não constam do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal.

27.3. Prazo de vigência da contratação

27.3.1. O prazo inicial de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 179, § 2º, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

27.3.2. A definição da vigência contratual observa a natureza continuada dos serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva

de mão de obra, a necessidade de assegurar estabilidade operacional às unidades do DETRAN-DF e a busca por eficiência administrativa e redução de custos decorrentes de sucessivos procedimentos licitatórios, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026.

27.4. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

27.4.1. A execução dos serviços deverá atender aos padrões de qualidade e desempenho definidos neste Termo de Referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

27.4.2. A aferição da qualidade da prestação dos serviços será realizada por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante do Anexo III deste Termo de Referência, que estabelecerá indicadores objetivos, critérios de avaliação e metodologia de mensuração do desempenho contratual.

27.4.3. O não atendimento aos níveis mínimos de desempenho poderá ensejar aplicação de glosas, ajustes no pagamento ou penalidades contratuais, conforme disciplinado no instrumento convocatório e no contrato.

27.5. Reserva de vagas

27.5.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente a legislação federal, distrital e demais normas aplicáveis que estabeleçam reserva legal de vagas ou políticas públicas de inclusão social no âmbito das relações de trabalho, especialmente aquelas relativas à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como às normas de aprendizagem profissional, nos termos da legislação vigente.

27.5.2. O cumprimento das reservas legais de vagas constitui obrigação exclusiva da CONTRATADA, no âmbito da composição e gestão de seu quadro funcional, não cabendo à Administração ingerência na organização interna de pessoal da empresa.

27.5.3. Para fins de fiscalização contratual, a Administração poderá exigir a comprovação do atendimento às obrigações legais pertinentes, observados os limites de sua competência e sem interferência na autonomia administrativa da CONTRATADA.

27.6. Vistoria

27.6.1. Não há necessidade de realização de vistoria ou avaliação prévia dos locais de execução dos serviços, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra, cujas condições de execução encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência.

27.6.2. A formulação das propostas independe de inspeção física das instalações, uma vez que os quantitativos de postos de trabalho, perfis profissionais, regime de execução e demais elementos necessários à precificação estão claramente definidos no instrumento convocatório. A eventual alegação futura de desconhecimento das condições locais não será admitida como justificativa para alteração da proposta apresentada.

27.7. Sustentabilidade

27.7.1. A CONTRATADA deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como declarar o atendimento aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em consonância com o art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

27.7.2. Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra, os requisitos de sustentabilidade aplicáveis concentram-se em aspectos sociais e ambientais compatíveis com a natureza da contratação.

27.7.3. No âmbito social, a CONTRATADA deverá:

27.7.3.1. cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho;

27.7.3.2. observar as normas relativas à inclusão social e reserva legal de vagas, nos termos da legislação vigente;

27.7.3.3. vedar práticas discriminatórias e qualquer forma de trabalho irregular, inclusive infantil ou em condição análoga à de escravo.

27.7.4. No âmbito ambiental, a CONTRATADA deverá:

27.7.4.1. adotar práticas de uso racional de recursos públicos, especialmente energia elétrica, água e materiais de expediente, evitando desperdícios;

27.7.4.2. observar as diretrizes institucionais de sustentabilidade e coleta seletiva adotadas pelo DETRAN-DF;

27.7.4.3. conduzir suas atividades em conformidade com a legislação ambiental aplicável, inclusive quanto à adequada destinação de resíduos eventualmente gerados no desempenho dos serviços;

27.7.4.4. orientar e conscientizar seus empregados quanto às boas práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos no ambiente institucional.

27.7.5. As ações de sustentabilidade deverão ser executadas em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, observadas as normas técnicas pertinentes, quando cabíveis, e poderão ser aprimoradas mediante procedimentos acordados entre as partes, voltados à melhoria contínua da eficiência no uso de recursos públicos.

27.8. Subcontratação

27.8.1. É vedada a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando a natureza integrada da solução, o regime de dedicação exclusiva de mão de obra e a necessidade de controle direto da execução contratual pela Administração.

27.8.2. A vedação fundamenta-se na necessidade de preservação da responsabilidade técnica, administrativa e trabalhista da CONTRATADA, bem como na mitigação de riscos operacionais e de aumento da complexidade da gestão contratual.

27.9. Formalização do Instrumento Contratual

27.9.1. O instrumento contratual será formalizado nos termos do Título III da Lei nº 14.133/2021, integrando-se ao contrato o presente Termo de Referência, seus anexos e a proposta da adjudicatária.

27.9.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, admitida prorrogação por igual período, uma única vez, nos termos do § 1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

27.9.3. A recusa injustificada em assinar o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legais e facultando à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação.

27.9.4. Previamente à assinatura do contrato, a adjudicatária deverá comprovar o cumprimento das disposições da Lei Distrital nº 6.679/2020, relativas à equidade salarial, na forma estabelecida no instrumento convocatório.

28. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

28.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

28.2. Compete à fiscalização acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar as medições mensais para fins de pagamento e registrar, em instrumento próprio, as ocorrências verificadas durante a execução do contrato.

28.3. Eventuais falhas ou irregularidades constatadas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, que deverá adotar as providências necessárias à sua regularização no prazo estabelecido pela fiscalização.

28.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto contratual, inclusive quanto às obrigações técnicas, administrativas e trabalhistas decorrentes da contratação.

28.5. A gestão administrativa, disciplinar e técnica dos empregados alocados na execução contratual é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à Administração exercer poder de direção sobre os trabalhadores.

28.6. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser submetidas à autoridade competente para deliberação.

29. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

29.1. O contrato será executado em conformidade com as cláusulas pactuadas e com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Distrital nº 44.330/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

29.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante formalização por apostilamento.

29.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

29.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

29.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre a fiscalização e o representante da CONTRATADA, para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de acompanhamento, da metodologia de aferição dos resultados, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável, e das sanções previstas, dentre outros.

29.6. Para o acompanhamento e fiscalização do contrato, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e das normas internas do DETRAN-DF aplicáveis à matéria.

29.7. Aplicam-se, ainda, no que couber e desde que compatíveis com a legislação vigente, as disposições da Instrução Normativa nº 5/2017, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, especialmente quanto às rotinas de fiscalização administrativa e trabalhista em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

29.8. Preposto

29.8.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o(s) preposto(s), por meio de declaração contendo nome completo, CPF, documento de identidade, contatos telefônicos e qualificação profissional.

29.8.2. O preposto, após aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora para reunião inicial e deverá estar apto a tratar de assuntos relacionados à execução contratual e às faturas dos serviços prestados.

29.8.3. O Preposto, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, após a assinatura do Contrato, para realização de reunião inicial com vistas ao início da execução contratual, bem como deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

29.8.4. A CONTRATADA não necessitará manter preposto no local da execução do objeto, devendo este comparecer quando convocado pelo CONTRATANTE.

29.8.5. A CONTRATADA deverá garantir, no mínimo, uma visita quinzenal do preposto à unidade gestora do contrato.

29.8.6. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a permanência do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto.

29.8.7. Não poderão ser nomeados prepostos os funcionários já alocados nos postos objeto deste termo, pois isso afetaria a qualidade na prestação de serviços e diminuiria o tempo destinado às atividades contratadas. Os custos do preposto serão inexoravelmente parte da prestação dos serviços contemplados e devem estar inseridos na planilha de custo de acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG e suas alterações, nos custos indiretos envolvidos na execução contratual.

29.8.8. A fiscalização deverá limitar-se ao acompanhamento da execução contratual, sendo vedada a ingerência direta na gestão administrativa ou disciplinar dos empregados da CONTRATADA.

29.8.9.

29.9. Rotinas de Fiscalização

29.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

29.9.2. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços, registrar ocorrências, determinar providências necessárias ao

regular cumprimento do contrato e comunicar ao gestor situações que ultrapassem sua competência.

29.9.3. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para o CONTRATANTE.

29.10. **Fiscalização Técnica**

29.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com § 1º, do art. 117, Lei n. 14.133/21, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.10.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23. 6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.10.6. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no item 17, deste termo de referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

29.10.7. A fiscalização técnica, feita pelos fiscais setoriais nomeados, usará o Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos para o registros das atividades a serem encaminhadas mensalmente a gestão do contrato.

29.10.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

29.10.9. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

29.10.10. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

29.10.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

29.10.12. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

29.10.13. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/21.

29.10.14. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

29.10.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas de fiscalização diária:

29.10.15.1. Devem ser evitadas ordens diretas do CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao supervisor ou preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao supervisor ou preposto;

29.10.15.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;

29.10.15.3. Devem ser conferidos, diariamente, ainda que por amostragem, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

29.10.15.4. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

29.10.15.5. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

29.10.15.6. O CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

29.10.15.7. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

29.10.15.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

29.10.15.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Decreto Distrital n. 44.330/23, aplicável no que for pertinente à contratação.

29.11. Fiscalização Administrativa

29.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

29.11.3. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei n. 14.133/21, bem como, as demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

29.11.4. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

29.11.5. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

29.11.6. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

29.11.7. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

29.11.7.1. Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

29.11.7.2. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

29.11.7.3. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

29.11.7.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

29.11.7.5. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

29.11.7.6. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

29.11.7.7. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

29.11.8. A CONTRATADA deve entregar cópia da documentação relacionada quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato. Esta documentação inclui termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

29.11.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados acima deverão ser apresentados. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

29.11.10. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

29.11.11. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT. Para fins de comprovação da adoção das providências, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

29.11.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB). Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

29.11.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. A Administração CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

29.11.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

29.11.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

29.11.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

29.11.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

29.11.18. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

29.11.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

29.11.20. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

29.12. Gestor do Contrato

29.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

29.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

29.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

29.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

29.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

29.12.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

29.12.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

29.13. Obrigações da CONTRATANTE

29.13.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

29.13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

29.13.3. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência.

29.13.4. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

29.13.5. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, assim como para atestar a execução do objeto.

29.13.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, no edital e no contrato, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

29.13.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.

29.13.8. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

29.13.9. Aplicar as sanções previstas neste termo de referência, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

29.14. Obrigações da CONTRATADA.

29.14.1. Obrigações Gerais

29.14.1.1. Executar diretamente os serviços contratados, vedada a subcontratação ou transferência de responsabilidades, salvo se expressamente autorizada no instrumento convocatório.

29.14.1.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato, empregando profissionais devidamente treinados e habilitados.

29.14.1.3. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá da CONTRATADA, contendo a identificação “a serviço do DETRAN/DF”, quando em atividade nas dependências do CONTRATANTE.

29.14.1.4. Respeitar as normas, regulamentos e procedimentos internos do CONTRATANTE, especialmente quanto à segurança, disciplina e controle de acesso.

29.14.1.5. Manter sigilo sobre quaisquer informações de que tenha conhecimento em razão da execução contratual, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

29.14.1.6. Não utilizar o nome ou a imagem do DETRAN/DF para fins comerciais ou publicitários, salvo autorização expressa.

- 29.14.1.7. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 29.14.1.8. Responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução contratual, não sendo afastada essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração.
- 29.14.1.9. Não modificar a forma de prestação dos serviços sem autorização formal do fiscal do contrato.
- 29.14.1.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer irregularidades que possam comprometer a execução contratual.
- 29.14.1.11. As disposições previstas neste Termo de Referência não afastam o cumprimento das demais normas legais aplicáveis, inclusive acordos ou convenções coletivas de trabalho.

29.14.2. **Obrigações trabalhistas e previdenciárias**

- 29.14.2.1. Manter seus empregados sob vínculo empregatício exclusivo da empresa, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.
- 29.14.2.2. Efetuar o pagamento de salários, benefícios e encargos sociais no prazo legal, sendo vedada a vinculação desses pagamentos ao recebimento de valores pelo CONTRATANTE.
- 29.14.2.3. Fornecer vale-transporte e auxílio-alimentação até o 5º dia útil de cada mês, em montante suficiente para cobrir o período correspondente.
- 29.14.2.4. Recolher, no prazo legal, as contribuições previdenciárias e os depósitos de FGTS, encaminhando mensalmente ao CONTRATANTE os respectivos comprovantes.
- 29.14.2.5. Assumir integral responsabilidade por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados, inclusive quando ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.
- 29.14.2.6. Cumprir integralmente a legislação trabalhista aplicável, inclusive normas de segurança e medicina do trabalho.
- 29.14.2.7. Viabilizar, no prazo de até 60 dias do início da execução, a emissão do Cartão Cidadão e o acesso dos empregados aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal.
- 29.14.2.8. Autorizar, quando da assinatura do contrato, a retenção de valores e o pagamento direto aos empregados ou aos órgãos competentes, em caso de inadimplemento trabalhista, conforme previsto no instrumento contratual.
- 29.14.2.9. A inadiplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

29.14.3. **Obrigações Operacionais**

- 29.14.3.1. Recrutar e selecionar os profissionais necessários, observando a qualificação mínima prevista neste Termo de Referência.
- 29.14.3.2. Apresentar previamente à alocação do profissional os documentos comprobatórios de qualificação exigidos.
- 29.14.3.3. Substituir empregado ausente no prazo máximo de 90 (noventa) minutos.
- 29.14.3.4. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, empregado cuja conduta ou desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização, mediante notificação formal.
- 29.14.3.5. Dispor de quadro reserva capacitado para cobertura de faltas, férias e afastamentos legais.
- 29.14.3.6. Controlar diariamente a assiduidade e pontualidade dos empregados, podendo utilizar sistema de ponto eletrônico.
- 29.14.3.7. Fiscalizar regularmente seus empregados quanto à execução das atividades.
- 29.14.3.8. Garantir que a supervisão operacional seja realizada por profissional designado (preposto ou encarregado), responsável pelo acompanhamento e coordenação dos serviços.

29.14.4. **Obrigações Relativas à Integridades e Conformidade**

- 29.14.4.1. Observar o disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente ou agente público vinculado à contratação.
- 29.14.4.2. Cumprir a Lei Distrital nº 6.112/2018 quanto à implementação de Programa de Integridade, quando aplicável.
- 29.14.4.3. Fornecer arquivo atualizado contendo dados dos empregados vinculados ao contrato, nos termos da Decisão TCDF nº 544/2010.
- 29.14.4.4. Comunicar alterações societárias no prazo de 15 dias úteis.

30. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 30.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, como condição para sua assinatura, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

30.2. **Vigência da garantia**

- 30.2.1. A validade mínima da garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual, acrescido de 03 (três) meses.
- 30.2.2. Nos casos de prorrogação contratual, aditamento ou repactuação que implique alteração do prazo ou do valor do contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a atualização e/ou reforço da garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação formal.
- 30.2.3. Por ocasião da repactuação de preços, caso prevista, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido.

30.3. **Abrangência da Garantia**

- 30.3.1. A garantia deverá assegurar:
- 30.3.1.1. o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 30.3.1.2. o ressarcimento de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual;
- 30.3.1.3. o pagamento de multas eventualmente aplicadas;
- 30.3.1.4. o reembolso ou pagamento de indenizações, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios, a que o CONTRATANTE venha a ser condenado, direta, solidária ou subsidiariamente à CONTRATADA, em decorrência de ações trabalhistas relacionadas aos empregados alocados na execução do contrato, restritas ao período de vigência da garantia.
- 30.3.2. Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia deverá abranger obrigações trabalhistas relativas ao período em que os empregados tenham prestado serviços nas dependências do CONTRATANTE.

30.4. **Procedimento em Caso de Inadimplemento**

- 30.4.1. Verificada inadimplência da CONTRATADA quanto à execução do contrato ou de seus aditivos, dentro do prazo de vigência da apólice ou da fiança, o CONTRATANTE comunicará imediatamente o fato à seguradora ou instituição fiadora.
- 30.4.2. A expectativa de dano por inadimplemento contratual caracterizar-se-á quando o CONTRATANTE tomar conhecimento de indícios de descumprimento das obrigações assumidas, devendo:
- 30.4.2.1. notificar formalmente a CONTRATADA para regularização, concedendo prazo para saneamento;
- 30.4.2.2. encaminhar cópia da notificação à seguradora ou ao banco fiador.
- 30.4.3. Não sendo regularizada a situação no prazo concedido, o CONTRATANTE formalizará a reclamação do sinistro ou da execução da fiança.
- 30.4.4. Comprovada a inadimplência das obrigações cobertas pela garantia, tornar-se-á exigível a indenização até o limite do valor segurado ou afiançado.

30.5. **Utilização e Reforço da Garantia**

- 30.5.1. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente, a CONTRATADA deverá recompor o valor no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de retenção de pagamentos e demais medidas cabíveis, inclusive rescisão contratual.

30.6. **Liberação da Garantia**

- 30.6.1. A garantia, ou seu saldo, será liberada somente após:
- 30.6.1.1. I – a execução integral do contrato;
- 30.6.1.2. II – a comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- 30.6.1.3. III – a comprovação do pagamento de todas as verbas trabalhistas e rescisórias relativas aos empregados alocados na execução contratual.
- 30.6.2. Caso não seja comprovado o pagamento das verbas rescisórias até o final do segundo mês subsequente ao encerramento da vigência contratual, o CONTRATANTE poderá utilizar a garantia para quitação direta dessas obrigações aos trabalhadores.
- 30.6.3. Quando prestada em dinheiro, a garantia será atualizada monetariamente.

30.7. **Disposições Específicas sobre Seguro-Garantia**

- 30.7.1. Na modalidade seguro-garantia, deverão ser observadas as normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aplicáveis à contratação pública e aos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

31. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**

- 31.1. Para fins do disposto no art. 23 e no art. 61, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da presente contratação é de **R\$ 9.444.301,79 (nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e um reais e setenta e nove centavos)** para o período de 12 (doze) meses, já incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos diretos e indiretos necessários à execução contratual. Considerando o prazo inicial de vigência de 36 (trinta e seis) meses, o valor global estimado corresponde a **R\$ 28.332.905,38 (vinte e oito milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos)**.

- 31.2. A estimativa foi elaborada em conformidade com o Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante pesquisa de preços públicos em contratações similares, análise de contratos vigentes, consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, banco de preços oficiais e elaboração de Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços específicas para esta contratação, constantes do Processo SEI nº 192207042.

- 31.3. Na formação dos custos foram observadas as Convenções Coletivas de Trabalho vigentes (CCT 2025/2026 e Termos Aditivos 2026), celebradas entre o SEAC-DF e o SINDISERVIÇOS-DF, aplicáveis aos postos de recepcionista, almoxarife, carregador e supervisor, bem como entre o SEAC-DF e o SIS-DF, aplicáveis aos postos de secretário executivo e técnico em secretariado.

- 31.4. Para fins exclusivamente estimativos, adotou-se como referência o regime de tributação pelo Lucro Real, devendo cada licitante, quando da elaboração de sua proposta, observar o respectivo regime tributário a que esteja submetida, apresentando os percentuais efetivamente aplicáveis à sua realidade fiscal.

- 31.5. O valor estimado possui caráter referencial para fins de julgamento das propostas, não constituindo obrigação de pagamento mínimo à futura contratada, que será remunerada exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados, nos termos contratuais.

31.6. Em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público por ocasião da divulgação do instrumento convocatório.

31.7. **Dotação orçamentaria:**

31.7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados nas normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

31.7.2. A contratação pretendida foi incluída no PCA 2026 sob os Ids: 32254 - Secretária Executiva; 32715 - Técnico em Secretariado; 17379 – Recepcionista; 40562 – Carregador ; 19748 – Almoxarife e 33906 – Supervisor (<https://portal.compras.df.gov.br/catalogo/pac>).

31.7.3. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico 2024/2030 do DETRAN-DF, no item 9.3 Perspectivas dos Processos Internos/9.3.1 Implementar as melhores práticas de comunicação e de processos internos. Link para a página do Plano Estratégico Detran/DF: <https://www.detran.df.gov.br/planejamento-estrategico/>

31.8. **Das planilhas de custos e de formação de preços.**

31.8.1. Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços constam do Anexo I deste Termo de Referência e deverão ser preenchidos pelas licitantes em arquivo eletrônico editável, com apresentação das memórias de cálculo detalhadas, metodologia adotada e discriminação de todos os encargos, insumos e demais componentes da formação de preços.

31.8.2. As planilhas servirão como instrumento de análise da exequibilidade da proposta, bem como como base para eventuais repactuações ou revisões contratuais, nos termos da legislação vigente.

31.8.3. O DETRAN-DF poderá promover diligências junto à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores e percentuais informados, sendo que a ausência de comprovação documental ou a apresentação de informações incompatíveis com a legislação aplicável poderá ensejar a desclassificação da proposta.

31.8.4. A inobservância do prazo fixado para atendimento às diligências ou o envio de informações insuficientes ou inconsistentes poderá resultar na desclassificação.

31.8.5. Identificados erros materiais ou inconsistências sanáveis nas planilhas, o DETRAN-DF poderá, mediante diligência, permitir ajustes que reflitam corretamente os custos envolvidos, desde que não haja majoração do valor global da proposta.

32. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR / PRESTADOR DE SERVIÇOS**

32.1. **Forma de Seleção e Critério de Julgamento**

32.1.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência enquadram-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características usuais de mercado.

32.1.2. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade **Pregão, sob a forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento **menor preço global**, sendo a adjudicação procedida por **grupo único**.

32.1.3. **O modo de disputa adotado será o aberto**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes conforme o critério de julgamento adotado, até o encerramento da etapa competitiva.

32.1.4. O intervalo mínimo entre lances foi fixado em **R\$ 100,00 (cem reais)**, considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. A definição desse valor tem por objetivo assegurar adequada dinâmica competitiva durante a fase de lances, evitando a apresentação de lances irrisórios que possam comprometer a eficiência da disputa e prolongar desnecessariamente a sessão pública. O valor estabelecido preserva a competitividade do certame, permitindo reduções sucessivas de preços de forma proporcional e razoável, sem restringir a participação de licitantes, estando em consonância com práticas adotadas em contratações semelhantes realizadas por órgãos da Administração Pública.

32.1.5. O regime de execução será indireto, mediante **empreitada por preço global**.

32.1.6. A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias.

32.2. **Formação da Proposta de Preços**

32.2.1. O preço ofertado deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo salários, encargos sociais e trabalhistas, benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho, tributos, insumos, equipamentos, despesas administrativas, lucro e quaisquer outros custos diretos ou indiretos.

32.2.2. As licitantes deverão elaborar suas propostas considerando os pisos salariais e benefícios previstos nas Convenções Coletivas vigentes à época da apresentação da proposta, aplicáveis a cada categoria profissional envolvida.

32.2.3. Deverão indicar, na proposta, os sindicatos representativos, instrumentos coletivos aplicáveis, respectivas datas-base e período de vigência.

32.3. **Planilha de Custos e Formação de Preços**

32.3.1. A proposta deverá ser apresentada mediante o preenchimento integral das Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços constantes dos anexos do Edital, estruturadas por categoria profissional.

32.3.2. As planilhas contemplam os seguintes módulos: Remuneração; Encargos sociais e trabalhistas; Benefícios e insumos; Custos relacionados à reposição e provisões; Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Custos indiretos, tributos e lucro.

32.3.3. É vedada a alteração das fórmulas estruturais das planilhas, bem como a exclusão ou criação de rubricas não previstas. O licitante poderá solicitar arquivo em Excell para por e-mail: gerdab@detran.df.gov.br.

32.3.4. O orçamento estimativo foi elaborado com base no regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá observar o regime tributário ao qual esteja submetida, inclusive quanto às alíquotas de ISS, PIS e COFINS, nos termos das Leis

nº 10.637/2002, nº 10.833/2003 e demais legislação aplicável.

32.3.5. Na elaboração da planilha de custos e formação de preços, deverão ser observados os parâmetros técnicos e limites de aceitabilidade reconhecidos na jurisprudência dos Tribunais de Contas, de modo a refletir fielmente os custos diretos e indiretos da execução contratual no mercado. Para fins de referência e controle da razoabilidade das propostas, admitem-se como parâmetros indicativos o percentual máximo de **incidência de encargos sociais de até 72,91% (setenta e dois inteiros e noventa e um centésimos por cento)** sobre a remuneração direta da mão de obra, bem como o limite de **BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) de até 26,44% (vinte e seis inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento)**, conforme entendimentos técnicos adotados em decisões de controle e composições de orçamento de contratações públicas que possuem natureza análoga. Tais limites têm como objetivo assegurar que a formação de preços reflita custos reais de mercado, respeitando os princípios da economicidade, transparência e da efetiva competição, sendo facultado ao licitante demonstrar tecnicamente percentuais distintos, desde que devidamente justificados e comprovados nos autos da licitação para fins de avaliação pela Administração.

32.3.6. **Encargos Sociais e Aviso Prévio Trabalhado**

32.3.6.1. Os encargos sociais deverão observar a legislação vigente, inclusive quanto ao RAT e ao FAP aplicável ao CNPJ da licitante.

32.3.6.2. Nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado deverá observar o percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de execução contratual. Em caso de prorrogação, poderá ser considerado o percentual máximo adicional de 0,194% por ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião do respectivo termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 12.506/2011.

32.3.6.3. A licitante deverá comprovar o FAP aplicado quando da apresentação da proposta ajustada ao lance vencedor.

32.3.7. **Benefícios e Convenções Coletivas**

32.3.7.1. Deverão ser obrigatoriamente considerados na planilha de custos todos os benefícios previstos nas Convenções Coletivas aplicáveis, incluindo vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, seguro de vida, plano de saúde quando exigido por legislação distrital e auxílio-creche, quando previsto na norma coletiva pertinente, especialmente para os cargos de Secretária Executiva e Técnico em Secretariado, conforme instrumento coletivo celebrado com o SIS-DF.

32.3.7.2. Quanto ao vale-transporte, poderão ser cotados valores inferiores aos estimados, desde que observado o cumprimento integral da Lei nº 7.418/1985.

32.3.7.3. A CONTRATADA deverá comprovar, perante a fiscalização do contrato, a concessão e pagamento do auxílio-creche quando aplicável.

32.3.8. **Reposição de Profissionais**

32.3.8.1. Não será exigida a reposição do profissional ausente nas hipóteses de férias, licença-paternidade, demais ausências legais, aviso prévio trabalhado, afastamento por doença nos primeiros 15 (quinze) dias e afastamento por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias, razão pela qual ao módulo correspondente à reposição na planilha de custos é atribuído valor zero.

32.3.8.2. A regra não se aplica ao afastamento por licença-maternidade, que possui rubrica própria (módulo 2.4 da planilha de formação de preços constante do Anexo I).

32.3.9. **Tributos e Comprovações Fiscais**

32.3.9.1. O IRPJ e a CSLL não poderão ser destacados como custos repassáveis à Administração, devendo compor a margem de lucro.

32.3.9.2. As empresas sujeitas ao regime não cumulativo de PIS e COFINS deverão comprovar que as alíquotas adotadas correspondem à média dos percentuais efetivamente recolhidos, considerando os créditos previstos nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

32.3.9.3. A comprovação poderá ser realizada mediante apresentação dos recibos de Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições (SPED), referentes aos 12 meses anteriores às demonstrações contábeis exigidas.

32.3.9.4. Nos termos da Lei nº 9.779/1999, do Decreto nº 6.022/2007 e da IN RFB nº 1.252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão apresentar os recibos de EFD-Contribuições correspondentes, devendo a receita bruta apurada guardar compatibilidade com as demonstrações contábeis apresentadas.

32.3.10. **Vedação a Rubricas Indevidas**

32.3.10.1. É vedada a inclusão de rubricas como “Reserva Técnica” ou quaisquer outras não previstas nas planilhas padrão.

32.3.11. **Responsabilidade pelo Dimensionamento**

32.3.11.1. A licitante é responsável pelo correto dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis e benefícios obrigatórios.

32.3.11.2. Eventual erro na composição de custos não poderá ser posteriormente repassado à Administração.

32.3.12. **Consolidação e Julgamento**

32.3.12.1. O valor global da proposta será obtido mediante a consolidação das planilhas individuais por posto de trabalho, conforme modelo disponibilizado no Anexo I.

32.3.12.2. A adjudicação será realizada pelo menor preço global do grupo único, observado o atendimento integral às exigências do edital.

33. **DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO.**

33.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o adimplemento da obrigação contratual e a devida atestação da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA, observado o levantamento dos valores destinados à constituição da conta vinculada, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011 e do Decreto Distrital nº 34.649/2013 e alterações.

33.2. É vedado qualquer pagamento antecipado, nos termos do Decreto Distrital nº 32.598/2010, sendo o pagamento realizado somente após a efetiva liquidação da despesa e verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

33.3. Emissão da Nota Fiscal

33.3.1. Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria SEF nº 259/2013, é obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) nas prestações de serviços sujeitas ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

33.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a discriminação detalhada dos serviços prestados, corresponder ao mês comercial imediatamente anterior ao da emissão, ser protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e ser apresentada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a efetiva prestação do serviço.

33.3.3. As retenções tributárias incidentes serão realizadas por ocasião do faturamento, conforme legislação aplicável.

33.3.4. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá constar expressamente na Nota Fiscal, sob pena de retenção na fonte dos tributos incidentes, conforme art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

33.3.5. Condição para Liberação do Pagamento

33.3.6. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da CONTRATADA perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal, quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

33.3.7. A ausência de regularidade fiscal ou trabalhista poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização.

33.4. Documentação Trabalhista Obrigatória

33.4.1. Em se tratando de contratação com cessão de mão de obra e dedicação exclusiva, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos relativos aos empregados vinculados à execução contratual, nos termos dos §§1º e 2º do art. 8º do Decreto Distrital nº 39.978/2019, sem os quais não será liberado o pagamento.

33.4.2. Deverão ser apresentados:

33.4.2.1. cópia da folha de pagamento do mês, resumo da folha e contracheques devidamente quitados;

33.4.2.2. comprovantes de pagamento de salários;

33.4.2.3. comprovantes de pagamento de vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos em contrato ou Convenção Coletiva;

33.4.2.4. comprovantes de recolhimento do FGTS (GFIP ou sistema equivalente);

33.4.2.5. comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias (DCTFWeb e respectivo DARF quitado, quando aplicável);

33.4.2.6. recibos de entrega de uniformes (nas competências em que houver fornecimento);

33.4.2.7. comprovantes de pagamento de férias e 13º salário, nas competências correspondentes;

33.4.2.8. documentos rescisórios completos, quando houver desligamento.

33.4.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e das contribuições previdenciárias.

33.4.4. Quando ocorrer admissão ou demissão de empregados vinculados ao contrato, deverão ser apresentados os exames médicos admissionais/demissionais, registros na CTPS e documentos rescisórios pertinentes.

33.4.5. A não apresentação da documentação exigida poderá ensejar a retenção parcial da fatura mensal até a regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.

33.4.6. Os documentos deverão referir-se ao mês imediatamente anterior ao da Nota Fiscal apresentada.

33.5. Conta Vinculada

33.5.1. Do valor mensal devido à CONTRATADA serão destacados os montantes destinados à conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011 e do Decreto Distrital nº 34.649/2013, destinada a assegurar recursos para o pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e encargos sociais dos empregados vinculados ao contrato.

33.5.2. As regras detalhadas de operacionalização da conta vinculada constarão em tópico próprio deste Termo de Referência.

33.6. Suspensão e Retenção de Pagamento

33.6.1. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem que haja ônus para a Administração.

33.6.2. Nenhum pagamento será efetuado caso os serviços sejam rejeitados pela fiscalização, devendo ser refeitos sem custo adicional.

33.6.3. A CONTRATADA não poderá vincular o pagamento de salários ou benefícios de seus empregados ao recebimento de valores devidos pela CONTRATANTE.

33.6.4. Caso a CONTRATADA não providencie o reforço ou a renovação da garantia contratual, os pagamentos poderão ser retidos até a regularização.

33.6.5. Se, por motivo alheio à vontade da Administração, houver paralisação da prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

33.7. Obrigações Relativas ao ISS no Distrito Federal

33.7.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do ISS cuja sede esteja localizada em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, deverá inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal quando prestar serviços no âmbito do DF, ainda que em caráter temporário.

34. DA CONTA VINCULADA

34.1. Será adotada a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação como mecanismo de controle e proteção do patrimônio público do Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e regulamentada

pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013, com as alterações promovidas pelos Decretos Distritais nº 36.164/2014 e nº 40.251/2019.

34.2. A conta vinculada tem por finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento de obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual, mitigando o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

34.3. Nos termos do art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, serão retidas mensalmente, de forma provisória, do valor bruto do contrato, as provisões relativas ao décimo terceiro salário, férias e respectivo terço constitucional, multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como os impactos dessas parcelas sobre férias e décimo terceiro salário.

34.4. Cada provisão corresponderá a percentual incidente sobre o salário bruto dos empregados vinculados ao contrato, sendo o montante mensal retido correspondente à soma dos percentuais individuais das provisões previstas no referido dispositivo legal.

34.5. Os valores retidos deixarão de compor o montante mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA, sendo depositados exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta no Banco de Brasília – BRB, em nome da empresa contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação condicionada à prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

34.6. Nos termos do art. 1º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 36.164/2014, eventuais despesas relativas à abertura e manutenção da conta vinculada correrão por conta da CONTRATADA.

34.7. A assinatura do contrato será precedida da adoção das seguintes providências: solicitação formal do DETRAN-DF à instituição financeira oficial para abertura da conta corrente vinculada em nome da empresa vencedora; assinatura, pela CONTRATADA, de termo específico junto à instituição financeira, autorizando o DETRAN-DF a ter acesso aos saldos e extratos e condicionando a movimentação da conta à autorização desta Autarquia; e autorização formal da CONTRATADA para que a conta somente seja movimentada mediante determinação do CONTRATANTE.

34.8. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado mediante autorização do CONTRATANTE, após comprovação da ocorrência de evento que justifique o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013.

34.9. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento formal, instruído com planilha eletrônica detalhada e documentação comprobatória da ocorrência do fato gerador da obrigação trabalhista, nos termos do art. 11 do Decreto Distrital nº 34.649/2013.

34.10. O valor a ser liberado não poderá exceder o limite individual constituído para cada tipo de provisão, sendo vedada a utilização de recursos de uma provisão para quitação de obrigação diversa.

34.11. A CONTRATADA poderá solicitar a liberação de valores da conta vinculada para pagamento de indenizações trabalhistas decorrentes da execução contratual, devendo, para tanto, apresentar documentação comprobatória da efetiva quitação das verbas correspondentes.

34.12. A liberação do saldo remanescente da conta vinculada ocorrerá ao término da vigência contratual, após certificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas, observado o disposto na Lei Distrital nº 4.636/2011 e no Decreto Distrital nº 34.649/2013.

35. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

35.1. Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 119 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, serão exigidos dos licitantes os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica para a execução do objeto.

35.2. As exigências de habilitação guardam pertinência e proporcionalidade com a natureza da contratação, que envolve prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo a gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho distribuídos em diversas unidades do DETRAN-DF.

35.3. Em observância ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, eventuais restrições à participação encontram-se devidamente motivadas nas características técnicas e operacionais da solução, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026.

35.4. Previamente à análise da habilitação, a Administração verificará a existência de impedimentos à participação e à contratação do licitante, mediante consulta aos seguintes cadastros oficiais, nos termos da legislação vigente:

35.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

35.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

35.4.3. Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU;

35.4.4. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

35.5. A constatação de qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública implicará a inabilitação do licitante, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

35.6. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

35.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

35.8. Habilitação Jurídica

35.8.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do licitante:

35.8.2. No caso de empresário individual, registro comercial devidamente inscrito na Junta Comercial competente.

35.8.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de designação de seus administradores, quando aplicável.

35.8.4. No caso de sociedade simples, ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas,

acompanhado de prova da diretoria em exercício.

35.8.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

35.8.6. Deverá, ainda, ser comprovada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

35.8.7. Os documentos apresentados deverão demonstrar que o objeto social da empresa é compatível com o objeto da presente contratação.

35.8.8. A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da legislação vigente, assegurada à Administração a verificação da validade e regularidade das informações constantes no sistema, bem como a exigência de documentação complementar não contemplada no cadastro.

35.9. **Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

35.9.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação de:

I – Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

II – Prova de regularidade perante a Fazenda do Distrito Federal;

III – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

V – Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, quando aplicável, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

35.9.2. A comprovação da regularidade poderá ser realizada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, assegurada à Administração a verificação da validade das certidões e a exigência de documentos complementares, quando necessário.

35.10. **Qualificação Econômico-financeira**

35.10.1. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto contratual de forma estável e sustentável, considerando tratar-se de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, que envolvem obrigações trabalhistas permanentes e gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho.

35.10.2. A comprovação dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

35.10.3. Somente serão habilitadas as empresas em boa situação financeira, e esta será mensurada por intermédio da obtenção dos seguintes índices extraídos do balanço patrimonial, os quais deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e cujo resultado terá no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

Liquidez Geral (LG)

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Solvência Geral (SG)

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

35.10.4. Os índices deverão apresentar resultado superior a 1 (um).

35.10.5. A comprovação poderá ser realizada mediante consulta ao SICAF, quando disponível, sem prejuízo da exigência de documentação complementar, se necessário.

35.10.6. A licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

35.10.7. Considerando que o valor anual estimado da contratação é de R\$ 9.335.951,03 (nove milhões, trezentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e um reais e três centavos), o patrimônio líquido mínimo exigido, quando aplicável, corresponderá a 10% (dez por cento) desse montante, devendo sua comprovação ocorrer por meio da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida a atualização por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

35.10.8. Deverá ser apresentada declaração, nos termos do art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo no Anexo VI (Modelo de Declaração de Relação de Compromissos), informando a relação de compromissos assumidos, com demonstração de que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;

35.10.9. Deverá ser apresentada declaração, nos termos do art. 67, inc. III da Lei nº 14.133/2021, de que, quando da assinatura do contrato disporá de sede, filial ou escritório no Distrito Federal (DF), local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para receber e solucionar as demandas do CONTRATANTE.

35.10.10. As empresas licitantes deverão apresentar memorial de cálculo específico dos índices econômicos financeiros em referência, que deverá ser elaborado e assinado por profissional habilitado. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de rever os cálculos, com auxílio do Serviço de Contabilidade do DETRAN-DF.

35.10.11. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

35.11. Qualificação Técnica

35.11.1. A qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da licitante para a execução de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em condições compatíveis com o porte e a complexidade do objeto.

35.11.2. Deverá ser apresentada comprovação de experiência anterior na prestação de serviços terceirizados de natureza continuada, mediante atestado(s) ou certidão(ões) emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

35.11.3. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis em características e natureza com o objeto desta contratação, bem como experiência mínima de 3 (três) anos na gestão de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

35.11.4. Deverá ser comprovada a gestão simultânea de quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de postos previstos nesta contratação, admitido o somatório de atestados para fins de comprovação.

35.11.5. Os documentos deverão conter identificação do contratante, período de execução e descrição dos serviços prestados, podendo a Administração promover diligências para verificação de sua autenticidade e veracidade.

35.11.6. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito da(s) atividade(s) econômica(s) principal ou secundária(s), especificada(s) no contrato social vigente ou no comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil (cartão CNPJ) da licitante.

35.11.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

35.12. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional ou Certidões, expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com **a alocação de pelo menos 39 (trinta e nove) postos de serviços nas dependências de terceiros.**

35.13. Participação de Consórcios E Cooperativas

35.13.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

35.13.2. A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução demanda gestão centralizada, padronização de procedimentos operacionais e responsabilidade única da contratada pela administração da força de trabalho.

35.13.3. A eventual participação de consórcios poderia acarretar fragmentação de responsabilidades, aumento da complexidade da gestão e fiscalização contratual, bem como maior risco quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e operacionais.

35.13.4. Ademais, verifica-se a existência de número significativo de empresas no mercado com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar integralmente o objeto da contratação, não se mostrando necessária a ampliação da competitividade mediante a formação de consórcios.

35.13.5. Também não será admitida a participação de cooperativas. A vedação à participação de cooperativas decorre da natureza do objeto, que envolve prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, com definição de jornada, subordinação administrativa, controle de frequência e execução contínua das atividades, características incompatíveis com o regime jurídico das sociedades cooperativas.

35.13.6. A restrição visa assegurar a regularidade das relações de trabalho, a adequada gestão contratual e a correta execução dos serviços, evitando a configuração de intermediação irregular de mão de obra.

36. DA VIGENCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

36.1. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza continuada.

36.2. A prorrogação contratual estará condicionada à demonstração formal, no processo administrativo, de que permanecem vantajosas as condições e os preços para a Administração, sendo admitida a negociação com o CONTRATADO, conforme autoriza o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

36.3. Para a formalização da prorrogação, deverão ser observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

36.3.0.1. comprovação formal de que a prestação dos serviços possui natureza continuada;

36.3.0.2. juntada de relatório circunstanciado da execução contratual, atestando que os serviços vêm sendo prestados de forma regular e satisfatória;

36.3.0.3. apresentação de justificativa expressa da autoridade competente demonstrando a conveniência e o interesse público na manutenção da contratação;

36.3.0.4. manifestação formal do CONTRATADO quanto ao interesse na prorrogação;

36.3.0.5. comprovação de que o CONTRATADO mantém todas as condições de habilitação exigidas no certame;

36.3.0.6. análise de vantajosidade econômica, inclusive quanto à adequação dos preços praticados aos valores de mercado.

36.4. O CONTRATADO não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, constituindo esta faculdade da Administração, condicionada ao interesse público e ao atendimento dos requisitos legais.

36.5. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, previamente celebrado antes do término da vigência contratual.

36.6. Nas eventuais prorrogações, deverão ser reduzidos ou eliminados os custos não renováveis já pagos ou amortizados durante o

primeiro período de vigência contratual, como condição para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e da vantajosidade da contratação.

36.7. Não será admitida a prorrogação contratual caso a CONTRATADA tenha sido penalizado com sanção de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, nos termos dos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

36.8. Da mesma forma, não será realizada a prorrogação caso a CONTRATADA esteja suspensa temporariamente de participar de licitação ou impedida de contratar com a Administração Pública, enquanto vigente a penalidade.

37. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1. O LICITANTE, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do que prevê o artigo 156 da Lei 14.133, de 2021:

37.1.1. advertência;

37.1.2. multa;

37.1.3. impedimento de licitar e contratar;

37.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

37.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

37.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

37.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

37.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

37.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

37.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

37.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

37.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

37.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

37.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

37.3.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

37.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

37.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

37.3.4. **Multa:**

37.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

37.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

37.3.4.3. A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

37.3.4.4. No caso de inexecução parcial do objeto, a multa compensatória será de 20% sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

37.3.4.5. A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa compensatória de 10% a 30% sobre o valor do contrato.

37.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

37.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

37.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

37.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

37.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

37.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

37.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 37.11. sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber:
- 37.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 37.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 37.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 37.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 37.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 37.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 37.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 37.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 37.15. O Contratante nos termos do Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 37.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 37.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

38. DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

- 38.1. O(s) valor(es) unitário(s) contratado(s) destinado(s) ao(s) fornecimento de uniformes poderá(ão) ser corrigidos anualmente, sendo que a demonstração analítica de alteração dos custos se dará pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data limite para apresentação das propostas, constante do ato convocatório, e o aniversário dessa data, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:
- 38.2. $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
- 38.2.1. R = Valor do reajustamento procurado;
- 38.2.2. V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
- 38.2.3. I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
- 38.2.4. I = Índice relativo ao mês do reajustamento
- 38.3. O efetivo ajuste de valor dos itens citados depende da divulgação oficial do número índice correspondente ao mês da correção, sem prejuízo da apuração das diferenças devidas pelo CONTRATANTE a partir do fato gerador descrito no mencionado item.
- 38.4. Caberá à CONTRATADA efetuar os cálculos de que trata os referentes acima e apresentar a respectiva memória ou planilha junto a sua solicitação formal para a correção de valores.
- 38.5. A periodicidade prevista neste capítulo poderá ser reduzida por legislação superveniente.
- 38.6. A rubrica destinada ao vale-transporte poderá ser repactuada, caso haja majoração dos custos da(s) tarifa(s) de transporte público, e o respectivo aumento implique necessariamente na oneração dos custos propostos pela CONTRATADA para respectiva rubrica, sendo que os efeitos financeiros da repactuação contratual, decorrente do aumento do custo do transporte público, devem vigorar a partir da efetiva modificação do valor de tarifa de transporte público.
- 38.7. Os valores referentes à mão de obra poderão ser repactuados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.
- 38.8. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:
- 38.8.1. Da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;
- 38.8.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.
- 38.9. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade supracitada, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da CONTRATADA, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.
- 38.10. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

- 38.11. As repactuações poderão ser divididas em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade da revisão dos preços da contratação, podendo ser realizadas em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.
- 38.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 38.12.1. A repactuação do vale-transporte deverá ser dividida em tantas quanto forem os decretos ou instrumentos equivalentes referentes à alteração no valor da tarifa de transporte público para o Distrito Federal e Goiás.
- 38.12.2. A repactuação para revisão do valor do contrato em razão de novo acordo, dissídio, convenção coletiva, decreto ou instrumento equivalente deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 38.12.3. No momento da repactuação do valor da mão de obra, e de acordo com a vigência da variação analítica desse custo, será atualizado também o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), tendo em vista a sua atualização anual, conforme o disposto no art. 10 da Lei nº 10.666/2003, art. 202-A, § 7º do Decreto nº 3.048/1999 e na Resolução CNP nº 1.329/2017. Entretanto, o Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT), apresentado pela CONTRATADA no momento da licitação, não será atualizado por compor o risco ordinário do negócio, uma vez que a alteração do risco da atividade econômica preponderante da empresa depende de ato volitivo (art. 72, § 1º da Instrução RFB nº 971/2009).
- 38.13. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a CONTRATADA fica obrigada a fornecer plano de saúde aos prestadores de serviço empregados na presente contratação, caso o novo acordo, convenção ou dissídio da categoria não contenha o valor unitário destinado ao plano de saúde, adotar-se-á, como critério de atualização dessa rubrica, a variação do valor unitário do paradigma adotado, para fins do orçamento realizado pelo DETRAN-DF, quando da licitação dos serviços.
- 38.14. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção, dissídio coletivo, decreto ou instrumento equivalente que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
- 38.15. As repactuações dos preços dos serviços a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 38.16. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 38.17. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021.
- 38.18. As repactuações dos preços dos serviços poderão ser formalizadas por meio de termo(s) Aditivo ou por meio de apostilamento(s), e se coincidirem com a prorrogação contratual, deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.
- 38.19. Nos termos da Decisão TCDF nº 4081/2018 (Processo nº 4670/2018), a revisão contratual decorrente de mudança voluntária de regime de tributação da empresa, após a aceitação da proposta de preço no procedimento licitatório, não encontra amparo legal, dado o alcance do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza apenas a revisão decorrente de alteração da carga tributária ocorrida em razão de imposição legislativa.

39. DOS ANEXOS

39.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência os seguintes Anexos:

- I - Anexo I - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- II - Anexo II - Uniformes e EPIs
- III - Anexo III - Modelo de Proposta de Preços
- IV - Anexo I V - Instrumento de Medição de Resultado;
- V - Anexo V - Modelos de Declarações
- VI - Anexo VI - Modelo de Declaração de Relação de Compromissos

ANEXO I

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS -SECRETÁRIA EXECUTIVA - CBO 2523 40H | | |
|--|--|--|
| | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | |
| Nº da Licitação | | |
| Empresa | | |
| | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | |

| | | | |
|---|---|-------------------------------|--------------|
| B | Município/UF | Brasília | |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SEAC/SIS-DF | |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 | |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | |
| | | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR | |
| | | 10 | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA | |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | 2523 | |
| 3 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | |
| A | Salário Base | R\$ 6.256,66 | |
| B | Adicional de periculosidade | R\$ - | |
| C | Adicional de insalubridade | R\$ - | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | R\$ - | |
| E | Hora noturna adicional | R\$ - | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | R\$ - | |
| G | Outros (especificar) | R\$ - | |
| Total da Remuneração | | R\$ 6.256,66 | |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 521,39 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 695,18 |
| Total | | 19,44% | R\$ 1.216,57 |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 7.473,23 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 1.494,65 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 186,83 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 6,00% | R\$ 448,39 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 112,10 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 74,73 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 44,84 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 14,95 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 597,86 |
| Total | | 39,80% | R\$ 2.974,35 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ 506,10 | |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ 375,40 | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 987,00 | |
| C | Assistência Odontológica | R\$ 14,25 | |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ 212,00 | |
| E | Seguro de vida | R\$ 3,78 | |
| F | Auxílio Creche | R\$ 282,15 | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ 1.629,88 | |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exige o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 4,63 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,20 |
| Total Afastamento Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 4,84 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.216,57 | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 2.974,35 | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.629,88 | |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 4,84 | |
| TOTAL | | R\$ 5.820,80 | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,4167% | R\$ 26,07 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,0333% | R\$ 2,09 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,8222% | R\$ 239,14 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,9444% | R\$ 121,66 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,7739% | R\$ 48,42 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,0622% | R\$ 3,89 |
| Total | | 7,0528% | R\$ 441,27 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intra jornada | | | |
| 4.2 | Intra jornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | R\$ - | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - | |
| 4.2 | Intra jornada | R\$ - | |
| Total | | R\$ - | |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ - 1,29 | |
| B | Materiais | R\$ - | |
| C | Equipamentos | R\$ - | |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ - 1,29 | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 5,00% | R\$ 625,94 |

| | | | |
|--------------|--|---------------|---------------------|
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões n°s 5.276/17, 867/20, 4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 7,19% | R\$ 945,10 |
| C | Tributos | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 232,48 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ 1.070,82 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ 704,49 |
| Total | | 26,44% | R\$ 3.578,83 |

O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis n°s 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto.

| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | |
|--|--|----------------------|
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 6.256,66 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 5.820,80 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 441,27 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - 1,29 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ 12.518,73 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 3.578,83 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ 16.099,22 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 66,40% |

| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
|--|-------------------------|----------------------|------------------|
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 16.099,22 |
| B | Valor mensal do posto | 10 | R\$ 160.992,16 |
| C | Valor anual da proposta | 10 | R\$ 1.931.905,96 |

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS -TECNICO EM SECRETARIADO-CBO 3515 40H

| | |
|------------------------|------------------------|
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 |
| Nº da Licitação | |
| Empresa | |

| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | |
|--|---|--------------------|
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | |
| B | Município/UF | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SEAC |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 |

| Identificação do Serviço | | |
|---------------------------------|--------------------------|--------------------------------------|
| TIPO DE SERVIÇO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | Posto | 41 |

| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | |
|--|---|----------------------|
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 41 |

| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
|--|---|--------------|--------------|
| I | Composição da Remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base | | R\$ 3.280,70 |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | | R\$ 3.280,70 |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 273,39 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 364,52 |
| Total | | 19,44% | R\$ 637,91 |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 3.918,61 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 783,72 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 97,97 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 6,00% | R\$ 235,12 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 58,78 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 39,19 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 23,51 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 7,84 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 313,49 |
| Total | | 39,80% | R\$ 1.559,61 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ 506,10 | |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ 196,84 | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 987,00 | |
| C | Assistência Odontológica | R\$ 14,25 | |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ 212,00 | |
| E | Seguro de vida | R\$ 3,78 | |
| F | Auxílio Creche | R\$ 282,15 | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ 1.526,29 | |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,43 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,11 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,54 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 637,91 | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.559,61 | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.526,29 | |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 2,54 | |
| TOTAL | | R\$ 3.723,81 | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |

| | | | |
|--------------|---|----------------|-------------------|
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,4167% | R\$ 13,67 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,0333% | R\$ 1,09 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,8222% | R\$ 125,40 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,9444% | R\$ 63,79 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,7739% | R\$ 25,39 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,0622% | R\$ 2,04 |
| Total | | 7,0528% | R\$ 231,38 |

Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011.

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Ausências Legais

| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
|--------------|-----------------------------------|--|-------------|
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |

Submódulo 4.2 - Intraornada

| 4.2 | Intraornada | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------|-------------|
| A | Intervalo para repouso e alimentação | |
| Total | | |

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente

| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
|--------------|--|--------------|
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - |
| 4.2 | Intraornada | R\$ - |
| Total | | R\$ - |

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) |
|----------------------------------|----------------------|-------------------|
| A | Uniformes/EPIs | R\$ - 1,29 |
| B | Materiais | R\$ - |
| C | Equipamentos | R\$ - |
| D | Outros (especificar) | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ - 1,29 |

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
|--------------|--|---------------|---------------------|
| A | Despesas administrativas/operacionais | 5,00% | R\$ 361,79 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20, 4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 7,19% | R\$ 546,27 |
| C | Tributos | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 134,38 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ 618,94 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ 407,20 |
| Total | | 26,44% | R\$ 2.068,58 |

O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

| | |
|--|--------------|
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | (R\$) |
|--|--------------|

| | | |
|--|--|---------------------|
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 3.280,70 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.723,81 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 231,38 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - 1,29 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ 7.235,89 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 2.068,58 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ 9.306,13 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 66,40% |

| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
|---|-------------------------|---------------|------------------|
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 9.306,13 |
| B | Valor mensal do posto | 41 | R\$ 381.551,40 |
| C | Valor anual da proposta | 41 | R\$ 4.578.616,80 |

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - RECEPCIONISTA - CBO 4221 40H

| | |
|-----------------|------------------------|
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 |
| Nº da Licitação | |
| Empresa | |

| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | |
|---|---|----------------------------|
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | |
| B | Município/UF | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 |

| Identificação do Serviço | | |
|--------------------------|-------------------|-------------------------------|
| TIPO DE SERVIÇO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | Posto | 23 |

| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | |
|---|---|----------------------|
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 23 |

| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | |
|--------------------------------------|---|---------------------|
| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
| A | Salário Base | R\$ 2.749,17 |
| B | Adicional de periculosidade | |
| C | Adicional de insalubridade | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | |
| E | Hora noturna adicional | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | |
| G | Outros (especificar) | |
| Total da Remuneração | | R\$ 2.749,17 |

Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G

| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
|---|---|---------------|-------------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 229,10 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 305,46 |
| Total | | 19,44% | R\$ 534,56 |

| | | | |
|--|---|---|--------------|
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 3.283,73 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 656,75 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 82,09 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho (RATXFAP) | 6,00% | R\$ 197,02 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 49,26 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 32,84 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 19,70 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 6,57 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 262,70 |
| Total | | 39,80% | R\$ 1.306,92 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ 506,10 | |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ 164,95 | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 973,98 | |
| C | Assistência Odontológica | R\$ 14,28 | |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ 209,40 | |
| E | Seguro de vida | R\$ 3,78 | |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | | R\$ 1.542,59 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,04 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,09 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,13 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 534,56 | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.306,92 | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.542,59 | |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 2,13 | |
| TOTAL | | R\$ 3.384,08 | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,4167% | R\$ 11,45 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,0333% | R\$ 0,92 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,8222% | R\$ 105,08 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,9444% | R\$ 53,46 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,7739% | R\$ 21,28 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,0622% | R\$ 1,71 |
| Total | | 7,0528% | R\$ 193,89 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |

| | | |
|-------|-----------------------------------|--|
| D | Ausências Maternidade | ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | |
| Total | | |
| | | |

Submódulo 4.2 - Intraornada

| 4.2 | Intraornada | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------|-------------|
| A | Intervalo para repouso e alimentação | |
| Total | | |

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente

| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
|--------------|--|--------------|
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - |
| 4.2 | Intraornada | R\$ - |
| Total | | R\$ - |

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) |
|----------------------------------|----------------------|---------------------|
| A | Uniformes/EPIs | R\$ - 285,97 |
| B | Materiais | R\$ - |
| C | Equipamentos | R\$ - |
| D | Outros (especificar) | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ - 285,97 |

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
|--------------|--|---------------|---------------------|
| A | Despesas administrativas/operacionais | 5,00% | R\$ 316,36 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20, 4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 7,19% | R\$ 477,67 |
| C | Tributos | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 117,50 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ 541,21 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ 356,06 |
| Total | | 26,44% | R\$ 1.808,79 |

O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | (R\$) |
|---|--|---------------------|
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 2.749,17 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.384,08 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 193,89 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - 285,97 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ 6.327,14 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 1.808,79 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ 8.503,65 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 66,40% |

QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
|---|-------------------------|---------------|------------------|
| A | Valor Unitário | | R\$ 8.503,65 |
| B | Valor mensal do posto | 23 | R\$ 195.583,65 |
| C | Valor anual da proposta | 23 | R\$ 2.347.007,62 |

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ALMOXARIFE - CBO 4141 40H

| | | | |
|---|---|----------------------------|-------------------------------|
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília | |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS | |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 | |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 10 |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA | |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 | |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 10 | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | |
| A | Salário Base | R\$ 2.749,17 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | R\$ 2.749,17 | |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 229,10 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 305,46 |
| Total | | 19,44% | R\$ 534,56 |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 3.283,73 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 656,75 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 82,09 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 6,00% | R\$ 197,02 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 49,26 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 32,84 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 19,70 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 6,57 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 262,70 |
| Total | | 39,80% | R\$ 1.306,92 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ 506,10 | |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ 164,95 | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 973,98 | |
| C | Assistência Odontológica | R\$ 14,28 | |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| D | Assistência médica e familiar | R\$ 209,40 | |
| E | Seguro de vida | R\$ 3,78 | |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ 1.542,59 | |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exige o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,04 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,81 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,85 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 534,56 | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.306,92 | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.542,59 | |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 2,85 | |
| TOTAL | | R\$ 3.384,08 | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,4167% | R\$ 11,45 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,0333% | R\$ 0,92 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,8222% | R\$ 105,08 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,9444% | R\$ 53,46 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,7739% | R\$ 21,28 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,0622% | R\$ 1,71 |
| Total | | 7,0528% | R\$ 193,89 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intra jornada | | | |
| 4.2 | Intra jornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - | |
| 4.2 | Intra jornada | R\$ - | |
| Total | | R\$ - | |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ - 82,33 | |

| | | |
|---|--|---------------------|
| B | Materiais | R\$ - |
| C | Equipamentos | R\$ - |
| D | Outros (especificar) | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ - 82,33 |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 5,00% R\$ 316,36 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20, 4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 7,19% R\$ 477,67 |
| C | Tributos | |
| C.1 | PIS | 1,65% R\$ 117,50 |
| C.2 | COFINS | 7,60% R\$ 541,21 |
| C.3 | ISS | 5,00% R\$ 356,06 |
| Total | | 26,44% R\$ 1.808,79 |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 2.749,17 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.384,08 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 193,89 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ - 82,33 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ 6.327,14 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 1.808,79 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ 8.241,79 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 66,40% |
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | |
| | Descrição | Qtd de Postos Valor |
| A | Valor Unitário | R\$ 8.241,79 |
| B | Valor mensal do posto | 2 R\$ 16.483,59 |
| C | Valor anual da proposta | 2 R\$ 197.803,07 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CARREGADOR - CBO 40H | | |
|--|---|-------------------------------|
| | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | |
| Nº da Licitação | | |
| Empresa | | |
| | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | |
| B | Município/UF | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 |
| | | |
| Identificação do Serviço | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto |
| | | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| | | 10 |
| | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | |

| | | |
|---|--|----------------------|
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 10 |

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) |
|---|---|---------------------|
| A | Salário Base | R\$ 1.862,09 |
| B | Adicional de periculosidade | |
| C | Adicional de insalubridade | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | |
| E | Hora noturna adicional | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | |
| G | Outros (especificar) | |
| Total da Remuneração | | R\$ 1.862,09 |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | |

MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
|-------------------------------|---|---------------|---------------------|
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 155,17 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 206,90 |
| Total | | 19,44% | R\$ 362,07 |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 2.224,16 |

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
|--------------|---------------------------------|---------------|-------------------|
| A | INSS | 20,00% | R\$ 444,83 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 55,60 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 6,00% | R\$ 133,45 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 33,36 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 22,24 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 13,34 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 4,45 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 177,93 |
| Total | | 39,80% | R\$ 885,22 |

A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) |
|--|-------------------------------|---------------------|
| A | Transporte | R\$ 506,10 |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ 111,73 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 973,98 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ 14,28 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ 209,40 |
| E | Seguro de vida | R\$ 3,78 |
| F | Auxílio Creche | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ 1.595,81 |

As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a)

Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade

| | | | |
|--|---|--------------|-----------------|
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 1,38 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,06 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 1,44 |

O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano.

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) |
|-----|---|--------------|
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 362,07 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 885,22 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.595,81 |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 1,44 |

| | | | |
|---|--|--|--------------|
| TOTAL | | R\$ 2.843,10 | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,4167% | R\$ 7,76 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,0333% | R\$ 0,62 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,8222% | R\$ 71,17 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,9444% | R\$ 36,21 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,7739% | R\$ 14,41 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,0622% | R\$ 1,16 |
| Total | | 7,0528% | R\$ 131,33 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intra jornada | | | |
| 4.2 | Intra jornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - | |
| 4.2 | Intra jornada | R\$ - | |
| Total | | R\$ - | |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ - 105,75 | |
| B | Materiais | R\$ - | |
| C | Equipamentos | R\$ - | |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ - 105,75 | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 5,00% | R\$ 241,83 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20, 4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 7,19% | R\$ 365,13 |
| C | Tributos | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 89,82 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ 413,70 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ 272,17 |
| Total | | 26,44% | R\$ 1.382,66 |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | |

| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | |
|---|--|--------------|
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 1.862,09 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 2.843,10 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 131,33 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ -105,75 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ 4.836,52 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 1.382,66 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ 6.355,16 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 66,40% |

| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
|---|-------------------------|---------------|----------------|
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 6.355,16 |
| B | Valor mensal do posto | 2 | R\$ 12.710,32 |
| C | Valor anual da proposta | 2 | R\$ 152.523,87 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUPERVISOR - CBO 4141 40H | | | |
|---|---|----------------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília | |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS | |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 | |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 | |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 10 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA | |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 | |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 10 | |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | |
| A | Salário Base | R\$ 3.542,54 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | R\$ 3.542,54 | |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 295,21 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 393,62 |

| | | | |
|--|---|--|--------------|
| Total | | 19,44% | R\$ 688,83 |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | R\$ 4.231,37 | |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 846,27 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 105,78 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 6,00% | R\$ 253,88 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 63,47 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 42,31 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 25,39 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 8,46 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 338,51 |
| Total | | 39,80% | R\$ 1.684,08 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ 506,10 | |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ 212,55 | |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ 973,98 | |
| C | Assistência Odontológica | R\$ 14,28 | |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ 209,40 | |
| E | Seguro de vida | R\$ 3,78 | |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ 1.494,99 | |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exige o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,62 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 1,04 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 3,67 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 688,83 | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 1.684,08 | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.494,99 | |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 3,67 | |
| TOTAL | | R\$ 3.867,90 | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,4167% | R\$ 14,76 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,0333% | R\$ 1,18 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 3,8222% | R\$ 135,40 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,9444% | R\$ 68,88 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,7739% | R\$ 27,42 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 0,0622% | R\$ 2,20 |
| Total | | 7,0528% | R\$ 249,85 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes | |
| B | Ausência Legais | | |

| | | |
|-------|-----------------------------------|---|
| | | hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) |
| C | Licença Paternidade | |
| D | Ausências Maternidade | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | |
| Total | | |

Submódulo 4.2 - Intraornada

| 4.2 | Intraornada | Valor (R\$) |
|--------------|--------------------------------------|-------------|
| A | Intervalo para repouso e alimentação | |
| Total | | |

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente

| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) |
|--------------|--|--------------|
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - |
| 4.2 | Intraornada | R\$ - |
| Total | | R\$ - |

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) |
|----------------------------------|----------------------|-------------------|
| A | Uniformes/EPIs | R\$ - 1,29 |
| B | Materiais | R\$ - |
| C | Equipamentos | R\$ - |
| D | Outros (especificar) | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ - 1,29 |

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
|--------------|--|---------------|---------------------|
| A | Despesas administrativas/operacionais | 5,00% | R\$ 383,01 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20, 4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 7,19% | R\$ 578,31 |
| C | Tributos | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 142,26 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ 655,24 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ 431,08 |
| Total | | 26,44% | R\$ 2.189,91 |

O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto.

Quadro-Resumo do Custo por Empregados

| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | (R\$) |
|---|--|---------------------|
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ 3.542,54 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ 3.867,90 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ 249,85 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ -1,29 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ 7.660,29 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ 2.189,91 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ 9.851,85 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 66,40% |

QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
|---|-------------------------|---------------|----------------|
| A | Valor Unitário | | R\$ 9.851,85 |
| B | Valor mensal do posto | 2 | R\$ 19.703,71 |
| C | Valor anual da proposta | 10 | R\$ 236.444,47 |

| VALE TRANSPORTE | | | |
|-----------------|-------------------|-----|-------|
| | | Ida | Volta |
| | Dias efetivamente | | |

| Posto | trabalhados por mês (21 dias) | cidade satélite ou entorno até Detran Sede | Detran Sede para cidade satélite ou entorno | Valor diário | Valor mensal |
|---|---|--|---|--------------|--------------|
| Secretário-Executivo, Técnico em Secretariado, Recepcionista, Almoxarife, Carregador e Supervisor | 21,00 | R\$ 12,05 | R\$ 12,05 | R\$ 24,10 | R\$ 506,10 |
| Observação: | | | | | |
| 1) As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. | | | | | |
| | | | | | |
| Auxílio-Alimentação | | | | | |
| Postos - Diurnos | Dias Efetivamente Trabalhados por Mês | | Vale-alimentação | Valor Bruto | |
| Secretário - Executivo / Técnico em Secretariado ¹ | 21 | | R\$ 47,00 | R\$ 987,00 | |
| Recepcionista, Almoxarifado, Carregador, Supervisor | 21 | | R\$ 46,38 | R\$ 973,98 | |
| Observação: | | | | | |
| 1 | Valores unitários calculados, conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 , celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) e o Sindicato das Secretárias e dos Secretários do DF (SIS-DF), registrada no MTE em 14/01/2026 | | | | |
| 2 | Valores unitários calculados, conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 , celebrada entre o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SINDISERVICOS/DF) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF), registrada no MTE, em 14/01/2026 | | | | |

ANEXO II
UNIFORME E EPIs

| SECRETÁRIA EXECUTIVA | | | | | | | |
|-------------------------|----------------------|----------------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| | | | | | | | |
| TÉCNICO EM SECRETARIADO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| | | | | | | | |
| RECEPCIONISTA FEMININO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |

| | | | | | | | |
|------------------|---|---|---|---|--|--|--|
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| Blazer | 2 | 1 | Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores. | 3 | | | |
| Calça / Saia | 2 | 2 | Tipo esporte fino, com zíper, na cor preta e saia na altura do joelho. | 4 | | | |
| Lenço | 2 | 1 | Em crepe coxíbio, tipo laço com entretela compatível com o modelo, na cor preta e o nome da empresa na cor cinza, de boa qualidade. | 3 | | | |
| Camisa Social | 2 | 2 | Em tecido VANESSA, gola com entretela compatível com o modelo, cor cinza, de boa qualidade. | 4 | | | |
| Par de sapatos | 2 | 1 | Na cor preta, de boa qualidade, de couro, tipo scarpin ou estilo boneca. | 3 | | | |
| Par de meias 3/4 | 4 | 2 | Finas, de boa qualidade, na cor preta. | 6 | | | |

RECEPCIONISTA MASCULINO

| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
|----------------|----------------------|-------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Blazer | 2 | 1 | Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores. | 3 | | | |
| Calça | 2 | 2 | Calça comprida social, com zíper, com presilhas para cinto, na cor preta. | 4 | | | |
| Gravata | 2 | 1 | Em tecido 100% poliéster ou 100% seda, de boa qualidade. | 3 | | | |
| Camisa Social | 2 | 2 | Estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, na cor cinza, com botões nos punhos e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo. | 4 | | | |
| Par de sapatos | 2 | 1 | Tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preto de boa qualidade. | 3 | | | |
| Par de meias | 4 | 2 | Tecido em algodão, poliamida e elastano, de boa qualidade, na cor preta. | 6 | | | |

ALMOXARIFE

| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | Vi. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
|----------------------------|----------------------|-------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Calça Jeans | 2 | 2 | Calça comprida confeccionada em tecido resistente, com bolsos, adequada à atividade, na cor a ser definida pela contratante. | 4 | | | |
| Camisa pólo de manga curta | 3 | 2 | Camisa pólo de mangas curtas, com abotoamento, confeccionada em malha fria, contendo o emblema da empresa, na cor a ser definida pela contratante. | 5 | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|--|----|--|--|--|
| Botina de couro c/ biqueira de aço | 1 | 1 | Bico de aço com proteção contra impacto de até 200 J e compressão de até 15 kN; Couro relax legítimo com costura dupla – mais resistência e durabilidade; Solado PU monodensidade com sistema antipronação e excelente aderência; Forração interna com tecido de alta absorção – conforto térmico e respirabilidade; Atende às normas ABNT NBR ISO 20344:2015 e 20345:2015; CA 17138 – aprovado para riscos mecânicos e escorregamento (SB e SRA); | 2 | | | |
| par de meia de algodão branca | 6 | 6 | Conjunto de 6 pares de meias esportivas brancas projetadas para uso diário versátil e atividades esportivas; | 12 | | | |
| | | | TAMANHO UNIVERSAL: Serve na maioria dos tamanhos de pés adultos 37-42, proporcionando um ajuste confortável para homens e mulheres; | | | | |
| | | | DESIGN COM CANELADO: Apresenta um punho canelado clássico que ajuda a manter as meias no lugar sem escorregar durante as atividades | | | | |
| | | | AJUSTE CONFORTÁVEL: Estilo de cano médio proporciona conforto ideal para uso diário | | | | |
| Par de Luvas tricotadas anti-corte com palma em poliuretano | 3 | 3 | Luva de segurança tricotada com resistência ao corte (TDM), confeccionada em fibras sintéticas, fios de elastano e polietileno de alta performance, revestimento da palma, face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU) antiderrapante, resistente ao calor de contato, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. | 6 | | | |
| Óculos de Segurança | 1 | 1 | Óculos de segurança, com visor, apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça. | 2 | | | |
| | | | Visor e hastes em policarbonato incolor ou cinza. Leve e envolvente, se acomoda de forma confortável no rosto. | | | | |

| CARREGADOR | | | | | | | |
|----------------------------|----------------------|-------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Calça Jeans | 2 | 2 | Calça comprida confeccionada em tecido resistente, com bolsos, adequada à atividade, na cor a ser definida pela contratante. | 4 | | | |
| Camisa pólo de manga curta | 2 | 2 | Camisa pólo de mangas curtas, com abotoamento, confeccionada em malha fria, contendo o emblema da empresa, na cor a ser definida pela contratante. | 5 | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|----|--|--|--|
| Botina de couro c/ biqueira de aço | 1 | 1 | Bico de aço com proteção contra impacto de até 200 J e compressão de até 15 kN; Couro relax legítimo com costura dupla – mais resistência e durabilidade; Solado PU monodensidade com sistema antiprionação e excelente aderência; Forração interna com tecido de alta absorção – conforto térmico e respirabilidade; Atende às normas ABNT NBR ISO 20344:2015 e 20345:2015; CA 17138 – aprovado para riscos mecânicos e escorregamento (SB e SRA); | 2 | | | |
| Kit 06 pares meia de algodão branca | 6 | 6 | Conjunto de 6 pares de meias esportivas brancas projetadas para uso diário versátil e atividades esportivas; | 12 | | | |
| | | | TAMANHO UNIVERSAL: Serve na maioria dos tamanhos de pés adultos 37-42, proporcionando um ajuste confortável para homens e mulheres; | | | | |
| | | | DESIGN COM CANELADO: Apresenta um punho canelado clássico que ajuda a manter as meias no lugar sem escorregar durante as atividades | | | | |
| | | | AJUSTE CONFORTÁVEL: Estilo de cano médio proporciona conforto ideal para uso diário | | | | |
| Par de Luvas tricotadas anti-corte com palma em poliuretano | 6 | 6 | Luva de segurança tricotada com resistência ao corte (TDM), confeccionada em fibras sintéticas, fios de elastano e polietileno de alta performance, revestimento da palma, face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU) antiderrapante, resistente ao calor de contato, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. | 12 | | | |
| Óculos de Segurança | 1 | 1 | Óculos de segurança, com visor, apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça. | 2 | | | |
| | | | Visor e hastes em policarbonato incolor ou cinza. Leve e envolvente, se acomoda de forma confortável no rosto. | | | | |
| Cinta lombar c/ suspensórios | 1 | 1 | Confeccionado em elástico de altíssima qualidade, com costura em nylon de alta resistência que garante durabilidade. | 2 | | | |
| | | | Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. | | | | |
| | | | Elástico reforçado com Hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. | | | | |

| SUPERVISOR | | | | | | | |
|------------|----------------------|-------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |

ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

A Empresa , inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº instalada na (endereço completo), *telefone, fax e endereço eletrônico* (e-mail), apresenta proposta para:

| Posto | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
|-------------------------|-----------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Secretária Executiva | 10 | | | | |
| Técnico em Secretariado | 41 | | | | |
| Recepcionista | 23 | | | | |
| Almoxarife | 2 | | | | |
| Carregador | 2 | | | | |
| Supervisor | 2 | | | | |
| TOTAL | 80 | | R\$ - | R\$ - | R\$ - |

a) Validade da Proposta: dias (*não inferior a 60 dias*).

b) Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco Agência Conta Corrente nº .

Obs.: As empresas que possuem sede, filiais ou representações no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do contratado junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Dessa forma deverão indicar número da conta corrente a agência do BRB, em cumprimento ao disposto Decreto nº 32.767 de 17 de fevereiro de 2011.

c) Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

d) Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.

e) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Data da Proposta

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa Identificação do Cargo

ANEXO IV
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

39.2. Os serviços terceirizados de apoio administrativo, a serem executados nas dependências das unidades do DETRAN-DF, estarão sujeitos à aplicação do presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) .

39.3. O presente IMR é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações e verificações periódicas à cargo da fiscalização do contrato (técnica, administrativa e pelo público usuário).

39.4. A meta a ser atingida pela empresa é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100%, para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.

39.5. Cálculo do Valor Final da Fatura Mensal a ser pago pelo Contratante (VF)

$$VF = VM \times FQ;$$

39.6. Onde:

VF: Valor Final da Fatura Mensal a ser pago pelo CONTRATANTE;

VM: Valor da Medição relativa aos serviços / fornecimento;

FQ: Fator de Qualidade (%);

39.7. O efeito da aplicação do FQ é variável de acordo com a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, a ser avaliada, e poderá reduzir em até 4,5 % (quatro inteiros e cinco décimos por cento) o valor final da Fatura Mensal a ser pago pelo CONTRANTE (VF)

39.8. O Fator de Qualidade (FQ) será obtido por meio de apuração de pontos correspondentes a acontecimentos no mês de referência, conforme tabela abaixo. Essa apuração ficará a cargo da fiscalização setorial do contrato que efetuará em registro por meio do Sistema de

Fiscalização de Contratos Corporativos, adotado pelo DETRAN-DF como instrumento de fiscalização dos Fiscais Setoriais.

39.9. Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, a título de carência para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, o Valor de Fatura não sofrerá incidência do Fator de Qualidade (FQ). Nesses meses o Valor de Fatura será igual ao Valor de Medição, ressalvadas eventuais glosas e penalidades.

39.10. Ao final de cada período avaliativo, o CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, em que constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa no período. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as falhas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.

39.11. As notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, referentes ao faturamento dos serviços deverão observar a aplicação do FQ, a fim de evitar a retenção de impostos a mais pela Administração.

39.12.

| Requisitos de apuração dos requisitos | | | |
|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Item | Descrição da avaliação | Fator de Qualidade | Conceito de qualidade |
| 1 | Somatório ≤ 20 pontos | 100% | Ótimo |
| 2 | Somatório entre $> 20 \leq 35$ pontos | 98,50% | Satisfatório |
| 3 | Somatório entre $> 35 \leq 60$ pontos | 97,00% | Regular |
| 4 | Somatório > 60 pontos | 95,50% | Ruim |

39.13. Consta a seguir os tipos de falhas de acordo com as respectivas categorias:

| Item | Ocorrências | Pontos |
|------|---|--------|
| 1 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Secretário - Executivo (item 4.6.1) | 15 |
| 2 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Técnico Secretariado (item 4.6.2) | 15 |
| 3 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Recepcionista (item 4.6.3) | 10 |
| 4 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Almoxarife (item 4.6.4) | 5 |
| 5 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Carregador (item 4.6.5) | 5 |
| 6 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Supervisor (item 4.6.6) | 15 |

ANEXO V

MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N.º 39.860/2019

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º

, sediada no endereço, telefone n.º, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14

da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....

(Local data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone/fax nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto da Dispensa Eletrônica nº/2024 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

Brasília (DF), de de .

.....
(representante)

3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone/fax nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes do FORNECEDOR/CONTRATADO, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que o FORNECEDOR/CONTRATADO fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), de de .

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA (SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 429 DA CLT

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone (), por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

5. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/21

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº /202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone (), por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

| Nome do Órgão / Empresa | Nº / Ano do Contrato | Resumo do objeto | Valor Mensal do Contrato |
|----------------------------------|----------------------|------------------|--------------------------|
| Valor Total Mensal dos Contratos | | | |

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

40. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

40.1. O foro para dirimir questões relativas a este Termo de Referência e ao respectivo Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

40.2. Os recursos contra os atos do Contratante, que ensejarem penalidades, deverão obedecer ao que dispõe o Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelos Decretos Distritais nº 26.993 de 12 de julho de 2006 e nº 27.069 de 14 de agosto de 2006, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93.

40.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da CONTRATADA ou por procurador legalmente habilitado. Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia do final, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expedientes nas repartições públicas.

ANEXO B (DO EDITAL)
MODELO DE DECLARAÇÃO
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pregão Eletrônico nº __/2025 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone () _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019. Compromete-se, ainda, quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a), a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, à Central de Compras, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária, no endereço _____.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO C (do Edital)
TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

| CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | | | | | | |
|-------------------------------|--------|-----|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Posto | CATSER | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
| Secretária Executiva | 16578 | 10 | R\$ 15.560,39 | R\$ 155.603,90 | R\$ 1.867.246,80 | R\$ 5.601.740,40 |
| Técnico em Secretariado | 16578 | 41 | R\$ 9.365,87 | R\$ 384.000,67 | R\$ 4.608.008,04 | R\$ 13.824.024,12 |
| Recepcionista | 8729 | 23 | R\$ 8.242,96 | R\$ 189.588,08 | R\$ 2.275.056,96 | R\$ 6.825.170,88 |
| Almoxarife | 14907 | 2 | R\$ 7.985,49 | R\$ 15.970,98 | R\$ 191.651,76 | R\$ 574.955,28 |
| Carregador | 14389 | 2 | R\$ 6.168,63 | R\$ 12.337,26 | R\$ 148.047,12 | R\$ 444.141,36 |
| Supervisor | 25623 | 2 | R\$ 9.534,44 | R\$ 19.068,88 | R\$ 228.826,56 | R\$ 686.479,68 |
| TOTAL | | 80 | | R\$ 776.569,77 | R\$ 9.318.837,24 | R\$ 27.956.511,72 |

ANEXO D (do Edital)

MINUTA DO CONTRATO

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

* MINUTA DE DOCUMENTO

Contrato de Prestação de Serviços nº XX/20XX
QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO
DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL -
DETRAN/DF E A EMPRESA XXXXXX.
Processo nº XXXXXXX

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF**, autarquia distrital de regime especial, criada pela Lei nº 5.942, de 18 de novembro de 1973, e estruturada pelo Decreto nº 2.766, de 06 de fevereiro de 1974, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913, Bloco D, Asa Sul, CEP 70.390-135, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, **XXXXXX**, CPF nº **XXXXXX**, CI nº **XXXXXX**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **(XXXX)**, inscrita no CNPJ sob o nº **(XXXX)**, com sede no **(XXXX)**, neste ato representada por seu representante legal, **(XXXX)** conforme atos constitutivos, doravante denominada **CONTRATADA**. As partes celebram o presente ajuste, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 00055-00002669/2026-66, o Termo de Referência XX/2026 **(XXXXXX)**, o Edital do Pregão Eletrônico nº **(XXXX)**, a Proposta da Contratada **(XXXX)**, a Disponibilidade Orçamentária nº **(XXXX)**, a Nota UCI nº **(XXXX)** e o Parecer Jurídico/PROJUR nº **(XXXX)**, em observância à **Lei nº 14.133/2021**, ao **Decreto Distrital nº 44.330/2023** e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços administrativos de apoio com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme quadro abaixo e especificações detalhadas no Termo de Referência SEI nº 196564611(Anexo I), a serem executados nas unidades do DETRAN-DF.

| Posto de Trabalho | CBO | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Mensal (R\$) | Valor Anual (R\$) | Valor Total 36 meses (R\$) |
|-------------------------|---------|------------|----------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| Secretária Executiva | 2523-05 | 10 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Técnico em Secretariado | 3515-05 | 41 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Recepcionista | 4221-05 | 23 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Almoxarife | 4141-05 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Carregador | 7832-20 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Supervisor | 4101-05 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| TOTAL GERAL | - | 80 | - | | | |

1.2. A contratação compreende 80 postos de trabalho, com jornada de **40 horas semanais** (Lei Distrital nº 7.708/2025), observando o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora e a vedação de redistribuição dos profissionais sem anuência do DETRAN/DF.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência nº **(XXXX)**;
- 1.3.2. Edital do Pregão Eletrônico nº **(XXXX)**;
- 1.3.3. A Proposta da **CONTRATADA** **(XXXX)**;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (ART. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/21)

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de **36 (trinta e seis) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que atendidos os seguintes requisitos cumulativos:

- 2.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, comprovando prestação regular dos serviços;
- 2.1.3. Ser juntada justificativa escrita da Administração manifestando interesse na prorrogação;
- 2.1.4. Haver manifestação expressa da **CONTRATADA** informando interesse na prorrogação;
- 2.1.5. Ser comprovado que a **CONTRATADA** mantém as condições iniciais de habilitação;
- 2.1.6. Não haver registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

- 2.2. A prorrogação de que trata o item anterior será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de atestado da autoridade competente de que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração.
- 2.3. A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. Nas eventuais prorrogações, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período de vigência serão reduzidos ou eliminados como condição para renovação.
- 2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV, VII E XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam detalhadamente no Termo de Referência nº XXXXXX (Anexo I), parte integrante deste contrato.
- 3.2. A execução dar-se-á na forma de **execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e do Parecer Referencial PGDF nº 44/2023.
- 3.3. A gestão contratual adotará o modelo por desempenho/resultado, conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Anexo IV do Termo de Referência (Anexo I deste contrato), com aplicação mensal do Fator de Qualidade (FQ) para aferição da conformidade dos serviços prestados, cujos índices impactarão diretamente na liquidação da fatura mensal.
- 3.4. Durante os primeiros 3 (três) meses de vigência contratual, a título de carência para ajustes na execução dos serviços, o Valor Final da Fatura Mensal não sofrerá incidência do Fator de Qualidade (FQ), sem prejuízo da aplicação de eventuais glosas e penalidades.
- 3.5. O recebimento do objeto observará o rito previsto no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:
- 3.5.1. **Provisório:** mensalmente, pela fiscalização técnica, mediante o recebimento do relatório de prestação de serviços e documentação comprobatória enviada pela CONTRATADA, para fins de conferência qualitativa e quantitativa do IMR;
- 3.5.2. **Definitivo:** realizado mensalmente, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais relativas ao período, incluindo a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da CONTRATADA, com lavratura do respectivo termo circunstanciado assinado pelas partes, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.5.2.1. Ao encerramento definitivo do contrato, seja por término da vigência, extinção ou rescisão, será elaborado relatório final de execução, com balanço das obrigações cumpridas, pagamentos realizados, eventuais pendências trabalhistas e demais informações relevantes para a regularização contratual.
- 3.6. A fiscalização será exercida por gestor e fiscais designados pela DIRAG/GGERDAB, cabendo-lhes:
- 3.6.1. Aferir o cumprimento das metas do IMR;
- 3.6.2. Comunicar irregularidades no prazo de 24h;
- 3.6.3. Atestar as Notas Fiscais para efeito de pagamento.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. A subcontratação do objeto deste contrato é expressamente vedada, cabendo à CONTRATADA a execução direta de todos os serviços, conforme art. 77 da Lei nº 14.133/2021 e item 8.14.1.1 do Termo de Referência (Anexo I).
- 4.2. A CONTRATADA responderá solidariamente por eventuais subcontratações irregulares, respondendo por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais decorrentes da execução do objeto.
- 4.3. A Administração reserva-se o direito de verificar, a qualquer tempo, a regularidade da execução direta dos serviços, podendo aplicar sanções contratuais e administrativas em caso de descumprimento, nos termos da Cláusula Décima Terceira.
- 4.4. A vedação à subcontratação aplica-se especialmente à alocação de mão de obra, preservando a dedicação exclusiva dos profissionais nos locais de prestação dos serviços conforme especificado no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)

- 5.1. O valor global estimado desta contratação é de R\$ XXX (xxxx), correspondendo ao valor mensal de R\$ xxxx (xxxx), conforme Quadro de Postos de Trabalho e Planilha de Custos do Termo de Referência SEI nº XXXXXX (Anexo I).
- 5.2. Considerando o modelo de gestão contratual por desempenho/resultado, o Valor Final da Fatura Mensal (VF) será calculado conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR), aplicando-se o Fator de Qualidade (FQ) mensal conforme Anexo IV.
- 5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.4. O valor é meramente estimativo, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA proporcionais aos quantitativos efetivamente prestados e atestados pela fiscalização do contrato, observadas as retenções para obrigações trabalhistas e conta vinculada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Prazo de pagamento

- 6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, desde que acompanhada da documentação exigida contratualmente e em condições de liquidação da despesa, após a devida aprovação pela fiscalização e ateste do gestor do contrato.
- 6.3. No caso de atraso imputável ao Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme disposto no art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de pagamento

- 6.4. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.
- 6.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.
- 6.6. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, exceto os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.
- 6.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.11. O contratado regularmente optante pelo Simples nacional, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da Documentação Obrigatória para Pagamento

- 6.12. Para liberação de cada pagamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:
- I - cópia da folha de pagamento do mês, resumo da folha e contracheques devidamente quitados;
 - II - comprovantes de pagamento de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos em contrato ou Convenção Coletiva;
 - III - comprovantes de recolhimento do FGTS (GFIP ou sistema equivalente);
 - IV - comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias (DCTFWeb e respectivo DARF quitado, quando aplicável);
 - V - recibos de entrega de uniformes, nas competências em que houver fornecimento;
 - VI - comprovantes de pagamento de férias e décimo terceiro salário, nas competências correspondentes;
 - VII - documentos rescisórios completos, quando houver desligamento de empregado vinculado ao contrato.
- 6.12.1. A não apresentação de qualquer dos documentos elencados no item anterior ensejará a **retenção parcial da fatura mensal**, em valor proporcional ao inadimplemento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.
- 6.12.2. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e das contribuições previdenciárias.
- 6.12.3. Quando ocorrer admissão ou demissão de empregados vinculados ao contrato, deverão ser apresentados os respectivos exames médicos admissionais ou demissionais, registros na CTPS e documentos rescisórios pertinentes.
- 6.12.4. A cada período de 12 (doze) meses de vigência, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados na execução contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 135, § 1º)

- 7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.
- 7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como

valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a CONTRATADA é obrigada a fornecer plano de saúde aos empregados alocados na execução contratual. Caso o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria não contenha valor unitário específico destinado ao plano de saúde, adotar-se-á, como critério de atualização dessa rubrica por ocasião de repactuação, a variação do valor unitário do paradigma adotado quando da elaboração do orçamento pelo CONTRATANTE por ocasião da licitação.

7.28. A comprovação da concessão e do efetivo pagamento do plano de saúde deverá ser apresentada mensalmente pela CONTRATADA à fiscalização do contrato, como condição para liberação do pagamento.

7.29. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
 - 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
 - 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):
 - 8.1.9.1. Indicar pessoas expressamente nominada para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.9.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 8.1.9.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 8.1.9.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.9.5. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 8.1.9.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
 - 8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Detran/DF para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
 - 8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
 - 8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;
 - 8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
 - 8.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Indicar formalmente preposto, por meio de declaração contendo nome completo, CPF, documento de identidade, contatos telefônicos e qualificação profissional, o qual será aceito pela Administração para representar a CONTRATADA na execução do contrato, não sendo necessária sua permanência no local de execução dos serviços.
 - 9.1.1.1. O preposto deverá realizar, no mínimo, **visita quinzenal** à unidade gestora do contrato, devendo comparecer sempre que convocado pelo CONTRATANTE.
 - 9.1.1.2. Não poderão ser nomeados como prepostos os profissionais já alocados nos postos de trabalho objeto deste contrato, sendo os custos do preposto parte integrante dos custos indiretos da contratação.
 - 9.1.1.3. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a permanência do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
 - 9.1.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
 - 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 37, II, da Lei nº 14.133/2021) prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.1.24. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.1.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.1.27. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

9.1.28. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

9.1.29. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

9.1.30. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o

contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

9.1.31. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.32. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.33. Substituir o empregado ausente no prazo máximo de **90 (noventa) minutos**, contados da comunicação formal pelo fiscal do contrato, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços sem interrupção.

9.1.33.1. Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas de notificação formal, o empregado cuja conduta, comportamento ou desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização do contrato, vedada a realocação do substituído em qualquer posto vinculado a este contrato.

9.1.33.2. Manter quadro de reserva capacitado e disponível para cobertura imediata de faltas, férias, licenças e afastamentos legais, de modo a garantir o preenchimento integral dos postos contratados sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

9.1.33.3. O não atendimento dos prazos de substituição estabelecidos nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às glosas e penalidades previstas neste contrato e no Instrumento de Medição de Resultados — IMR (Anexo IV do Termo de Referência, Anexo I deste contrato).

9.1.33.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.1.37. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.1.37.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, § 1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.1.37.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.1.38. Realizar os serviços nas dependências do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF ou onde ocorra sua atuação;

9.1.39. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento.

9.1.40. A empresa com 200 ou mais empregados está obrigada a preencher o mínimo de 0,5% a 1,5% dos seus cargos com mulheres vítimas de violência, habilitadas, na seguinte proporção:

9.1.40.1. de 200 a 500 empregados: 0,5%;

9.1.40.2. de 501 a 1.000 empregados: 1,0%;

9.1.40.3. de 1.001 empregados em diante: 1,5%.

9.1.41. O percentual disposto no item anterior não é cumulativo com outros percentuais previstos em lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação.

10.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.

10.6. O Contratado deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária ou seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **item 11.5** deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.2. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos **itens 11.5.1 a 11.5.4**, observada a legislação que rege a matéria.

11.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data em que for notificada.

11.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em observância ao **art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**.

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de

prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

11.17.1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

11.17.2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

12.1. Em observância à Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e ao Decreto Distrital nº 34.649/2013, com as alterações promovidas pelos Decretos Distritais nº 36.164/2014 e nº 40.251/2019, será adotada conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação — como mecanismo de controle e proteção do patrimônio público do Distrito Federal.

12.2. A conta vinculada tem por finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento das obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual, mitigando o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

12.3. Serão retidas mensalmente, de forma provisória, do valor bruto devido à CONTRATADA, as provisões relativas a:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e respectivo terço constitucional;

III - multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS sobre as férias e o aviso prévio indenizado;

IV - impactos dessas parcelas sobre o décimo terceiro salário e as férias.

12.4. Os valores retidos não comporão o montante mensal pago diretamente à CONTRATADA, sendo depositados exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta no Banco de Brasília — BRB, em nome da empresa CONTRATADA, com movimentação condicionada à prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

12.5. Previamente à assinatura do contrato, o CONTRATANTE adotará as seguintes providências:

I - solicitação formal à instituição financeira oficial para abertura da conta corrente vinculada em nome da empresa vencedora;

II - assinatura, pela CONTRATADA, de termo específico junto à instituição financeira, autorizando o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos e condicionando a movimentação da conta à sua autorização;

III - autorização formal da CONTRATADA para que a conta somente seja movimentada mediante determinação expressa do CONTRATANTE.

12.6. Eventuais despesas relativas à abertura e manutenção da conta vinculada correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, nos termos do art. 1º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 36.164/2014.

12.7. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado mediante autorização expressa do CONTRATANTE, após comprovação da ocorrência de evento que justifique o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, incluindo:

I - pagamento de férias;

II - pagamento do décimo terceiro salário;

III - pagamento de verbas rescisórias.

12.8. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento formal instruído com planilha eletrônica detalhada e documentação comprobatória da ocorrência do fato gerador da obrigação trabalhista.

12.9. O valor a ser liberado não poderá exceder o limite individual constituído para cada tipo de provisão, sendo vedada a utilização de recursos de uma provisão para quitação de obrigação diversa.

12.10. A liberação do saldo remanescente da conta vinculada ocorrerá ao término da vigência contratual, após certificação pela fiscalização do contrato do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas, observada a legislação aplicável.

12.11. Caso, ao término do contrato, não seja comprovado o pagamento de todas as verbas rescisórias, o CONTRATANTE poderá utilizar os valores da conta vinculada para quitação direta dessas obrigações aos trabalhadores.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

13.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

13.2. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

13.3. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA, multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

13.4. O não cumprimento da obrigação implicará:

13.4.1. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

13.4.2. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

13.4.3. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

13.5. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

13.6. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- 14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nas alíneas 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3. **Multa:**

14.3.1. **Multa Moratória por Atraso na Execução:** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso de até 10 (dez) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços do DETRAN/DF, conforme despacho fundamentado do fiscal do contrato.

14.3.1.1. Ultrapassado o limite de 15 (quinze) dias, cessará a incidência da multa moratória, podendo a Administração, a seu critério, optar pela extinção do contrato ou pela aplicação da multa compensatória por inexecução parcial prevista no item 13.3.4, a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso injustificado.

14.3.2. **Atraso Superior a 45 dias:** No caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos na execução dos serviços, sem regularização pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá requerer a extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.3.3. **Multa Moratória por Atraso na Garantia:** de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reforço da garantia. O atraso de até 5 (cinco) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços do DETRAN/DF.

14.3.3.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, independentemente da aplicação da multa moratória prevista no item 13.3.3.

14.3.4. **Multa Compensatória por Inexecução Parcial:** de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, observado o valor mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato. Havendo grave risco ou dano ao funcionamento dos serviços do DETRAN/DF, a multa compensatória incidirá sobre o valor total do contrato, mediante despacho fundamentado do gestor do contrato identificando o nexo entre a inexecução parcial e o grave risco ou dano verificado.

14.3.5. **Multa Compensatória por Inexecução Total:** de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços do DETRAN/DF, a multa será aplicada em seu patamar máximo.

14.3.6. **Multa Compensatória por Fraude ou Inidoneidade:** de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato para as infrações descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8.

14.4. A Administração pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa. Havendo provimento da defesa, o valor retido será devolvido em até 10 (dez) dias úteis.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Antes da aplicação de qualquer sanção, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido, a diferença será

descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação oficial.

14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.11.2. As peculiaridades do caso concreto e circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.11.3. Os danos que dela provierem para o **DETRAN/DF**;
- 14.11.4. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

15.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

15.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

15.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

15.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

15.11. O contratante poderá ainda:

15.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, "c", da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

15.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

15.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

21.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.

21.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.

21.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.

21.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.

21.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

21.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.

21.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.

21.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.

21.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

21.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

21.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.

21.13. Lei-DF nº 4.799/2012, que institui a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

21.14. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.

21.15. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.

21.16. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

21.17. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Brasília, XX de XXXX de 20XX.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXXXX
DIRETOR-GERAL - DETRAN/DF

Pela Contratada:

XXXXXX
XXXXXXXXXX

ANEXO E (do Edital)

PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Documentos SEI nºs 203506245, 203506463, 203506856, 203507027, 203507144 e 203507420



Documento assinado eletronicamente por **MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 22/05/2026, às 14:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **203557581** código CRC= **C65290ED**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -
Telefone(s): 3448 5007
Site - www.detran.df.gov.br

00055-00002669/2026-66

Doc. SEI/GDF 203557581



Termo de Referência n.º 9/2026 - DETRAN/DG/DIRAG/GERAD/NUSEG

TERMO DE REFERÊNCIA.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, a serem executados nas unidades administrativas e de atendimento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

| CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | | | | | | |
|-------------------------------|--------|-----------|----------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|
| Posto | CATSER | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
| Secretária Executiva | 16578 | 10 | R\$ 15.560,39 | R\$ 155.603,90 | R\$ 1.867.246,80 | R\$ 5.601.740,40 |
| Técnico em Secretariado | 16578 | 41 | R\$ 9.365,87 | R\$ 384.000,67 | R\$ 4.608.008,04 | R\$ 13.824.024,12 |
| Recepcionista | 8729 | 23 | R\$ 8.242,96 | R\$ 189.588,08 | R\$ 2.275.056,96 | R\$ 6.825.170,88 |
| Almoxarife | 14907 | 2 | R\$ 7.985,49 | R\$ 15.970,98 | R\$ 191.651,76 | R\$ 574.955,28 |
| Carregador | 14389 | 2 | R\$ 6.168,63 | R\$ 12.337,26 | R\$ 148.047,12 | R\$ 444.141,36 |
| Supervisor | 25623 | 2 | R\$ 9.534,44 | R\$ 19.068,88 | R\$ 228.826,56 | R\$ 686.479,68 |
| TOTAL | | 80 | | R\$ 776.569,77 | R\$ 9.318.837,24 | R\$ 27.956.511,72 |

1.2. A contratação compreende a disponibilização, gestão, supervisão e alocação de profissionais terceirizados, devidamente qualificados, para o desempenho de atividades de apoio administrativo, operacional e de atendimento ao público, sem subordinação direta à Administração, observada a autonomia gerencial da empresa contratada, nos termos da legislação vigente.

1.3. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, assegurando-se a regularidade, a eficiência e a qualidade das atividades de apoio às áreas administrativas e operacionais do DETRAN-DF, bem como a adequada cobertura das unidades localizadas em diferentes endereços e regiões do Distrito Federal.

1.4. A presente contratação não envolve a execução de atividades típicas de Estado, nem atribuições privativas de cargos públicos, tais como exercício de poder de polícia administrativa, tomada de decisão administrativa, emissão de atos administrativos, análise técnica conclusiva ou qualquer outra função exclusiva de servidor público, restringindo-se às atividades de natureza auxiliar e de apoio.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, desde que demonstrada, a cada prorrogação, a vantajosidade da manutenção do ajuste e o atendimento ao interesse público.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação encontra amparo no ordenamento jurídico vigente aplicável às contratações públicas, especialmente à contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, observando normas federais, distritais e orientações jurídicas referenciais aplicáveis ao âmbito do Distrito Federal. Constituem fundamentos legais e normativos da presente contratação, entre outros:

2.1.1. Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Distrital nº 44.330/2023, que disciplinam o planejamento, a contratação, a execução, a gestão e a fiscalização de contratos administrativos;

2.1.2. Lei Distrital nº 7.708/2025 e Decreto Distrital nº 39.978/2019, no que couber, aplicáveis à execução indireta de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Distrito Federal;

2.1.3. Instruções Normativas SEGES nº 58/2022 e nº 05/2017, com alterações da IN nº 07/2018, utilizadas como referência técnica supletiva;

2.1.4. Pareceres Referenciais da PGDF, notadamente o Parecer SEI-GDF nº 022/2021 e o Parecer nº 44/2023 – PGCONS;

2.1.5. Manual de Preenchimento de Planilhas de Custos e de Formação de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ), adotado como referência técnica para a estruturação da planilha de custos da contratação.

2.2. O presente Termo de Referência observa de forma integrada as diretrizes dos normativos acima citados, assegurando conformidade jurídica, mitigação de riscos trabalhistas e contratuais e alinhamento aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

2.3. Demais normas legais e regulamentares aplicáveis e o que mais for exigido neste documento.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Necessidade da Contratação.

3.1.1. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (196000077), o DETRAN-DF não dispõe, em seu quadro próprio de servidores, de cargos destinados à execução de atividades de apoio administrativo nas áreas de secretariado executivo, técnico em secretariado, supervisão, recepção, almoxarifado e carregador.

3.1.2. Dessa forma, a contratação visa atender às necessidades permanentes das unidades administrativas e de atendimento do DETRAN-DF nessas áreas, especialmente em atividades operacionais e de apoio que, na ausência de postos específicos, acabam sendo exercidas de forma improvisada por colaboradores de outros contratos, como os de limpeza e vigilância, ou mesmo por servidores efetivos.

3.1.3. Para a consecução desses objetivos, mostra-se necessária a contratação indireta do conjunto de serviços, uma vez que tais atividades se inserem no âmbito da área meio, prestando suporte às unidades demandantes e permitindo que estas desempenhem suas atribuições institucionais com maior eficiência e qualidade no atendimento ao cidadão. Destaca-se, nesse contexto, o serviço de recepção, que desempenha papel essencial na melhoria e humanização do atendimento, por representar o primeiro contato do usuário com a Autarquia, garantindo acolhimento adequado, orientação e direcionamento corretos.

3.1.4. Ressalte-se, ainda, que o DETRAN-DF não possui servidores suficientes ou com atribuições compatíveis para atender às atividades objeto da contratação, de modo que a terceirização desses serviços contribuirá para uma melhor distribuição da força de trabalho atualmente existente, permitindo que servidores hoje alocados em funções de apoio possam ser direcionados às atividades finalísticas e estratégicas, especialmente aquelas voltadas ao atendimento direto ao cidadão.

3.2. Razões de Direito.

3.2.1. A presente contratação encontra amparo nos termos previstos na Instrução de Serviços nº 127/2025, bem como na autorização formal constante do Documento de Formalização de Demanda – DFD (192057803)

3.2.2. Nos termos do referido normativo, os processos de licitação e contratação compreendem as fases de planejamento, seleção do fornecedor e gestão do contrato, sendo obrigatória, na fase de planejamento, a formalização da necessidade, a análise de riscos e a elaboração dos artefatos técnicos, dentre os quais o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

3.2.3. Além disso, o normativo atribui aos gestores e fiscais de contrato a responsabilidade pela adequada execução contratual, fiscalização técnica, administrativa e setorial, bem como pelo acompanhamento de eventuais prorrogações, repactuações, reequilíbrio econômico-financeiro e demais atos inerentes à gestão contratual, reforçando a necessidade de estruturação adequada da contratação desde a fase de planejamento.

3.3. **Razões de fato.**

3.3.1. O Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional e ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados à sociedade, necessita da contratação de serviços de apoio administrativo para dar suporte às suas unidades administrativas e operacionais.

3.3.2. Atualmente, a inexistência desses serviços na estrutura organizacional do órgão gera a necessidade de realocação de servidores e de outros terceirizados para o desempenho de atividades como recepção, logística de apoio e assessoramento administrativo às Diretorias e Gerências, o que compromete, em determinados contextos, o atendimento direto ao cidadão e a eficiência das atividades finalísticas.

3.3.3. Nesse cenário, a contratação pretendida alinha-se às diretrizes estratégicas do DETRAN-DF, que vem desenvolvendo ações voltadas à excelência na prestação de serviços públicos, fundamentadas nos princípios da inovação, humanização e educação. Tais princípios orientam o alcance das metas estabelecidas no Mapa Estratégico 2024–2030, especialmente no que se refere à oferta de serviços mais eficientes, acessíveis e humanizados à população.

3.4. **Justificava da escolha.**

3.4.1. A descrição dos cargos integrantes do quadro de servidores do DETRAN-DF não contempla atribuições relacionadas às atividades de apoio administrativo objeto desta contratação, inexistindo, portanto, previsão legal ou estrutural para o suprimento dessas demandas por meio de concurso público.

3.4.2. Os cargos existentes na estrutura organizacional da Autarquia possuem atribuições específicas, muitas delas privativas das carreiras do DETRAN-DF, sendo incompatíveis com as atividades pretendidas, que se caracterizam como serviços auxiliares e de suporte administrativo.

3.4.3. Dessa forma, não se mostra viável a execução direta dos serviços pelo órgão, seja em razão da ausência de cargos compatíveis, seja pelo quantitativo reduzido de servidores disponíveis. Tampouco há possibilidade de criação ou provimento de cargos públicos para esse fim no curto ou médio prazo.

3.4.4. Assim, a solução técnica e economicamente mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços administrativos de apoio, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas áreas de secretariado executivo, técnico em secretariado, supervisão, recepção, almoxarifado e carregador, a fim de atender às necessidades do DETRAN-DF em suas diversas unidades.

4. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. Prestação de serviços terceirizados de apoio especializado nas áreas apoio administrativo nas áreas de secretário executivo, técnico em secretariado, supervisor, recepcionista, almoxarife e carregador.

4.2. **Quantitativo e distribuição dos postos:**

| POSTO | CBO | QUANTIDADE | DISTRIBUIÇÃO |
|----------------------|---------|------------|--|
| SECRETÁRIA EXECUTIVA | 2523-05 | 10 | DIREÇÃO GERAL (1), DIREÇÃO GERAL ADJUNTA (1)e DIRETORIAS (8) |

| | | | |
|-------------------------|---------|----|---|
| TÉCNICO EM SECRETARIADO | 3515-05 | 41 | CORREGEDORIA (1), PROJUR (1), UCI (1), OUVIDORIA (1), ASCOM (1), COORDENAÇÕES (8), GERÊNCIAS (27) E ESCOLA PÚBLICA DE TRÂNSITO (1) |
| RECEPCIONISTA | 4221-05 | 23 | UNIDADES DE ATENDIMENTO CGATE: BRAZLÂNDIA (2), GAMA (3), PARANOÁ (2), PLANALTINA (2), RECANTO DAS EMAS (2), SOBRADINHO (2), TAGUATINGA (5), AEROPORTO (2) DETRAN SEDE (3) |
| ALMOXARIFE | 4141-05 | 2 | NUMAT |
| CARREGADOR | 7832-20 | 2 | NUSEG |
| SUPERVISOR | 4101-05 | 2 | NUSEG |
| - | - | 80 | - |

4.3. Natureza da contratação

4.3.1. Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, não superiores ao necessário para o atendimento das finalidades a que se destinam, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e dos arts. 73 e 77 do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

4.3.2. Tratam-se de serviços continuados, tendo em vista que atendem a necessidades permanentes da Administração e são essenciais à manutenção das atividades administrativas do DETRAN-DF, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.3.3. Registra-se, ainda, que o objeto não se enquadra como bem ou serviço de luxo, nos termos do art. 74, inciso I, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

4.3.4. As atividades a serem exercidas pelos profissionais terceirizados caracterizam-se como atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares às competências legais do órgão, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021, não havendo sobreposição com atribuições típicas de cargos públicos.

4.4. Local de prestação dos serviços:

4.4.1. Os serviços serão prestados, dentre outros locais, nas seguintes unidades do DETRAN-DF:

4.4.1.1. EDIFÍCIO SEDE (Nova Sede) – SEPS 713/913 BLOCO D – Bairro ASA SUL – CEP 70390-135.

4.4.1.2. DEPÓSITO DE VEÍCULOS NA ASA NORTE (DVA I) - SAM Bloco T - Asa Norte.

4.4.1.3. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN II – TAGUATINGA - QNL AE 04 - Taguatinga Norte/DF.

4.4.1.4. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN IV – PARANOÁ - Q-04 Conj. B Lote 03/04 - Paranoá/DF.

4.4.1.5. DEPÓSITO DE VEÍCULOS E GERTRAN V GAMA - Avenida do Contorno, Lote 03 – Gama.

4.4.1.6. GERTRAN VI – SOBRADINHO - Q-14 Lotes 29/30 - Sobradinho/DF.

4.4.1.7. NUTRAN II – PLANALTINA - Av. W/2 Lote 01 Setor Administrativo - Planaltina/DF.

4.4.1.8. NUTRAN IV - RECANTO DAS EMAS - Av. Recanto das Emas.

4.4.1.9. NUTRAN III - BRAZLÂNDIA - Área Especial 1 sul lote 02/05 – Brazlândia/DF.

4.4.1.10. NUTRAN I - Aeroporto de Brasília.

4.5. Da jornada e das circunstâncias especiais de trabalho:

4.5.1. A jornada de trabalho dos profissionais alocados para execução dos serviços objeto desta contratação será de 40 (quarenta) horas semanais, distribuídas de segunda a sexta-feira, observada a legislação aplicável e as necessidades operacionais das unidades do DETRAN-DF.

4.5.2. Essa redução da jornada, sem prejuízo da remuneração, encontra respaldo na Lei Distrital nº 7.708, de 9 de junho de 2025, que dispõe sobre garantias trabalhistas a serem observadas na execução de contratos administrativos no âmbito público distrital. Nos termos do seu art. 5º, é facultado aos contratos de prestação contínua de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra a redução da carga semanal de trabalho de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas, sem prejuízo da remuneração do trabalhador, como medida de proteção e melhoria das condições de trabalho dos terceirizados.

4.5.3. Por se tratar de postos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa contratada deverá observar rigorosamente que os profissionais alocados no âmbito deste contrato não poderão ser redistribuídos para outras atividades ou locais de trabalho distintos daqueles previstos para a execução do objeto, nem ter sua jornada distribuída em serviços de terceiros, sob pena de infringir a natureza da dedicação exclusiva pactuada e comprometer a execução contratual.

4.5.4. A adoção da jornada semanal de 40 (quarenta) horas, sem prejuízo da remuneração, não implicará a transferência dos trabalhadores para outras atividades ou contratos alheios ao escopo desta contratação, preservando os direitos assegurados pela legislação distrital e pelas convenções coletivas aplicáveis. O controle da jornada e do local de prestação dos serviços, bem como a substituição de profissionais em casos de faltas ou afastamentos, será de responsabilidade exclusiva da empresa contratada, de modo a garantir a continuidade dos serviços, observados os intervalos intrajornada, as condições de repouso e as normas de saúde e segurança do trabalho previstas na CLT e na legislação vigente.

4.5.5. Será concedido o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora para todos os postos, nos termos do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

4.5.6. O excesso de horas trabalhadas em um dia poderá ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, nos termos da respectiva Convenção Coletiva de Trabalho.

4.5.7. A CONTRATADA, a seu critério e expensas, poderá instalar ponto eletrônico para supervisionar a frequência de seus profissionais nos seus postos de trabalho.

4.5.8. O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus funcionários nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços.

4.6. **Descrição das atividades, requisitos e competências dos postos de trabalho:**

4.6.1. A presente contratação compreende a alocação de profissionais terceirizados para a execução de atividades de apoio administrativo, observadas as atribuições específicas de cada posto, os requisitos mínimos de escolaridade, qualificação profissional, experiência e habilidades compatíveis com as funções a serem desempenhadas.

4.6.2. A descrição da solução como um todo, considerada de forma integrada e sob a perspectiva do ciclo de vida do objeto, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 10/2026, que fundamenta técnica e economicamente a presente contratação, cabendo a este Termo de Referência disciplinar, de forma objetiva e operacional, as exigências necessárias à adequada execução dos serviços.

4.6.3. As atividades a seguir descritas possuem caráter material, acessório, instrumental ou complementar, não se confundindo com atribuições típicas de Estado ou privativas de cargos públicos, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021.

4.6.4. **Secretário Executivo**

4.6.4.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "SECRETÁRIO EXECUTIVO", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com curso superior concluído em Secretariado Executivo, conforme estabelecido na Lei nº 7.377/1985. Para este posto será exigido também do profissional alocado conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico) e domínio da língua portuguesa, com boa redação e fluência verbal;

4.6.4.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Secretário Executivo o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.4.2.1. executar atividades de maior complexidade relacionadas ao planejamento, organização e execução de serviços de secretariado junto ao Gabinete da Direção-Geral e Diretorias;

- 4.7.4.2.2. organizar agendas institucionais, compromissos, reuniões, viagens e eventos oficiais;
- 4.7.4.2.3. redigir, organizar e controlar documentos, correspondências e informações institucionais;
- 4.7.4.2.4. recepcionar autoridades, visitantes e usuários, promovendo o adequado encaminhamento;
- 4.7.4.2.5. apoiar a organização logística de reuniões e eventos;
- 4.7.4.2.6. manter sigilo sobre informações estratégicas e sensíveis

4.6.4.3. O profissional alocado no posto de Secretário-Executivo deverá exercer suas funções com discrição e postura compatível com o ambiente institucional, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando as normas disciplinares do local de trabalho e apresentando boa comunicação verbal, bem como domínio da gramática e da ortografia da língua portuguesa. Deverá manter-se devidamente identificado e com apresentação pessoal adequada durante a jornada, atuando como interlocutor entre o responsável pela unidade e os agentes internos e externos, especialmente para a organização e o gerenciamento de agendas de reuniões.

4.6.5. Técnico em secretariado

4.6.5.1. Para o atendimento aos postos de TÉCNICO EM SECRETARIADO, a CONTRATADA deverá alocar profissionais com escolaridade mínima de Ensino Médio completo, formação específica em Técnico em Secretariado e conhecimentos básicos de informática, incluindo sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, internet e correio eletrônico, devendo apresentar perfil compatível com as atividades de apoio administrativo, com desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução de suas atribuições.

4.6.5.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Técnico em Secretariado o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

- 4.7.5.2.1. Controlar agendas, prazos e compromissos administrativos;
- 4.7.5.2.2. Atender chamadas telefônicas, registrar e transmitir recados;
- 4.7.5.2.3. Apoiar a organização de reuniões e atividades administrativas;
- 4.7.5.2.4. Realizar abertura e acompanhamento de chamados técnicos;
- 4.7.5.2.5. Manusear sistemas informatizados e correio eletrônico institucional;
- 4.7.5.2.6. Prestar apoio administrativo contínuo às unidades de lotação.

4.6.5.3. O profissional alocado no posto de Técnico em Secretariado deverá possuir capacitação compatível com as atividades a serem desempenhadas, atuar com discrição e responsabilidade, manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso, zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente de trabalho, cumprir as normas disciplinares, observar prazos, ser pontual e assíduo, manter identificação e apresentação pessoal adequadas, adotar postura compatível com o ambiente institucional do DETRAN-DF e acatar as orientações do supervisor e do executor do contrato.

4.6.6. Recepcionista

4.6.6.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "RECEPCIONISTA", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Médio Completo", os quais deverão possuir perfil adequado ao serviço de apoio administrativo de recepção, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas, bem como ter boa comunicação no atendimento aos usuários. Para este posto será exigido, também do profissional alocado, conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico).

4.6.6.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Recepcionista o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

- 4.7.6.2.1. Atender e efetuar chamadas telefônicas para direcionamento dos usuários que estejam agendados;
- 4.7.6.2.2. Recepcionar, orientar e encaminhar o público em geral, inclusive autoridades para os setores competentes;
- 4.7.6.2.3. Identificar as pessoas que ingressam e circulam nas dependências do DETRAN-DF, efetuando os respectivos credenciamentos e registrando os dados correspondentes em sistema informatizado;
- 4.7.6.2.4. Receber, anotar e transmitir recados;
- 4.7.6.2.5. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- 4.7.6.2.6. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público, bem como

cumprir as normas internas do órgão;

4.7.6.2.7. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do CONTRATANTE, providenciando, de imediato, a remessa desses bens à segurança, com o devido registro;

4.7.6.2.8. Prestar informações e esclarecimentos necessários aos usuários que buscam os serviços nas unidades;

4.7.6.2.1. Atender a solicitações encaminhadas pelos setores;

4.7.6.2.9. Levantar informações para orientação dos usuários;

4.7.6.2.10. Dar suporte em eventos, recepcionando o público;

4.7.6.2.11. Observar normas internas de segurança e notificar seguranças sobre presenças estranhas;

4.7.6.2.12. Desempenhar outras tarefas necessárias ao bom andamento dos serviços de recepcionamento nas unidades.

4.7.6.2.13. Receber solicitações e comunicações relacionadas ao serviço e solucioná-las;

4.6.6.3. Os profissionais alocados no posto de Recepcionista deverão possuir capacitação compatível com as atividades a serem executadas, atuar com discrição e responsabilidade, manter sigilo sobre as informações a que tiverem acesso, zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente de trabalho, observar as normas disciplinares e os prazos estabelecidos, ser pontuais e assíduos, manter-se devidamente uniformizados, identificados e com boa apresentação pessoal durante o horário de trabalho, adotar postura compatível com o ambiente institucional do DETRAN-DF e acatar as orientações do supervisor e do executor do contrato.

4.6.7. **Almoxarife**

4.6.7.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "ALMOXARIFE", a CONTRATADA deverá alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Médio Completo", os quais deverão possuir perfil adequado ao serviço de apoio administrativo de almoxarifado, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas. Para este posto será exigido, também do profissional alocado, conhecimentos básicos de informática (Windows, Word, Excel, Internet e Correio Eletrônico) aplicados à gestão de estoque.

4.6.7.2. Para atender à demanda do posto de trabalho de Almoxarife, o profissional deverá demonstrar desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das seguintes atividades:

4.7.7.2.1. Recebimento e conferência de materiais: recepcionar, conferir e descarregar produtos, materiais e equipamentos, verificando notas fiscais, pedidos, quantidades, prazos de entrega, marcas, datas de validade e conformidade com a documentação apresentada, inclusive em conjunto com o solicitante da área demandante.

4.7.7.2.2. Registro, codificação e controle de estoque: realizar lançamentos em sistema informatizado, escanear códigos, codificar e endereçar materiais, manter registros atualizados de estoque, providenciar etiquetagem, controlar entradas e saídas e executar conciliações diárias e inventários periódicos.

4.7.7.2.3. Armazenagem e organização: organizar e manter a estocagem adequada dos materiais, embalar produtos para armazenagem, separar materiais por subgrupos e zelar pela correta disposição física dos itens no almoxarifado.

4.7.7.2.4. Atendimento às requisições internas e logística de materiais: atender, em tempo hábil, às requisições dos usuários, separando, armazenando e distribuindo materiais de uso contínuo ou eventual, bem como organizar materiais para devolução e encaminhar a documentação necessária aos procedimentos administrativos.

4.7.7.2.5. Apoio a inventários e alienação de bens: apoiar as comissões de inventário e de alienação de bens e materiais inservíveis, colaborando nos levantamentos, conferências e demais atividades correlatas

4.6.7.3. O profissional deverá exercer suas atividades com discrição e responsabilidade, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando rigorosamente as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Deverá zelar pela conservação dos equipamentos, materiais e do local de trabalho, cumprir as instruções disciplinares da unidade, observar os prazos estabelecidos para execução das tarefas, bem como manter pontualidade, assiduidade, identificação funcional, uso adequado de uniforme e boa apresentação pessoal, acatando as orientações do supervisor e do executor do contrato.

4.6.8. **Carregador**

4.6.8.1. Para atender à demanda dos postos de trabalho de "CARREGADOR", a CONTRATADA deverá

alocar profissionais com nível de escolaridade mínima correspondente ao "Ensino Fundamental", os quais deverão possuir aptidão física compatível com as atividades, perfil adequado, demonstrando desenvoltura, destreza e responsabilidade na execução das atividades abaixo descritas:

- 4.7.8.1.1 Realizar carga, descarga e movimentação de móveis, equipamentos e materiais;
- 4.7.8.1.2. Apoiar alterações de layout e mudanças internas;
- 4.7.8.1.3. Auxiliar no transporte de materiais entre unidades, quando necessário.

4.6.9. **Supervisor**

4.6.9.1. Para atender à demanda do posto de trabalho de SUPERVISOR, a CONTRATADA deverá alocar profissional com nível de escolaridade mínima correspondente ao **Ensino Médio completo**, que apresente perfil compatível com as atividades de coordenação e supervisão de equipes, demonstrando desenvoltura, responsabilidade e capacidade de organização. Será exigido, ainda, que o profissional possua conhecimentos básicos de informática, compreendendo o uso de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, navegação na internet e correio eletrônico.

4.6.9.2. O profissional poderá ser alocado nas unidades da Sede do DETRAN-DF (713/913), em Taguatinga ou, conforme a necessidade e o interesse da Administração, em quaisquer outras unidades do órgão.

4.6.9.3. Para atender à demanda do posto de trabalho de Supervisor, o profissional deverá demonstrar desenvoltura, responsabilidade e capacidade de liderança na execução das seguintes atribuições:

4.7.9.2.1. Coordenação e supervisão operacional: coordenar, orientar e fiscalizar as atividades desempenhadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, assegurando o adequado cumprimento das rotinas, o bom andamento dos serviços, a observância das normas regulamentares e dos padrões de conduta estabelecidos, bem como o pleno conhecimento, por parte dos empregados, de suas atribuições, deveres e responsabilidades;

4.7.9.2.2. Gestão disciplinar e de convivência: zelar pela disciplina, pela adequada apresentação pessoal e pela conduta profissional dos empregados, prevenindo conflitos entre os profissionais alocados e entre estes e os usuários dos serviços, adotando as providências necessárias e, quando cabível, acionando a fiscalização do CONTRATANTE;

4.7.9.2.3. Apoio à fiscalização e comunicação institucional: manter interlocução permanente com a fiscalização do contrato, prestando esclarecimentos solicitados, repassando informações relevantes sobre a execução dos serviços, registrando ocorrências relevantes em instrumento próprio e estando apto a esclarecer questões relacionadas às faturas e à execução contratual;

4.7.9.2.4. Controle e apoio às atividades administrativas: fiscalizar a adequada utilização dos sistemas disponibilizados pelo CONTRATANTE, receber e solucionar solicitações e comunicações relacionadas aos serviços, bem como promover o recolhimento e o encaminhamento à fiscalização de objetos ou valores eventualmente encontrados nas dependências do órgão, com o devido registro;

4.7.9.2.5. Atividades complementares: estar à disposição dos profissionais alocados sempre que necessário para solução de problemas operacionais e executar outras atividades inerentes à função, compatíveis com o objeto da contratação.

4.6.9.4. O profissional alocado no posto de Supervisor deverá exercer suas funções com discrição, ética e responsabilidade, mantendo sigilo sobre as informações a que tiver acesso, observando as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, bem como as instruções disciplinares do local de trabalho. Deverá zelar pela conservação dos equipamentos e do ambiente laboral, cumprir os prazos estabelecidos para a execução de suas atividades, manter pontualidade e assiduidade, apresentar-se devidamente identificado e com boa apresentação pessoal, adotar postura compatível com as atribuições desempenhadas e acatar as orientações do executor do contrato.

4.6.10. **Da medição mensal do objeto**

4.6.10.1. Por se tratar de serviço de natureza continuada, a medição do objeto será realizada mensalmente, com base na verificação da efetiva prestação dos serviços contratados. A medição considerará, entre outros aspectos, a regularidade da execução, a frequência dos profissionais alocados, o cumprimento da jornada estabelecida, a observância das obrigações contratuais e a inexistência de irregularidades que comprometam a continuidade ou a qualidade dos serviços.

4.6.10.2. A medição mensal constituirá condição para o faturamento e o pagamento dos serviços prestados, sem prejuízo da aplicação de glosas, ajustes ou sanções, quando cabíveis, nos termos deste Termo de Referência, do contrato e da legislação vigente.

4.7. Da apresentação pessoal, uniformes e EPIs:

4.7.1. A CONTRATADA deverá assegurar que todos os profissionais alocados no contrato mantenham postura compatível com o ambiente institucional, apresentação pessoal adequada, vestimenta condizente com o exercício das atividades e observância dos padrões de discrição e urbanidade exigidos no âmbito do DETRAN-DF. O uso de crachá de identificação funcional é obrigatório para todos os postos, devendo conter identificação visível e compatível com os padrões definidos pela CONTRATANTE.

4.7.2. O uso de uniforme será obrigatório para os postos de **Recepcionista, Almoxarife e Carregador**, devendo os profissionais apresentar-se durante toda a jornada devidamente uniformizados, com peças completas, limpas e em bom estado de conservação. Para os postos de **Secretária Executiva, Técnico em Secretariado e Supervisor**, não será exigido uniforme, permanecendo obrigatória a observância de vestimenta adequada ao ambiente institucional.

4.7.3. Os uniformes e crachás deverão ser fornecidos exclusivamente às expensas da CONTRATADA, nas especificações, quantidades mínimas e periodicidade estabelecidas no Anexo II – Uniformes e EPIs, sendo vedado o repasse de quaisquer custos aos empregados. As peças deverão ser confeccionadas em material de boa qualidade, compatível com as condições climáticas do Distrito Federal, duráveis e resistentes ao desbotamento. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação da CONTRATANTE e poderão ser alterados quanto a modelo, cor ou tecido, mediante solicitação da Administração.

4.7.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes, quanto ao tecido, à cor, ao modelo, desde que previamente aceitas pela Administração.

4.7.5. Às empregadas da CONTRATADA que estejam gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, substituindo-os sempre que necessário.

4.7.6. A substituição de uniformes deverá ocorrer sempre que constatado desgaste, defeito ou inadequação, independentemente da periodicidade prevista, sem ônus para a CONTRATANTE ou para os empregados, sendo vedada a exigência de devolução de peças usadas quando da entrega de novas. Às empregadas gestantes deverão ser fornecidos uniformes apropriados, com substituição sempre que necessário.

4.7.7. Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, a CONTRATADA deverá fornecer gratuitamente todos os equipamentos adequados aos riscos inerentes às atividades exercidas em cada posto de trabalho, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nos termos da NR-06 e demais normas aplicáveis. A obrigação de fornecimento não se limita aos itens previstos no Anexo II, devendo a CONTRATADA disponibilizar quaisquer outros EPIs que venham a ser exigidos pela legislação, por atualização normativa ou por determinação técnica decorrente da natureza das atividades desempenhadas.

4.7.8. Compete à CONTRATADA orientar, treinar e fiscalizar seus empregados quanto ao uso correto dos uniformes e EPIs, cabendo ao preposto acompanhar o cumprimento dessas obrigações e adotar as providências necessárias em caso de descumprimento, comunicando à fiscalização do contrato quando necessário. A entrega dos uniformes e EPIs deverá ser formalizada mediante recibo nominal, cuja comprovação deverá ser apresentada à fiscalização sempre que solicitada.

5. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, com vistas à ampliação da competitividade. Todavia, tal diretriz não possui caráter absoluto, devendo a Administração considerar a natureza da solução, a interdependência funcional das atividades, os impactos na gestão contratual e os riscos operacionais e administrativos decorrentes do fracionamento.

5.2. Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026, concluiu-se pela não recomendação do parcelamento do objeto.

5.3. A contratação consiste na prestação de serviços administrativos de apoio, de natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, envolvendo diferentes perfis profissionais que, embora possuam atribuições específicas, atuam de forma integrada, complementar e interdependente, compondo uma única solução operacional voltada ao suporte das atividades finalísticas e administrativas do DETRAN-DF.

5.4. O fracionamento da contratação — seja por perfil profissional, por unidade de execução ou por grupo de postos — implicaria fragmentação da gestão da força de trabalho terceirizada, multiplicação de contratos administrativos, aumento da complexidade da fiscalização, elevação de riscos de descontinuidade dos serviços e dificuldades de coordenação entre equipes submetidas a diferentes contratadas.

5.5. Adicionalmente, a execução do objeto demanda capacidade operacional, administrativa e financeira compatível com a gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho, distribuídos em diversas unidades e endereços

distintos, o que reforça a necessidade de contratação integrada sob responsabilidade única, como medida de mitigação de riscos e fortalecimento da governança contratual.

5.6. Sob o aspecto econômico, a contratação unificada favorece ganhos de escala, melhor diluição de custos indiretos, maior eficiência na supervisão e maior previsibilidade orçamentária, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa.

5.7. Diante dessas circunstâncias, conclui-se que o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente viável.

5.8. **Da não adoção de cota reservada para ME/EPP**

5.8.1. Nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte é admitida quando o objeto for divisível e sua adoção não comprometer a adequada execução contratual.

5.8.2. No presente caso, considerando a natureza integrada e interdependente da solução, bem como a necessidade de gestão centralizada da mão de obra com dedicação exclusiva, a formação de cota reservada implicaria fragmentação da execução, coexistência de múltiplas empresas em atividades funcionalmente interligadas e aumento da complexidade da fiscalização contratual.

5.8.3. Além disso, considerando o valor anual estimado da contratação, atualmente fixado em **R\$ 9.318.837,24 (nove milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, a eventual aplicação linear de cota mínima implicaria parcela contratual de elevada expressão econômica, exigindo capacidade administrativa e financeira compatível com a gestão simultânea de múltiplos postos de trabalho e obrigações trabalhistas complexas.

5.8.4. Tal circunstância, na prática, poderia restringir a política pública de incentivo às microempresas, afastando a finalidade da norma e não resultando em ampliação efetiva da competitividade.

5.8.5. Ressalte-se que não há impedimento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, desde que atendam às exigências de habilitação estabelecidas neste Termo de Referência, sendo assegurado o tratamento diferenciado previsto na legislação aplicável, no que couber.

5.8.6. Dessa forma, a não adoção de cota reservada revela-se medida adequada, proporcional e tecnicamente justificada, alinhada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

6. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1. **Requisitos Gerais**

6.1.1. Em consonância com a legislação vigente, com o Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026 e com vistas à racionalização, eficiência e adequada fiscalização contratual, a contratação dos serviços de apoio administrativo deverá observar os seguintes requisitos:

6.1.1.1. Contratação de empresa especializada, com experiência comprovada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra;

6.1.1.2. Execução dos serviços de forma presencial, nas dependências do DETRAN-DF ou em outras unidades onde haja atuação institucional da Autarquia, conforme necessidade da Administração;

6.1.1.3. Alocação, pela CONTRATADA, dos profissionais correspondentes aos postos descritos neste Termo de Referência, observadas as atribuições, requisitos mínimos de qualificação e jornada estabelecida;

6.1.1.4. Observância da jornada contratada e das disposições da Lei Distrital nº 7.708/2025, bem como das normas trabalhistas aplicáveis, vedada a utilização dos profissionais em atividades estranhas ao objeto contratual ou em locais diversos daqueles definidos pela CONTRATANTE;

6.1.1.5. Fornecimento, às expensas da CONTRATADA, de todos os uniformes, crachás e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs necessários à adequada execução das atividades, nos termos deste Termo de Referência e da legislação de segurança e medicina do trabalho;

6.1.1.6. Disponibilização de solução tecnológica idônea para controle de frequência dos profissionais alocados, passível de verificação pela fiscalização do contrato;

6.1.1.7. Seleção e disponibilização de profissionais que atendam aos requisitos mínimos de escolaridade, qualificação e perfil definidos neste Termo de Referência;

6.1.1.8. Planejamento das férias dos profissionais de forma a minimizar impactos na continuidade dos serviços, observadas as disposições da CLT e as orientações da fiscalização do contrato;

6.1.1.9. Possibilidade de supressão ou ajuste quantitativo de postos durante a execução contratual, conforme interesse da Administração e nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, com as correspondentes adequações financeiras.

6.2. **Regime de Execução, Dedicção Exclusiva e Padronização**

6.2.1. Os serviços serão executados sob o regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, com alocação inicial de **80 (oitenta) postos de trabalho**, conforme dimensionamento mínimo estabelecido no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026. Os profissionais permanecerão à disposição da CONTRATANTE, nas dependências do DETRAN-DF ou em locais por ela indicados, durante a jornada contratada, sendo vedado à CONTRATADA compartilhar os recursos humanos vinculados ao contrato para execução simultânea de outros ajustes.

6.2.2. A jornada semanal dos postos será de **40 (quarenta) horas**, em observância à Lei Distrital nº 7.708/2025, assegurada a preservação da remuneração contratada e das condições previstas nas convenções coletivas aplicáveis. Em razão do regime de dedicação exclusiva, os profissionais não poderão ser remanejados para outras atividades ou contratos com a finalidade de complementação de jornada.

6.2.3. O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando a contratação integral dos postos previstos neste Termo de Referência, sendo a remuneração paga mensalmente, após a comprovação da efetiva disponibilização dos profissionais e atesto da execução dos serviços, conforme planilha de custos integrante do contrato.

6.2.4. Eventuais acréscimos ou supressões quantitativas poderão ocorrer durante a execução contratual, nos limites previstos na Lei nº 14.133/2021, observada a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

6.2.5. O empenho da despesa será realizado na modalidade estimativa, considerando a natureza continuada do objeto.

6.2.6. Em observância ao art. 47, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foram adotados critérios de padronização na definição das especificações dos serviços, considerando-se contratações similares realizadas pela Administração Pública, de modo a garantir uniformidade, eficiência e racionalização da gestão contratual.

6.2.7. Nos termos do § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133/2021, registra-se que, na data da elaboração deste Termo de Referência, os serviços objeto da presente contratação não constam do Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal.

6.3. **Prazo de vigência da contratação**

6.3.1. O prazo inicial de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **10 (dez) anos**, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 179, § 2º, do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.3.2. A definição da vigência contratual observa a natureza continuada dos serviços de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, a necessidade de assegurar estabilidade operacional às unidades do DETRAN-DF e a busca por eficiência administrativa e redução de custos decorrentes de sucessivos procedimentos licitatórios, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026.

6.4. **Padrões mínimos de qualidade e desempenho**

6.4.1. A execução dos serviços deverá atender aos padrões de qualidade e desempenho definidos neste Termo de Referência, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.4.2. A aferição da qualidade da prestação dos serviços será realizada por meio de Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante do Anexo III deste Termo de Referência, que estabelecerá indicadores objetivos, critérios de avaliação e metodologia de mensuração do desempenho contratual.

6.4.3. O não atendimento aos níveis mínimos de desempenho poderá ensejar aplicação de glosas, ajustes no pagamento ou penalidades contratuais, conforme disciplinado no instrumento convocatório e no contrato.

6.5. **Reserva de vagas**

6.5.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente a legislação federal, distrital e demais normas aplicáveis que estabeleçam reserva legal de vagas ou políticas públicas de inclusão social no âmbito das relações de trabalho, especialmente aquelas relativas à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, bem como às normas de aprendizagem profissional, nos termos da legislação vigente.

6.5.2. O cumprimento das reservas legais de vagas constitui obrigação exclusiva da CONTRATADA, no âmbito da composição e gestão de seu quadro funcional, não cabendo à Administração ingerência na organização interna de pessoal da empresa.

6.5.3. Para fins de fiscalização contratual, a Administração poderá exigir a comprovação do atendimento às obrigações legais pertinentes, observados os limites de sua competência e sem interferência na autonomia administrativa da CONTRATADA.

6.6. **Vistoria**

6.6.1. Não há necessidade de realização de vistoria ou avaliação prévia dos locais de execução dos serviços, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na prestação de serviços administrativos com dedicação exclusiva

de mão de obra, cujas condições de execução encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência.

6.6.2. A formulação das propostas independe de inspeção física das instalações, uma vez que os quantitativos de postos de trabalho, perfis profissionais, regime de execução e demais elementos necessários à precificação estão claramente definidos no instrumento convocatório. A eventual alegação futura de desconhecimento das condições locais não será admitida como justificativa para alteração da proposta apresentada.

6.7. Sustentabilidade

6.7.1. A CONTRATADA deverá observar os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como declarar o atendimento aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em consonância com o art. 2º do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

6.7.2. Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra, os requisitos de sustentabilidade aplicáveis concentram-se em aspectos sociais e ambientais compatíveis com a natureza da contratação.

6.7.3. No âmbito social, a CONTRATADA deverá:

6.7.3.1. cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde e segurança do trabalho;

6.7.3.2. observar as normas relativas à inclusão social e reserva legal de vagas, nos termos da legislação vigente;

6.7.3.3. vedar práticas discriminatórias e qualquer forma de trabalho irregular, inclusive infantil ou em condição análoga à de escravo.

6.7.4. No âmbito ambiental, a CONTRATADA deverá:

6.7.4.1. adotar práticas de uso racional de recursos públicos, especialmente energia elétrica, água e materiais de expediente, evitando desperdícios;

6.7.4.2. observar as diretrizes institucionais de sustentabilidade e coleta seletiva adotadas pelo DETRAN-DF;

6.7.4.3. conduzir suas atividades em conformidade com a legislação ambiental aplicável, inclusive quanto à adequada destinação de resíduos eventualmente gerados no desempenho dos serviços;

6.7.4.4. orientar e conscientizar seus empregados quanto às boas práticas de sustentabilidade e racionalização de recursos no ambiente institucional.

6.7.5. As ações de sustentabilidade deverão ser executadas em conformidade com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, observadas as normas técnicas pertinentes, quando cabíveis, e poderão ser aprimoradas mediante procedimentos acordados entre as partes, voltados à melhoria contínua da eficiência no uso de recursos públicos.

6.8. Subcontratação

6.8.1. É vedada a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando a natureza integrada da solução, o regime de dedicação exclusiva de mão de obra e a necessidade de controle direto da execução contratual pela Administração.

6.8.2. A vedação fundamenta-se na necessidade de preservação da responsabilidade técnica, administrativa e trabalhista da CONTRATADA, bem como na mitigação de riscos operacionais e de aumento da complexidade da gestão contratual.

6.9. Formalização do Instrumento Contratual

6.9.1. O instrumento contratual será formalizado nos termos do Título III da Lei nº 14.133/2021, integrando-se ao contrato o presente Termo de Referência, seus anexos e a proposta da adjudicatária.

6.9.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, admitida prorrogação por igual período, uma única vez, nos termos do § 1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

6.9.3. A recusa injustificada em assinar o contrato caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legais e facultando à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação.

6.9.4. Previamente à assinatura do contrato, a adjudicatária deverá comprovar o cumprimento das disposições da Lei Distrital nº 6.679/2020, relativas à equidade salarial, na forma estabelecida no instrumento convocatório.

7. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela

autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Compete à fiscalização acompanhar a execução dos serviços, verificar o cumprimento das obrigações contratuais, atestar as medições mensais para fins de pagamento e registrar, em instrumento próprio, as ocorrências verificadas durante a execução do contrato.

7.3. Eventuais falhas ou irregularidades constatadas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, que deverá adotar as providências necessárias à sua regularização no prazo estabelecido pela fiscalização.

7.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução do objeto contratual, inclusive quanto às obrigações técnicas, administrativas e trabalhistas decorrentes da contratação.

7.5. A gestão administrativa, disciplinar e técnica dos empregados alocados na execução contratual é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à Administração exercer poder de direção sobre os trabalhadores.

7.6. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser submetidas à autoridade competente para deliberação.

8. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

8.1. O contrato será executado em conformidade com as cláusulas pactuadas e com a legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Distrital nº 44.330/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante formalização por apostilamento.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial entre a fiscalização e o representante da CONTRATADA, para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de acompanhamento, da metodologia de aferição dos resultados, do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), quando aplicável, e das sanções previstas, dentre outros.

8.6. Para o acompanhamento e fiscalização do contrato, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e das normas internas do DETRAN-DF aplicáveis à matéria.

8.7. Aplicam-se, ainda, no que couber e desde que compatíveis com a legislação vigente, as disposições da Instrução Normativa nº 5/2017, recepcionada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018, especialmente quanto às rotinas de fiscalização administrativa e trabalhista em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

8.8. Preposto

8.8.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente o(s) preposto(s), por meio de declaração contendo nome completo, CPF, documento de identidade, contatos telefônicos e qualificação profissional.

8.8.2. O preposto, após aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora para reunião inicial e deverá estar apto a tratar de assuntos relacionados à execução contratual e às faturas dos serviços prestados.

8.8.3. O Preposto, uma vez indicado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, após a assinatura do Contrato, para realização de reunião inicial com vistas ao início da execução contratual, bem como deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

8.8.4. A CONTRATADA não necessitará manter preposto no local da execução do objeto, devendo este comparecer quando convocado pelo CONTRATANTE.

8.8.5. A CONTRATADA deverá garantir, no mínimo, uma visita quinzenal do preposto à unidade gestora do contrato.

8.8.6. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a permanência do preposto, hipótese

em que a CONTRATADA deverá indicar substituto.

8.8.7. Não poderão ser nomeados prepostos os funcionários já alocados nos postos objeto deste termo, pois isso afetaria a qualidade na prestação de serviços e diminuiria o tempo destinado às atividades contratadas. Os custos do preposto serão inexoravelmente parte da prestação dos serviços contemplados e devem estar inseridos na planilha de custo de acordo com a IN nº 05/2017 - SEGES/MPDG e suas alterações, nos custos indiretos envolvidos na execução contratual.

8.8.8. A fiscalização deverá limitar-se ao acompanhamento da execução contratual, sendo vedada a ingerência direta na gestão administrativa ou disciplinar dos empregados da CONTRATADA.

8.8.9.

8.9. Rotinas de Fiscalização

8.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.9.2. Caberá ao fiscal do contrato acompanhar a execução dos serviços, registrar ocorrências, determinar providências necessárias ao regular cumprimento do contrato e comunicar ao gestor situações que ultrapassem sua competência.

8.9.3. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com o Termo de Referência, sem ônus para o CONTRATANTE.

8.10. Fiscalização Técnica

8.10.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com § 1º, do art. 117, Lei n. 14.133/21, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para adotar as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23. 6.9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.10.6. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no item 17, deste termo de referência para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

8.10.7. A fiscalização técnica, feita pelos fiscais setoriais nomeados, usará o Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos para o registros das atividades a serem encaminhadas mensalmente a gestão do contrato.

8.10.8. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.10.9. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.10.10. É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

8.10.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.10.12. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido

seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.10.13. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/21.

8.10.14. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.10.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas de fiscalização diária:

8.10.15.1. Devem ser evitadas ordens diretas do CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao supervisor ou preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao supervisor ou preposto;

8.10.15.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;

8.10.15.3. Devem ser conferidos, diariamente, ainda que por amostragem, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

8.10.15.4. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

8.10.15.5. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

8.10.15.6. O CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

8.10.15.7. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

8.10.15.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

8.10.15.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Decreto Distrital n. 44.330/23, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.11. Fiscalização Administrativa

8.11.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.11.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para tomar as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n. 44.330/23.

8.11.3. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei n. 14.133/21, bem como, as demais legislações pertinentes em decorrência de inadimplemento contratual.

8.11.4. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

8.11.5. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

8.11.6. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

8.11.7. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

8.11.7.1. Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os

empregados terceirizados que prestam serviços, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

8.11.7.2. Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

8.11.7.3. O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

8.11.7.4. O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

8.11.7.5. Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

8.11.7.6. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

8.11.7.7. Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

8.11.8. A CONTRATADA deve entregar cópia da documentação relacionada quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato. Esta documentação inclui termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

8.11.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados acima deverão ser apresentados. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

8.11.10. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

8.11.11. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT. Para fins de comprovação da adoção das providências, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

8.11.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB). Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

8.11.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções. A Administração CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

8.11.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

8.11.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, o CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

8.11.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

8.11.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.11.18. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

8.11.19. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.11.20. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

8.12. Gestor do Contrato

8.12.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.12.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.12.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n. 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.12.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.12.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.13. Obrigações da CONTRATANTE

8.13.1. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

8.13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

8.13.3. Receber o serviço contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações constantes no termo de referência.

8.13.4. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

8.13.5. Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do contrato, assim como para atestar a execução do objeto.

8.13.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente instrumento, no edital e no contrato, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato.

8.13.7. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente identificados e acompanhados por representante do CONTRATANTE.

8.13.8. Responder pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

8.13.9. Aplicar as sanções previstas neste termo de referência, assegurando à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

8.14. Obrigações da CONTRATADA.

8.14.1. Obrigações Gerais

- 8.14.1.1. Executar diretamente os serviços contratados, vedada a subcontratação ou transferência de responsabilidades, salvo se expressamente autorizada no instrumento convocatório.
- 8.14.1.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do contrato, empregando profissionais devidamente treinados e habilitados.
- 8.14.1.3. Manter seus empregados devidamente uniformizados e identificados por crachá da CONTRATADA, contendo a identificação “a serviço do DETRAN/DF”, quando em atividade nas dependências do CONTRATANTE.
- 8.14.1.4. Respeitar as normas, regulamentos e procedimentos internos do CONTRATANTE, especialmente quanto à segurança, disciplina e controle de acesso.
- 8.14.1.5. Manter sigilo sobre quaisquer informações de que tenha conhecimento em razão da execução contratual, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.
- 8.14.1.6. Não utilizar o nome ou a imagem do DETRAN/DF para fins comerciais ou publicitários, salvo autorização expressa.
- 8.14.1.7. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.14.1.8. Responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução contratual, não sendo afastada essa responsabilidade pela fiscalização exercida pela Administração.
- 8.14.1.9. Não modificar a forma de prestação dos serviços sem autorização formal do fiscal do contrato.
- 8.14.1.10. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE quaisquer irregularidades que possam comprometer a execução contratual.
- 8.14.1.11. As disposições previstas neste Termo de Referência não afastam o cumprimento das demais normas legais aplicáveis, inclusive acordos ou convenções coletivas de trabalho.

8.14.2. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

- 8.14.2.1. Manter seus empregados sob vínculo empregatício exclusivo da empresa, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.
- 8.14.2.2. Efetuar o pagamento de salários, benefícios e encargos sociais no prazo legal, sendo vedada a vinculação desses pagamentos ao recebimento de valores pelo CONTRATANTE.
- 8.14.2.3. Fornecer vale-transporte e auxílio-alimentação até o 5º dia útil de cada mês, em montante suficiente para cobrir o período correspondente.
- 8.14.2.4. Recolher, no prazo legal, as contribuições previdenciárias e os depósitos de FGTS, encaminhando mensalmente ao CONTRATANTE os respectivos comprovantes.
- 8.14.2.5. Assumir integral responsabilidade por acidentes de trabalho envolvendo seus empregados, inclusive quando ocorridos nas dependências do CONTRATANTE.
- 8.14.2.6. Cumprir integralmente a legislação trabalhista aplicável, inclusive normas de segurança e medicina do trabalho.
- 8.14.2.7. Viabilizar, no prazo de até 60 dias do início da execução, a emissão do Cartão Cidadão e o acesso dos empregados aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal.
- 8.14.2.8. Autorizar, quando da assinatura do contrato, a retenção de valores e o pagamento direto aos empregados ou aos órgãos competentes, em caso de inadimplemento trabalhista, conforme previsto no instrumento contratual.
- 8.14.2.9. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

8.14.3. Obrigações Operacionais

- 8.14.3.1. Recrutar e selecionar os profissionais necessários, observando a qualificação mínima prevista neste Termo de Referência.
- 8.14.3.2. Apresentar previamente à alocação do profissional os documentos comprobatórios de qualificação

exigidos.

8.14.3.3. Substituir empregado ausente no prazo máximo de 90 (noventa) minutos.

8.14.3.4. Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, empregado cuja conduta ou desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização, mediante notificação formal.

8.14.3.5. Dispor de quadro reserva capacitado para cobertura de faltas, férias e afastamentos legais.

8.14.3.6. Controlar diariamente a assiduidade e pontualidade dos empregados, podendo utilizar sistema de ponto eletrônico.

8.14.3.7. Fiscalizar regularmente seus empregados quanto à execução das atividades.

8.14.3.8. Garantir que a supervisão operacional seja realizada por profissional designado (preposto ou encarregado), responsável pelo acompanhamento e coordenação dos serviços.

8.14.4. **Obrigações Relativas à Integridades e Conformidade**

8.14.4.1. Observar o disposto no art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de dirigente ou agente público vinculado à contratação.

8.14.4.2. Cumprir a Lei Distrital nº 6.112/2018 quanto à implementação de Programa de Integridade, quando aplicável.

8.14.4.3. Fornecer arquivo atualizado contendo dados dos empregados vinculados ao contrato, nos termos da Decisão TCDF nº 544/2010.

8.14.4.4. Comunicar alterações societárias no prazo de 15 dias úteis.

9. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

9.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, como condição para sua assinatura, destinada a assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

9.2. **Vigência da garantia**

9.2.1. A validade mínima da garantia deverá cobrir todo o período de vigência contratual, acrescido de 03 (três) meses.

9.2.2. Nos casos de prorrogação contratual, aditamento ou repactuação que implique alteração do prazo ou do valor do contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a atualização e/ou reforço da garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a convocação formal.

9.2.3. Por ocasião da repactuação de preços, caso prevista, a CONTRATADA deverá providenciar o reforço da garantia em valor proporcional ao reajuste ocorrido.

9.3. **Abrangência da Garantia**

9.3.1. A garantia deverá assegurar:

9.3.1.1. o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

9.3.1.2. o ressarcimento de prejuízos decorrentes do inadimplemento contratual;

9.3.1.3. o pagamento de multas eventualmente aplicadas;

9.3.1.4. o reembolso ou pagamento de indenizações, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios, a que o CONTRATANTE venha a ser condenado, direta, solidária ou subsidiariamente à CONTRATADA, em decorrência de ações trabalhistas relacionadas aos empregados alocados na execução do contrato, restritas ao período de vigência da garantia.

9.3.2. Nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia deverá abranger obrigações trabalhistas relativas ao período em que os empregados tenham prestado serviços nas dependências do CONTRATANTE.

9.4. **Procedimento em Caso de Inadimplemento**

9.4.1. Verificada inadimplência da CONTRATADA quanto à execução do contrato ou de seus aditivos, dentro do prazo de vigência da apólice ou da fiança, o CONTRATANTE comunicará imediatamente o fato à

seguradora ou instituição fiadora.

9.4.2. A expectativa de dano por inadimplemento contratual caracterizar-se-á quando o CONTRATANTE tomar conhecimento de indícios de descumprimento das obrigações assumidas, devendo:

9.4.2.1. notificar formalmente a CONTRATADA para regularização, concedendo prazo para saneamento;

9.4.2.2. encaminhar cópia da notificação à seguradora ou ao banco fiador.

9.4.3. Não sendo regularizada a situação no prazo concedido, o CONTRATANTE formalizará a reclamação do sinistro ou da execução da fiança.

9.4.4. Comprovada a inadimplência das obrigações cobertas pela garantia, tornar-se-á exigível a indenização até o limite do valor segurado ou afiançado.

9.5. **Utilização e Reforço da Garantia**

9.5.1. Caso a garantia seja utilizada total ou parcialmente, a CONTRATADA deverá recompor o valor no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de retenção de pagamentos e demais medidas cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.6. **Liberação da Garantia**

9.6.1. A garantia, ou seu saldo, será liberada somente após:

9.6.1.1. I – a execução integral do contrato;

9.6.1.2. II – a comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratuais;

9.6.1.3. III – a comprovação do pagamento de todas as verbas trabalhistas e rescisórias relativas aos empregados alocados na execução contratual.

9.6.2. Caso não seja comprovado o pagamento das verbas rescisórias até o final do segundo mês subsequente ao encerramento da vigência contratual, o CONTRATANTE poderá utilizar a garantia para quitação direta dessas obrigações aos trabalhadores.

9.6.3. Quando prestada em dinheiro, a garantia será atualizada monetariamente.

9.7. **Disposições Específicas sobre Seguro-Garantia**

9.7.1. Na modalidade seguro-garantia, deverão ser observadas as normas expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, aplicáveis à contratação pública e aos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

10. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**

10.1. Para fins do disposto no art. 23 e no art. 61, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da presente contratação é de **R\$ 9.318.837,24 (nove milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)** para o período de 12 (doze) meses, já incluídos todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e demais custos diretos e indiretos necessários à execução contratual. Considerando o prazo inicial de vigência de 36 (trinta e seis) meses, o valor global estimado corresponde a **R\$ 27.956.511,72 (vinte e sete milhões, novecentos e cinquenta e seis mil quinhentos e onze reais e setenta e dois centavos)**.

10.2. A estimativa foi elaborada em conformidade com o Decreto Distrital nº 44.330/2023, mediante pesquisa de preços públicos em contratações similares, análise de contratos vigentes, consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, banco de preços oficiais e elaboração de Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços específicas para esta contratação, constantes do Processo SEI nº 192207042, conforme documentos abaixo indicados:

Secretário Executivo: 203506245

Técnico em Secretariado: 203506463

Recepcionista: 203506856

Almoxarife: 203507027

Carregador: 203507144

10.3. Na formação dos custos foram observadas as Convenções Coletivas de Trabalho vigentes (CCT 2025/2026 e Termos Aditivos 2026), celebradas entre o SEAC-DF e o SINDISERVIÇOS-DF, aplicáveis aos postos de recepcionista, almoxarife, carregador e supervisor, bem como entre o SEAC-DF e o SIS-DF, aplicáveis aos postos de secretário executivo e técnico em secretariado.

10.4. Para fins exclusivamente estimativos, adotou-se como referência o regime de tributação pelo Lucro Real, devendo cada licitante, quando da elaboração de sua proposta, observar o respectivo regime tributário a que esteja submetida, apresentando os percentuais efetivamente aplicáveis à sua realidade fiscal.

10.5. O valor estimado possui caráter referencial para fins de julgamento das propostas, não constituindo obrigação de pagamento mínimo à futura contratada, que será remunerada exclusivamente pelos serviços efetivamente prestados, nos termos contratuais.

10.6. Em observância ao art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público por ocasião da divulgação do instrumento convocatório.

10.7. **Dotação orçamentária:**

10.7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados nas normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN-DF, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

10.7.2. A contratação pretendida foi incluída no PCA 2026 sob os Ids: 32254 - Secretária Executiva; 32715 - Técnico em Secretariado; 17379 – Recepcionista; 40562 – Carregador ; 19748 – Almoxarife e 33906 – Supervisor (<https://portal.compras.df.gov.br/catalogo/pac>).

10.7.3. A contratação está alinhada ao Plano Estratégico 2024/2030 do DETRAN-DF, no item 9.3 Perspectivas dos Processos Internos/9.3.1 Implementar as melhores práticas de comunicação e de processos internos. Link para a página do Plano Estratégico Detran/DF: <https://www.detran.df.gov.br/planejamento-estrategico/>

10.8. **Das planilhas de custos e de formação de preços.**

10.8.1. Os modelos de Planilhas de Custos e Formação de Preços constam do Anexo I deste Termo de Referência e deverão ser preenchidos pelas licitantes em arquivo eletrônico editável, com apresentação das memórias de cálculo detalhadas, metodologia adotada e discriminação de todos os encargos, insumos e demais componentes da formação de preços.

10.8.2. As planilhas servirão como instrumento de análise da exequibilidade da proposta, bem como como base para eventuais repactuações ou revisões contratuais, nos termos da legislação vigente.

10.8.3. O DETRAN-DF poderá promover diligências junto à licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar para esclarecer dúvidas ou complementar informações acerca dos valores e percentuais informados, sendo que a ausência de comprovação documental ou a apresentação de informações incompatíveis com a legislação aplicável poderá ensejar a desclassificação da proposta.

10.8.4. A inobservância do prazo fixado para atendimento às diligências ou o envio de informações insuficientes ou inconsistentes poderá resultar na desclassificação.

10.8.5. Identificados erros materiais ou inconsistências sanáveis nas planilhas, o DETRAN-DF poderá, mediante diligência, permitir ajustes que reflitam corretamente os custos envolvidos, desde que não haja majoração do valor global da proposta.

11. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR / PRESTADOR DE SERVIÇOS**

11.1. **Forma de Seleção e Critério de Julgamento**

11.1.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência enquadram-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuírem padrões de desempenho e características usuais de mercado.

11.1.2. A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento licitatório, na modalidade **Pregão, sob a forma eletrônica**, com adoção do critério de julgamento **menor preço global**, sendo a adjudicação procedida por **grupo único**.

11.1.3. **O modo de disputa adotado será o aberto e fechado**, nos termos do art. 56, incisos I e II, da Lei nº

14.133/2021, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes conforme o critério de julgamento adotado, até o encerramento da etapa competitiva.

11.1.4. O intervalo mínimo entre lances foi fixado em **R\$ 100,00 (cem reais)**, considerando o valor estimado da contratação e a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra. A definição desse valor tem por objetivo assegurar adequada dinâmica competitiva durante a fase de lances, evitando a apresentação de lances irrisórios que possam comprometer a eficiência da disputa e prolongar desnecessariamente a sessão pública. O valor estabelecido preserva a competitividade do certame, permitindo reduções sucessivas de preços de forma proporcional e razoável, sem restringir a participação de licitantes, estando em consonância com práticas adotadas em contratações semelhantes realizadas por órgãos da Administração Pública.

11.1.5. O regime de execução será indireto, mediante **empreitada por preço global**.

11.1.6. A validade mínima da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias.

11.2. **Formação da Proposta de Preços**

11.2.1. O preço ofertado deverá contemplar todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo salários, encargos sociais e trabalhistas, benefícios previstos em Convenção Coletiva de Trabalho, tributos, insumos, equipamentos, despesas administrativas, lucro e quaisquer outros custos diretos ou indiretos.

11.2.2. As licitantes deverão elaborar suas propostas considerando os pisos salariais e benefícios previstos nas Convenções Coletivas vigentes à época da apresentação da proposta, aplicáveis a cada categoria profissional envolvida.

11.2.3. Deverão indicar, na proposta, os sindicatos representativos, instrumentos coletivos aplicáveis, respectivas datas-base e período de vigência.

11.3. **Planilha de Custos e Formação de Preços**

11.3.1. A proposta deverá ser apresentada mediante o preenchimento integral das Planilhas de Composição de Custos e Formação de Preços constantes dos anexos do Edital, estruturadas por categoria profissional.

11.3.2. As planilhas contemplam os seguintes módulos: Remuneração; Encargos sociais e trabalhistas; Benefícios e insumos; Custos relacionados à reposição e provisões; Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Custos indiretos, tributos e lucro.

11.3.3. É vedada a alteração das fórmulas estruturais das planilhas, bem como a exclusão ou criação de rubricas não previstas. O licitante poderá solicitar arquivo em Excell para por e-mail: gerdab@detran.df.gov.br.

11.3.4. O orçamento estimativo foi elaborado com base no regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, a licitante deverá observar o regime tributário ao qual esteja submetida, inclusive quanto às alíquotas de ISS, PIS e COFINS, nos termos das Leis nº 10.637/2002, nº 10.833/2003 e demais legislação aplicável.

11.3.5. Na elaboração da planilha de custos e formação de preços, deverão ser observados os parâmetros técnicos e limites de aceitabilidade reconhecidos na jurisprudência dos Tribunais de Contas, de modo a refletir fielmente os custos diretos e indiretos da execução contratual no mercado. Para fins de referência e controle da razoabilidade das propostas, admitem-se como parâmetros indicativos o percentual máximo de **incidência de encargos sociais de até 72,91% (setenta e dois inteiros e noventa e um centésimos por cento)** sobre a remuneração direta da mão de obra, bem como o limite de **BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) de até 26,44% (vinte e seis inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento)**, conforme entendimentos técnicos adotados em decisões de controle e composições de orçamento de contratações públicas que possuem natureza análoga. Tais limites têm como objetivo assegurar que a formação de preços reflita custos reais de mercado, respeitando os princípios da economicidade, transparência e da efetiva competição, sendo facultado ao licitante demonstrar tecnicamente percentuais distintos, desde que devidamente justificados e comprovados nos autos da licitação para fins de avaliação pela Administração.

11.3.6. **Encargos Sociais e Aviso Prévio Trabalhado**

11.3.6.1. Os encargos sociais deverão observar a legislação vigente, inclusive quanto ao RAT e ao FAP aplicável ao CNPJ da licitante.

11.3.6.2. Nos termos do entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União, especialmente no Acórdão nº 1.186/2017 – Plenário, a parcela mensal referente ao aviso prévio trabalhado deverá observar o percentual máximo de 1,94% no primeiro ano de execução contratual. Em caso de prorrogação, poderá ser considerado o percentual máximo adicional de 0,194% por ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião do respectivo termo aditivo, em conformidade com a Lei nº 12.506/2011.

11.3.6.3. A licitante deverá comprovar o FAP aplicado quando da apresentação da proposta ajustada ao lance vencedor.

11.3.7. **Benefícios e Convenções Coletivas**

11.3.7.1. Deverão ser obrigatoriamente considerados na planilha de custos todos os benefícios previstos nas Convenções Coletivas aplicáveis, incluindo vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, seguro de vida, plano de saúde quando exigido por legislação distrital e auxílio-creche, quando previsto na norma coletiva pertinente, especialmente para os cargos de Secretária Executiva e Técnico em Secretariado, conforme instrumento coletivo celebrado com o SIS-DF.

11.3.7.2. Quanto ao vale-transporte, poderão ser cotados valores inferiores aos estimados, desde que observado o cumprimento integral da Lei nº 7.418/1985.

11.3.7.3. A CONTRATADA deverá comprovar, perante a fiscalização do contrato, a concessão e pagamento do auxílio-creche quando aplicável.

11.3.8. **Reposição de Profissionais**

11.3.8.1. Não será exigida a reposição do profissional ausente nas hipóteses de férias, licença-paternidade, demais ausências legais, aviso prévio trabalhado, afastamento por doença nos primeiros 15 (quinze) dias e afastamento por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias, razão pela qual ao módulo correspondente à reposição na planilha de custos é atribuído valor zero.

11.3.8.2. A regra não se aplica ao afastamento por licença-maternidade, que possui rubrica própria (módulo 2.4 da planilha de formação de preços constante do Anexo I).

11.3.9. **Tributos e Comprovações Fiscais**

11.3.9.1. O IRPJ e a CSLL não poderão ser destacados como custos repassáveis à Administração, devendo compor a margem de lucro.

11.3.9.2. As empresas sujeitas ao regime não cumulativo de PIS e COFINS deverão comprovar que as alíquotas adotadas correspondem à média dos percentuais efetivamente recolhidos, considerando os créditos previstos nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003.

11.3.9.3. A comprovação poderá ser realizada mediante apresentação dos recibos de Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições (SPED), referentes aos 12 meses anteriores às demonstrações contábeis exigidas.

11.3.9.4. Nos termos da Lei nº 9.779/1999, do Decreto nº 6.022/2007 e da IN RFB nº 1.252/2012, as empresas optantes pelo Lucro Presumido ou Lucro Real deverão apresentar os recibos de EFD-Contribuições correspondentes, devendo a receita bruta apurada guardar compatibilidade com as demonstrações contábeis apresentadas.

11.3.10. **Vedação a Rubricas Indevidas**

11.3.10.1. É vedada a inclusão de rubricas como “Reserva Técnica” ou quaisquer outras não previstas nas planilhas padrão.

11.3.11. **Responsabilidade pelo Dimensionamento**

11.3.11.1. A licitante é responsável pelo correto dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto a custos variáveis e benefícios obrigatórios.

11.3.11.2. Eventual erro na composição de custos não poderá ser posteriormente repassado à Administração.

11.3.12. **Consolidação e Julgamento**

11.3.12.1. O valor global da proposta será obtido mediante a consolidação das planilhas individuais por posto de trabalho, conforme modelo disponibilizado no Anexo I.

11.3.12.2. A adjudicação será realizada pelo menor preço global do grupo único, observado o atendimento integral às exigências do edital.

12. **DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO.**

12.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após o adimplemento da obrigação contratual e a devida atestação da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA, observado o levantamento dos valores destinados à constituição da conta vinculada, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011 e do Decreto Distrital nº 34.649/2013 e alterações.

12.2. É vedado qualquer pagamento antecipado, nos termos do Decreto Distrital nº 32.598/2010, sendo o pagamento realizado somente após a efetiva liquidação da despesa e verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

12.3. **Emissão da Nota Fiscal**

- 12.3.1. Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, com redação dada pela Portaria SEF nº 259/2013, é obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) nas prestações de serviços sujeitas ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.
- 12.3.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter a discriminação detalhada dos serviços prestados, corresponder ao mês comercial imediatamente anterior ao da emissão, ser protocolizada a partir do 1º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e ser apresentada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a efetiva prestação do serviço.
- 12.3.3. As retenções tributárias incidentes serão realizadas por ocasião do faturamento, conforme legislação aplicável.
- 12.3.4. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá constar expressamente na Nota Fiscal, sob pena de retenção na fonte dos tributos incidentes, conforme art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 12.3.5. **Condição para Liberação do Pagamento**
- 12.3.6. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da CONTRATADA perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal, quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 12.3.7. A ausência de regularidade fiscal ou trabalhista poderá ensejar a suspensão do pagamento até a devida regularização.
- 12.4. **Documentação Trabalhista Obrigatória**
- 12.4.1. Em se tratando de contratação com cessão de mão de obra e dedicação exclusiva, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal, os documentos relativos aos empregados vinculados à execução contratual, nos termos dos §§1º e 2º do art. 8º do Decreto Distrital nº 39.978/2019, sem os quais não será liberado o pagamento.
- 12.4.2. Deverão ser apresentados:
- 12.4.2.1. cópia da folha de pagamento do mês, resumo da folha e contracheques devidamente quitados;
- 12.4.2.2. comprovantes de pagamento de salários;
- 12.4.2.3. comprovantes de pagamento de vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos em contrato ou Convenção Coletiva;
- 12.4.2.4. comprovantes de recolhimento do FGTS (GFIP ou sistema equivalente);
- 12.4.2.5. comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias (DCTFWeb e respectivo DARF quitado, quando aplicável);
- 12.4.2.6. recibos de entrega de uniformes (nas competências em que houver fornecimento);
- 12.4.2.7. comprovantes de pagamento de férias e 13º salário, nas competências correspondentes;
- 12.4.2.8. documentos rescisórios completos, quando houver desligamento.
- 12.4.3. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e das contribuições previdenciárias.
- 12.4.4. Quando ocorrer admissão ou demissão de empregados vinculados ao contrato, deverão ser apresentados os exames médicos admissionais/demissionais, registros na CTPS e documentos rescisórios pertinentes.
- 12.4.5. A não apresentação da documentação exigida poderá ensejar a retenção parcial da fatura mensal até a regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais.
- 12.4.6. Os documentos deverão referir-se ao mês imediatamente anterior ao da Nota Fiscal apresentada.
- 12.5. **Conta Vinculada**
- 12.5.1. Do valor mensal devido à CONTRATADA serão destacados os montantes destinados à conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011 e do Decreto Distrital nº 34.649/2013, destinada a assegurar recursos para o pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e encargos sociais dos empregados vinculados ao contrato.
- 12.5.2. As regras detalhadas de operacionalização da conta vinculada constarão em tópico próprio deste Termo de Referência.
- 12.6. **Suspensão e Retenção de Pagamento**

12.6.1. Havendo erro na Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até a regularização, sem que haja ônus para a Administração.

12.6.2. Nenhum pagamento será efetuado caso os serviços sejam rejeitados pela fiscalização, devendo ser refeitos sem custo adicional.

12.6.3. A CONTRATADA não poderá vincular o pagamento de salários ou benefícios de seus empregados ao recebimento de valores devidos pela CONTRATANTE.

12.6.4. Caso a CONTRATADA não providencie o reforço ou a renovação da garantia contratual, os pagamentos poderão ser retidos até a regularização.

12.6.5. Se, por motivo alheio à vontade da Administração, houver paralisação da prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

12.7. **Obrigações Relativas ao ISS no Distrito Federal**

12.7.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do ISS cuja sede esteja localizada em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, deverá inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal quando prestar serviços no âmbito do DF, ainda que em caráter temporário.

13. **DA CONTA VINCULADA**

13.1. Será adotada a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação como mecanismo de controle e proteção do patrimônio público do Distrito Federal, nos termos da Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013, com as alterações promovidas pelos Decretos Distritais nº 36.164/2014 e nº 40.251/2019.

13.2. A conta vinculada tem por finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento de obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual, mitigando o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

13.3. Nos termos do art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, serão retidas mensalmente, de forma provisória, do valor bruto do contrato, as provisões relativas ao décimo terceiro salário, férias e respectivo terço constitucional, multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como os impactos dessas parcelas sobre férias e décimo terceiro salário.

13.4. Cada provisão corresponderá a percentual incidente sobre o salário bruto dos empregados vinculados ao contrato, sendo o montante mensal retido correspondente à soma dos percentuais individuais das provisões previstas no referido dispositivo legal.

13.5. Os valores retidos deixarão de compor o montante mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA, sendo depositados exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta no Banco de Brasília – BRB, em nome da empresa contratada, unicamente para essa finalidade e com movimentação condicionada à prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

13.6. Nos termos do art. 1º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 36.164/2014, eventuais despesas relativas à abertura e manutenção da conta vinculada correrão por conta da CONTRATADA.

13.7. A assinatura do contrato será precedida da adoção das seguintes providências: solicitação formal do DETRAN-DF à instituição financeira oficial para abertura da conta corrente vinculada em nome da empresa vencedora; assinatura, pela CONTRATADA, de termo específico junto à instituição financeira, autorizando o DETRAN-DF a ter acesso aos saldos e extratos e condicionando a movimentação da conta à autorização desta Autarquia; e autorização formal da CONTRATADA para que a conta somente seja movimentada mediante determinação do CONTRATANTE.

13.8. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado mediante autorização do CONTRATANTE, após comprovação da ocorrência de evento que justifique o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013.

13.9. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento formal, instruído com planilha eletrônica detalhada e documentação comprobatória da ocorrência do fato gerador da obrigação trabalhista, nos termos do art. 11 do Decreto Distrital nº 34.649/2013.

13.10. O valor a ser liberado não poderá exceder o limite individual constituído para cada tipo de provisão, sendo vedada a utilização de recursos de uma provisão para quitação de obrigação diversa.

13.11. A CONTRATADA poderá solicitar a liberação de valores da conta vinculada para pagamento de indenizações trabalhistas decorrentes da execução contratual, devendo, para tanto, apresentar documentação comprobatória da efetiva quitação das verbas correspondentes.

13.12. A liberação do saldo remanescente da conta vinculada ocorrerá ao término da vigência contratual, após certificação, pela fiscalização do contrato, do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas, observado o disposto na Lei Distrital nº 4.636/2011 e no Decreto Distrital nº 34.649/2013.

14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1. Nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 119 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, serão exigidos dos licitantes os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica para a execução do objeto.

14.2. As exigências de habilitação guardam pertinência e proporcionalidade com a natureza da contratação, que envolve prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo a gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho distribuídos em diversas unidades do DETRAN-DF.

14.3. Em observância ao art. 5º da Lei nº 14.133/2021, eventuais restrições à participação encontram-se devidamente motivadas nas características técnicas e operacionais da solução, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar nº 10/2026.

14.4. Previamente à análise da habilitação, a Administração verificará a existência de impedimentos à participação e à contratação do licitante, mediante consulta aos seguintes cadastros oficiais, nos termos da legislação vigente:

14.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

14.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

14.4.3. Cadastro de Inidôneos do Tribunal de Contas da União – TCU;

14.4.4. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

14.5. A constatação de qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública implicará a inabilitação do licitante, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

14.6. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

14.7. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

14.8. Habilitação Jurídica

14.8.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do licitante:

14.8.2. No caso de empresário individual, registro comercial devidamente inscrito na Junta Comercial competente.

14.8.3. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva, bem como dos documentos de designação de seus administradores, quando aplicável.

14.8.4. No caso de sociedade simples, ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício.

14.8.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.8.6. Deverá, ainda, ser comprovada a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

14.8.7. Os documentos apresentados deverão demonstrar que o objeto social da empresa é compatível com o objeto da presente contratação.

14.8.8. A comprovação da habilitação jurídica poderá ser realizada mediante consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos da legislação vigente, assegurada à Administração a verificação da validade e regularidade das informações constantes no sistema, bem como a exigência de documentação complementar não contemplada no cadastro.

14.9. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

14.9.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação de:

I – Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta relativa a tributos

federais e à Dívida Ativa da União;

II – Prova de regularidade perante a Fazenda do Distrito Federal;

III – Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;

V – Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, quando aplicável, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

14.9.2. A comprovação da regularidade poderá ser realizada por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor – SICAF, assegurada à Administração a verificação da validade das certidões e a exigência de documentos complementares, quando necessário.

14.10. **Qualificação Econômico-financeira**

14.10.1. A qualificação econômico-financeira tem por finalidade demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto contratual de forma estável e sustentável, considerando tratar-se de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, que envolvem obrigações trabalhistas permanentes e gestão simultânea de 80 (oitenta) postos de trabalho.

14.10.2. A comprovação dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

II – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

14.10.3. Somente serão habilitadas as empresas em boa situação financeira, e esta será mensurada por intermédio da obtenção dos seguintes índices extraídos do balanço patrimonial, os quais deverão ser calculados na forma abaixo descrita, e cujo resultado terá no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

Liquidez Geral (LG)

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

Solvência Geral (SG)

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo})$$

14.10.4. Os índices deverão apresentar resultado superior a 1 (um).

14.10.5. A comprovação poderá ser realizada mediante consulta ao SICAF, quando disponível, sem prejuízo da exigência de documentação complementar, se necessário.

14.10.6. A licitante que apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices deverá comprovar patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

14.10.7. Considerando que o valor anual estimado da contratação é de **R \$ 9.318.837,24 (nove milhões, trezentos e dezoito mil oitocentos e trinta e sete reais e vinte e quatro centavos)**, o patrimônio líquido mínimo exigido, quando aplicável, corresponderá a 10% (dez por cento) desse montante, devendo sua comprovação ocorrer por meio da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitida a atualização por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

14.10.8. Deverá ser apresentada declaração, nos termos do art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, conforme modelo no Anexo VI (Modelo de Declaração de Relação de Compromissos), informando a relação de compromissos assumidos, com demonstração de que a soma do valor mensal dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido;

14.10.9. Deverá ser apresentada declaração, nos termos do art. 67, inc. III da Lei nº 14.133/2021, de que, quando da assinatura do contrato disporá de sede, filial ou escritório no Distrito Federal (DF), local no qual serão prestados os serviços, dotado de infraestrutura administrativa e técnica adequadas, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para receber e solucionar as demandas do CONTRATANTE.

14.10.10. As empresas licitantes deverão apresentar memorial de cálculo específico dos índices econômicos financeiros em referência, que deverá ser elaborado e assinado por profissional habilitado. Reserva-se ao Pregoeiro o direito de rever os cálculos, com auxílio do Serviço de Contabilidade do DETRAN-DF.

14.10.11. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar

as condições de habilitação dos licitantes.

14.11. **Qualificação Técnica**

14.11.1. A qualificação técnica tem por finalidade comprovar a aptidão da licitante para a execução de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em condições compatíveis com o porte e a complexidade do objeto.

14.11.2. Deverá ser apresentada comprovação de experiência anterior na prestação de serviços terceirizados de natureza continuada, mediante atestado(s) ou certidão(ões) emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.11.3. Os atestados deverão demonstrar a execução de serviços compatíveis em características e natureza com o objeto desta contratação, bem como experiência mínima de 3 (três) anos na gestão de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

14.11.4. Deverá ser comprovada a gestão simultânea de quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de postos previstos nesta contratação, admitido o somatório de atestados para fins de comprovação.

14.11.5. Os documentos deverão conter identificação do contratante, período de execução e descrição dos serviços prestados, podendo a Administração promover diligências para verificação de sua autenticidade e veracidade.

14.11.6. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) referir-se a serviços prestados no âmbito da(s) atividade(s) econômica(s) principal ou secundária(s), especificada(s) no contrato social vigente ou no comprovante de inscrição e de situação cadastral junto à Receita Federal do Brasil (cartão CNPJ) da licitante.

14.11.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

14.12. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional ou Certidões, expedido(s) por órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, por empresas privadas, relativo(s) à qualificação técnico-operacional, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços terceirizados, com **a alocação de pelo menos 39 (trinta e nove) postos de serviços nas dependências de terceiros.**

14.13. **Participação de Consórcios E Cooperativas**

14.13.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio na presente licitação.

14.13.2. A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão da natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços continuados de apoio administrativo com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução demanda gestão centralizada, padronização de procedimentos operacionais e responsabilidade única da contratada pela administração da força de trabalho.

14.13.3. A eventual participação de consórcios poderia acarretar fragmentação de responsabilidades, aumento da complexidade da gestão e fiscalização contratual, bem como maior risco quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e operacionais.

14.13.4. Ademais, verifica-se a existência de número significativo de empresas no mercado com capacidade técnica, operacional e econômico-financeira para executar integralmente o objeto da contratação, não se mostrando necessária a ampliação da competitividade mediante a formação de consórcios.

14.13.5. Também não será admitida a participação de cooperativas. A vedação à participação de cooperativas decorre da natureza do objeto, que envolve prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, com definição de jornada, subordinação administrativa, controle de frequência e execução contínua das atividades, características incompatíveis com o regime jurídico das sociedades cooperativas.

14.13.6. A restrição visa assegurar a regularidade das relações de trabalho, a adequada gestão contratual e a correta execução dos serviços, evitando a configuração de intermediação irregular de mão de obra.

15. **DA VIGENCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

- 15.1. O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço de natureza continuada.
- 15.2. A prorrogação contratual estará condicionada à demonstração formal, no processo administrativo, de que permanecem vantajosas as condições e os preços para a Administração, sendo admitida a negociação com o CONTRATADO, conforme autoriza o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
- 15.3. Para a formalização da prorrogação, deverão ser observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:
- 15.3.0.1. comprovação formal de que a prestação dos serviços possui natureza continuada;
- 15.3.0.2. juntada de relatório circunstanciado da execução contratual, atestando que os serviços vêm sendo prestados de forma regular e satisfatória;
- 15.3.0.3. apresentação de justificativa expressa da autoridade competente demonstrando a conveniência e o interesse público na manutenção da contratação;
- 15.3.0.4. manifestação formal do CONTRATADO quanto ao interesse na prorrogação;
- 15.3.0.5. comprovação de que o CONTRATADO mantém todas as condições de habilitação exigidas no certame;
- 15.3.0.6. análise de vantajosidade econômica, inclusive quanto à adequação dos preços praticados aos valores de mercado.
- 15.4. O CONTRATADO não possui direito subjetivo à prorrogação contratual, constituindo esta faculdade da Administração, condicionada ao interesse público e ao atendimento dos requisitos legais.
- 15.5. A prorrogação será formalizada mediante termo aditivo, previamente celebrado antes do término da vigência contratual.
- 15.6. Nas eventuais prorrogações, deverão ser reduzidos ou eliminados os custos não renováveis já pagos ou amortizados durante o primeiro período de vigência contratual, como condição para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e da vantajosidade da contratação.
- 15.7. Não será admitida a prorrogação contratual caso a CONTRATADA tenha sido penalizado com sanção de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, nos termos dos arts. 156 e 157 da Lei nº 14.133/2021, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 15.8. Da mesma forma, não será realizada a prorrogação caso a CONTRATADA esteja suspensa temporariamente de participar de licitação ou impedida de contratar com a Administração Pública, enquanto vigente a penalidade.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. O LICITANTE, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do que prevê o artigo 156 da Lei 14.133, de 2021:
- 16.1.1. advertência;
- 16.1.2. multa;
- 16.1.3. impedimento de licitar e contratar;
- 16.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 16.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 16.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 16.2.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 16.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 16.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 16.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 16.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- 16.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 16.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 16.3.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 16.3.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 16.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 16.3.4. **Multa:**
- 16.3.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
- 16.3.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 16.3.4.3. A multa compensatória será aplicada em razão da inexecução, parcial ou total, do objeto contratado e poderá ensejar a extinção do contrato nos termos do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
- 16.3.4.4. No caso de inexecução parcial do objeto, a multa compensatória será de 20% sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.3.4.5. A inexecução total do objeto do contrato implicará a aplicação de multa compensatória de 10% a 30% sobre o valor do contrato.
- 16.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 16.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 16.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 16.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 16.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 16.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.11. sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber:
- 16.12. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 16.12.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 16.12.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 16.12.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 16.12.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 16.12.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de

2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

16.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.15. O Contratante nos termos do Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021, deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

16.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS

17.1. O(s) valor(es) unitário(s) contratado(s) destinado(s) ao(s) fornecimento de uniformes poderá(ão) ser corrigidos anualmente, sendo que a demonstração analítica de alteração dos custos se dará pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data limite para apresentação das propostas, constante do ato convocatório, e o aniversário dessa data, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

17.2. $R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

17.2.1. R = Valor do reajustamento procurado;

17.2.2. V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

17.2.3. I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

17.2.4. I = Índice relativo ao mês do reajustamento

17.3. O efetivo ajuste de valor dos itens citados depende da divulgação oficial do número índice correspondente ao mês da correção, sem prejuízo da apuração das diferenças devidas pelo CONTRATANTE a partir do fato gerador descrito no mencionado item.

17.4. Caberá à CONTRATADA efetuar os cálculos de que trata os referentes acima e apresentar a respectiva memória ou planilha junto a sua solicitação formal para a correção de valores.

17.5. A periodicidade prevista neste capítulo poderá ser reduzida por legislação superveniente.

17.6. A rubrica destinada ao vale-transporte poderá ser repactuada, caso haja majoração dos custos da(s) tarifa(s) de transporte público, e o respectivo aumento implique necessariamente na oneração dos custos propostos pela CONTRATADA para respectiva rubrica, sendo que os efeitos financeiros da repactuação contratual, decorrente do aumento do custo do transporte público, devem vigorar a partir da efetiva modificação do valor de tarifa de transporte público.

17.7. Os valores referentes à mão de obra poderão ser repactuados, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

17.8. O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

17.8.1. Da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;

17.8.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

17.9. A repactuação para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade

supracitada, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da CONTRATADA, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

17.10. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

17.11. As repactuações poderão ser divididas em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade da revisão dos preços da contratação, podendo ser realizadas em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

17.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

17.12.1. A repactuação do vale-transporte deverá ser dividida em tantas quanto forem os decretos ou instrumentos equivalentes referentes à alteração no valor da tarifa de transporte público para o Distrito Federal e Goiás.

17.12.2. A repactuação para revisão do valor do contrato em razão de novo acordo, dissídio, convenção coletiva, decreto ou instrumento equivalente deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

17.12.3. No momento da repactuação do valor da mão de obra, e de acordo com a vigência da variação analítica desse custo, será atualizado também o Fator Acidentário de Prevenção (FAP), tendo em vista a sua atualização anual, conforme o disposto no art. 10 da Lei nº 10.666/2003, art. 202-A, §7º do Decreto nº 3.048/1999 e na Resolução CNP nº 1.329/2017. Entretanto, o Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GILRAT), apresentado pela CONTRATADA no momento da licitação, não será atualizado por compor o risco ordinário do negócio, uma vez que a alteração do risco da atividade econômica preponderante da empresa depende de ato volitivo (art. 72, §1º da Instrução RFB nº 971/2009).

17.13. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a CONTRATADA fica obrigada a fornecer plano de saúde aos prestadores de serviço empregados na presente contratação, caso o novo acordo, convenção ou dissídio da categoria não contenha o valor unitário destinado ao plano de saúde, adotar-se-á, como critério de atualização dessa rubrica, a variação do valor unitário do paradigma adotado, para fins do orçamento realizado pelo DETRAN-DF, quando da licitação dos serviços.

17.14. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção, dissídio coletivo, decreto ou instrumento equivalente que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

17.15. As repactuações dos preços dos serviços a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

17.16. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

17.17. A empresa CONTRATADA para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços ser corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 90, § 7º da Lei nº 14.133/2021.

17.18. As repactuações dos preços dos serviços poderão ser formalizadas por meio de termo(s) Aditivo ou por meio de apostilamento(s), e se coincidirem com a prorrogação contratual, deverão ser formalizadas por meio de termo aditivo.

17.19. Nos termos da Decisão TCDF nº 4081/2018 (Processo nº 4670/2018), a revisão contratual decorrente de mudança voluntária de regime de tributação da empresa, após a aceitação da proposta de preço no procedimento licitatório, não encontra amparo legal, dado o alcance do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza apenas a revisão decorrente de alteração da carga tributária ocorrida em razão de imposição legislativa.

18. DOS ANEXOS

18.1. São partes integrantes do presente Termo de Referência os seguintes Anexos:

- I - Anexo I - Planilha de Custos Vale Alimentação e Vale Transporte;
- II - Anexo II - Uniformes e EPIs
- III - Anexo III - Modelo de Proposta de Preços
- IV - Anexo I V - Instrumento de Medição de Resultado;
- V - Anexo V - Modelos de Declarações
- VI - Anexo VI - Modelo de Declaração de Relação de Compromissos

ANEXO I
PLANILHA DE CUSTOS VA/VT

| VALE TRANSPORTE | | | | | |
|---|---|--|---|------------------|--------------|
| Posto | Dias efetivamente trabalhados por mês (21 dias) | Ida | Volta | Valor diário | Valor mensal |
| | | cidade satélite ou entorno até Detran Sede | Detran Sede para cidade satélite ou entorno | | |
| Secretário-Executivo, Técnico em Secretariado, Recepcionista, Almojarife, Carregador e Supervisor | 21,00 | R\$ 12,05 | R\$ 12,05 | R\$ 24,10 | R\$ 506,10 |
| Observação: | | | | | |
| 1) As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. | | | | | |
| | | | | | |
| Auxílio-Alimentação | | | | | |
| Postos - Diurnos | | Dias Efetivamente Trabalhados por Mês | | Vale-alimentação | Valor Bruto |
| Secretário - Executivo / Técnico em Secretariado ¹ | | 21 | | R\$ 47,00 | R\$ 987,00 |
| Recepcionista, Almojarifado, Carregador, Supervisor | | 21 | | R\$ 46,38 | R\$ 973,98 |
| Observação: | | | | | |
| 1 | | Valores unitários calculados, conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 , celebrada entre o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Terceirizáveis do DF (SEAC-DF) e o Sindicato das Secretárias e dos Secretários do DF (SIS-DF), registrada no MTE em 14/01/2026 | | | |

| | |
|---|---|
| 2 | Valores unitários calculados, conforme Termo Aditivo a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 , celebrada entre o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporários e Serviços Terceirizáveis do DF (SINDISERVICOS/DF) e o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporários e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SEAC/DF), registrada no MTE, em 14/01/2026 |
|---|---|

ANEXO II
UNIFORME E EPIs

| SECRETÁRIA EXECUTIVA | | | | | | | |
|-------------------------|----------------------|-------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| TÉCNICO EM SECRETARIADO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| RECEPCIONISTA FEMININO | | | | | | | |
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionados em 100% PVC e impressos com alta definição | 1 | | | |
| Blazer | 2 | 1 | Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores. | 3 | | | |
| Calça / Saia | 2 | 2 | Tipo esporte fino, com zíper, na cor preta e saia na altura do joelho. | 4 | | | |

| | | | | | | | |
|------------------|---|---|---|---|--|--|--|
| Lenço | 2 | 1 | Em crepe coxhibo, tipo laço com entretela compatível com o modelo, na cor preta e o nome da empresa na cor cinza, de boa qualidade. | 3 | | | |
| Camisa Social | 2 | 2 | Em tecido VANESSA, gola com entretela compatível com o modelo, cor cinza, de boa qualidade. | 4 | | | |
| Par de sapatos | 2 | 1 | Na cor preta, de boa qualidade, de couro, tipo scarpin ou estilo boneca. | 3 | | | |
| Par de meias 3/4 | 4 | 2 | Finas, de boa qualidade, na cor preta. | 6 | | | |

RECEPCIONISTA MASCULINO

| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
|----------------|----------------------|----------------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Blazer | 2 | 1 | Na cor preta, em tecido tipo microfibra ou tiwei, de boa qualidade, forrado internamente, inclusive na manga, com emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo, com 02 bolsos inferiores. | 3 | | | |
| Calça | 2 | 2 | Calça comprida social, com zíper, com presilhas para cinto, na cor preta. | 4 | | | |
| Gravata | 2 | 1 | Em tecido 100% poliéster ou 100% seda, de boa qualidade. | 3 | | | |
| Camisa Social | 2 | 2 | Estilo social em tecido, gola com entretela, 65% poliéster e 35% algodão, na cor cinza, com botões nos punhos e emblema da empresa bordado no lado superior esquerdo. | 4 | | | |
| Par de sapatos | 2 | 1 | Tipo esporte fino, com cadarço, de couro, solado de borracha, cor preto de boa qualidade. | 3 | | | |
| Par de meias | 4 | 2 | Tecido em algodão, poliamida e elastano, de boa qualidade, na cor preta. | 6 | | | |

| ALMOXARIFE | | | | | | | |
|------------------------------------|----------------------|-------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Calça Jeans | 2 | 2 | Calça comprida confeccionada em tecido resistente, com bolsos, adequada à atividade, na cor a ser definida pela contratante. | 4 | | | |
| Camisa pólo de manga curta | 3 | 2 | Camisa pólo de mangas curtas, com abotoamento, confeccionada em malha fria, contendo o emblema da empresa, na cor a ser definida pela contratante. | 5 | | | |
| Botina de couro c/ biqueira de aço | 1 | 1 | Bico de aço com proteção contra impacto de até 200 J e compressão de até 15 kN; Couro relax legítimo com costura dupla – mais resistência e durabilidade; Solado PU monodensidade com sistema antipronação e excelente aderência; Forração interna com tecido de alta absorção – conforto térmico e respirabilidade; Atende às normas ABNT NBR ISO 20344:2015 e 20345:2015; CA 17138 – aprovado para riscos mecânicos e escorregamento (SB e SRA); | 2 | | | |
| par de meia de algodão | 6 | 6 | Conjunto de 6 pares de meias esportivas brancas projetadas para uso diário versátil e atividades esportivas; | 12 | | | |
| | | | TAMANHO UNIVERSAL: Serve na maioria dos tamanhos de pés adultos 37-42, proporcionando um ajuste confortável para homens e mulheres; | | | | |
| | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|--|--|--|
| branca | | | DESIGN COM CANELADO: Apresenta um punho canelado clássico que ajuda a manter as meias no lugar sem escorregar durante as atividades | | | | |
| | | | AJUSTE CONFORTÁVEL: Estilo de cano médio proporciona conforto ideal para uso diário | | | | |
| Par de Luvas tricotadas anti-corte com palma em poliuretano | 3 | 3 | Luva de segurança tricotada com resistência ao corte (TDM), confeccionada em fibras sintéticas, fios de elastano e polietileno de alta performance, revestimento da palma, face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU) antiderrapante, resistente ao calor de contato, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. | 6 | | | |
| Óculos de Segurança | 1 | 1 | Óculos de segurança, com visor, apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça. | 2 | | | |
| | | | Visor e hastes em policarbonato incolor ou cinza. Leve e envolvente, se acomoda de forma confortável no rosto. | | | | |

| CARREGADOR | | | | | | | |
|-------------|----------------------|-------------|--|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre | | | | | |
| | | Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |
| Calça Jeans | 2 | 2 | Calça comprida confeccionada em tecido resistente, com bolsos, adequada à atividade, na cor a ser definida pela contratante. | 4 | | | |

| | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|---|--|----|--|--|--|
| Camisa pólo de manga curta | 2 | 2 | Camisa pólo de mangas curtas, com abotoamento, confeccionada em malha fria, contendo o emblema da empresa, na cor a ser definida pela contratante. | 5 | | | |
| Botina de couro c/ biqueira de aço | 1 | 1 | Bico de aço com proteção contra impacto de até 200 J e compressão de até 15 kN; Couro relax legítimo com costura dupla – mais resistência e durabilidade; Solado PU monodensidade com sistema antipronação e excelente aderência; Forração interna com tecido de alta absorção – conforto térmico e respirabilidade; Atende às normas ABNT NBR ISO 20344:2015 e 20345:2015; CA 17138 – aprovado para riscos mecânicos e escorregamento (SB e SRA); | 2 | | | |
| Kit 06 pares meia de algodão branca | 6 | 6 | Conjunto de 6 pares de meias esportivas brancas projetadas para uso diário versátil e atividades esportivas; | 12 | | | |
| | | | TAMANHO UNIVERSAL: Serve na maioria dos tamanhos de pés adultos 37-42, proporcionando um ajuste confortável para homens e mulheres; | | | | |
| | | | DESIGN COM CANELADO: Apresenta um punho canelado clássico que ajuda a manter as meias no lugar sem escorregar durante as atividades | | | | |
| | | | AJUSTE CONFORTÁVEL: Estilo de cano médio proporciona conforto ideal para uso diário | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|----|--|--|--|
| Par de Luvas tricotadas anti-corte com palma em poliuretano | 6 | 6 | Luva de segurança tricotada com resistência ao corte (TDM), confeccionada em fibras sintéticas, fios de elastano e polietileno de alta performance, revestimento da palma, face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU) antiderrapante, resistente ao calor de contato, punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. | 12 | | | |
| Óculos de Segurança | 1 | 1 | Óculos de segurança, com visor, apoio nasal e proteção lateral injetados em uma mesma peça. | 2 | | | |
| | | | Visor e hastes em policarbonato incolor ou cinza. Leve e envolvente, se acomoda de forma confortável no rosto. | | | | |
| Cinta lombar c/ suspensórios | 1 | 1 | Confeccionado em elástico de altíssima qualidade, com costura em nylon de alta resistência que garante durabilidade. | 2 | | | |
| | | | Suspensórios em elástico com baixa densidade e ajustáveis com passadores. | | | | |
| | | | Elástico reforçado com Hastes duplas na região lombar para evitar deformação da faixa lombar. | | | | |

| SUPERVISOR | | | | | | | |
|------------|----------------------|----------------------|---|--------------|---------------------------|----------------|-----------------|
| ITEM | Quantidade por posto | | Especificações | Qtd. Por Ano | VI. Unitário de Aquisição | Subtotal Anual | Subtotal Mensal |
| | Inicial / Anual | Semestre Subsequente | | | | | |
| Crachá | 1 | 0 | Confeccionado em 100% PVC e impresso com alta definição | 1 | | | |

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO AO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

A Empresa , inscrita no CNPJ(CGC)/MF sob nº instalada na (endereço completo), *telefone, fax e endereço eletrônico* (e-mail), apresenta proposta para:

| Posto | Qtd | Valor Unitário | Valor Mensal | Valor Anual | Valor 36 meses |
|-------------------------|-----------|----------------|--------------|--------------|----------------|
| Secretária Executiva | 10 | | | | |
| Técnico em Secretariado | 41 | | | | |
| Recepcionista | 23 | | | | |
| Almoxarife | 2 | | | | |
| Carregador | 2 | | | | |
| Supervisor | 2 | | | | |
| TOTAL | 80 | | R\$ - | R\$ - | R\$ - |

a) Validade da Proposta: dias (não inferior a 60 dias).

b) Os Pagamentos deverão ser efetuados no Banco Agência Conta Corrente nº .

Obs.: As empresas que possuem sede, filiais ou representações no Distrito Federal com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), os pagamentos serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do contratado junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Dessa forma deverão indicar número da conta corrente a agência do BRB, em cumprimento ao disposto Decreto nº 32.767 de 17 de fevereiro de 2011.

c) Declaramos que na nossa proposta os valores apresentados englobam todas as despesas com tributos, impostos, contribuições fiscais, parafiscais ou taxas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, que incidam direta ou indiretamente no valor dos serviços cotados que venham a onerar o objeto desta licitação.

d) Declaramos que os prazos serão os indicados ou os solicitados na forma do Termo de Referência e Edital.

e) Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Data da Proposta

Nome, RG/CPF e assinatura do representante da empresa Identificação do Cargo

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

18.2. Os serviços terceirizados de apoio administrativo, a serem executados nas dependências das unidades do DETRAN-DF, estarão sujeitos à aplicação do presente Instrumento de Medição de Resultados (IMR) .

18.3. O presente IMR é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações e verificações periódicas à cargo da fiscalização do contrato (técnica, administrativa e pelo público usuário).

18.4. A meta a ser atingida pela empresa é de 100%, isto é, espera-se que a empresa obtenha o Fator de Qualidade = 100%, para que receba integralmente a remuneração pelos serviços prestados.

18.5. Cálculo do Valor Final da Fatura Mensal a ser pago pelo Contratante (VF)

$$VF = VM \times FQ;$$

18.6. Onde:

VF: Valor Final da Fatura Mensal a ser pago pelo CONTRATANTE;
 VM: Valor da Medição relativa aos serviços / fornecimento;
 FQ: Fator de Qualidade (%);

18.7. O efeito da aplicação do FQ é variável de acordo com a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, a ser avaliada, e poderá reduzir em até 4,5 % (quatro inteiros e cinco décimos por cento) o valor final da Fatura Mensal a ser pago pelo CONTRANTE (VF)

18.8. O Fator de Qualidade (FQ) será obtido por meio de apuração de pontos correspondentes a acontecimentos no mês de referência, conforme tabela abaixo. Essa apuração ficará a cargo da fiscalização setorial do contrato que efetuará em registro por meio do Sistema de Fiscalização de Contratos Corporativos, adotado pelo DETRAN-DF como instrumento de fiscalização dos Fiscais Setoriais.

18.9. Durante os primeiros 3 (três) meses de contrato, a título de carência para que a CONTRATADA efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, o Valor de Fatura não sofrerá incidência do Fator de Qualidade (FQ). Nesses meses o Valor de Fatura será igual ao Valor de Medição, ressalvadas eventuais glosas e penalidades.

18.10. Ao final de cada período avaliativo, o CONTRATANTE apresentará um relatório de avaliação da qualidade, em que constará, devidamente fundamentado, o FQ obtido pela empresa no período. A partir do recebimento do relatório, caso deseje, a CONTRATADA terá 3 (três) dias úteis para apresentar justificativas para as falhas, as quais deverão ser analisadas e respondidas pelo CONTRATANTE.

18.11. As notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, referentes ao faturamento dos serviços deverão observar a aplicação do FQ, a fim de evitar a retenção de impostos a mais pela Administração.

18.12.

| Requisitos de apuração dos requisitos | | | |
|--|---------------------------------------|---------------------------|------------------------------|
| Item | Descrição da avaliação | Fator de Qualidade | Conceito de qualidade |
| 1 | Somatório ≤ 20 pontos | 100% | Ótimo |
| 2 | Somatório entre $> 20 \leq 35$ pontos | 98,50% | Satisfatório |
| 3 | Somatório entre $> 35 \leq 60$ pontos | 97,00% | Regular |
| 4 | Somatório > 60 pontos | 95,50% | Ruim |

18.13. Constam a seguir os tipos de falhas de acordo com as respectivas categorias:

| Item | Ocorrências | Pontos |
|-------------|---|---------------|
| 1 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Secretário - Executivo (item 4.6.1) | 15 |
| 2 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Técnico Secretariado (item 4.6.2) | 15 |
| 3 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Recepcionista (item 4.6.3) | 10 |
| 4 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Almoxarife (item 4.6.4) | 5 |
| 5 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Carregador (item 4.6.5) | 5 |
| 6 | Não cumprimento das atividades e obrigações especificadas para o posto de Supervisor (item 4.6.6) | 15 |

ANEXO V
MODELOS DE DECLARAÇÕES

1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N.º 39.860/2019

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14

da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....

(Local data)

.....

(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone/fax nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto da Dispensa Eletrônica nº /2024 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.

Brasília (DF), de de .

.....

(representante)

3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone/fax nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes do FORNECEDOR/CONTRATADO, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que o FORNECEDOR/CONTRATADO fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), de de .

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA (SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 429 DA CLT

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone (), por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

5. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/21

Contratação Direta **OU** Dispensa Eletrônica nº/202X Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone ()_, por intermédio do seu representante legal Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

.....
(Local data)

.....
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RELAÇÃO DE COMPROMISSOS

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

| Nome do Órgão / Empresa | Nº / Ano do Contrato | Resumo do objeto | Valor Mensal do Contrato |
|----------------------------------|----------------------|------------------|--------------------------|
| Valor Total Mensal dos Contratos | | | |

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

19.1. O foro para dirimir questões relativas a este Termo de Referência e ao respectivo Edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.2. Os recursos contra os atos do Contratante, que ensejarem penalidades, deverão obedecer ao que dispõe o Decreto Distrital nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelos Decretos Distritais nº 26.993 de 12 de julho de 2006 e nº 27.069 de 14 de agosto de 2006, e subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/93.

19.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da CONTRATADA ou por procurador legalmente habilitado. Na contagem dos prazos será excluído o dia de começo e incluído o dia do final, prorrogando-os automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente, quando recair em data em que não haja expediente nas repartições públicas.



Documento assinado eletronicamente por **ERANDI DA CRUZ SILVA - Matr.0001171-1, Gerente de Desenvolvimento, Atenção e Bem-Estar**, em 21/05/2026, às 14:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THALITA PEREIRA SALES - Matr.1725430-2, Assessor(a) Especial**, em 21/05/2026, às 14:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **203613757** código CRC= **6E0318E7**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 - DF
Telefone(s): 34483803 / 34485037
Site - www.detran.df.gov.br

00055-00002669/2026-66

Doc. SEI/GDF 203613757

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SUPERVISOR - CBO 4141 40H | | | |
|---|---|-------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | | 36 |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 10 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 14/01/2026 |
| 5 | Quantidade (nº postos) | | 10 |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base | | R\$ 3.542,54 |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | | R\$ 3.542,54 |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 295,21 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 393,62 |
| Subtotal | | 19,44% | R\$ 688,83 |
| C | Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º | 7,16% | R\$ 253,49 |
| Total | | 26,60% | R\$ 942,32 |
| | | | |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 4.484,86 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 708,51 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 88,56 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 3,00% | R\$ 106,28 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 53,14 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 35,43 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 21,26 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 7,09 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 283,40 |
| Total | | 36,80% | R\$ 1.303,65 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ | 506,10 |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ | 212,55 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ | 973,98 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ | 14,28 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ | 209,40 |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| E | Seguro de vida | R\$ | 3,78 |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ | 1.494,99 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,62 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,11 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,73 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ | 942,32 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ | 1.303,65 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ | 1.494,99 |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ | 2,73 |
| TOTAL | | R\$ | 3.743,69 |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | R\$ 16,38 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | R\$ 1,31 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 2,00% | R\$ 70,85 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | R\$ 68,73 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | R\$ 25,29 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 2,00% | R\$ 70,85 |
| Total | | 7,15% | R\$ 253,41 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade. que terá | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intrajornada | | | |
| 4.2 | Intrajornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ | - |
| 4.2 | Intrajornada | R\$ | - |
| Total | | R\$ | - |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ | 1,29 |
| B | Materiais | R\$ | - |
| C | Equipamentos | R\$ | - |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ | 1,29 |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 4,50% | R\$ 339,34 |

| | | | | |
|---|---|--------|----------|----------|
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20,4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 3,75% | R\$ | 295,51 |
| C | Tributos | 14,25% | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ | 157,32 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ | 724,62 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ | 476,72 |
| Total | | 22,50% | R\$ | 1.993,51 |
| Calculo do Percentual do BDI | | 26,44% | | |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ | 3.542,54 | |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ | 3.743,69 | |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ | 253,41 | |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ | - | |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ | 1,29 | |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ | 7.540,93 | |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ | 1.993,51 | |
| Valor Total Mensal do Empregado | | | R\$ | 9.534,44 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 70,65% | | |

| | | | |
|---|-------------------------|---------------|----------------|
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 9.534,44 |
| B | Valor mensal do posto | 2 | R\$ 19.068,88 |
| C | Valor anual da proposta | 10 | R\$ 228.826,62 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CARREGADOR - CBO 40H | | | |
|---|---|----------------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília | |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS | |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 | |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 | |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 10 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA | |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 | |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 10 | |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | |
| A | Salário Base | R\$ 1.862,09 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | R\$ 1.862,09 | |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 155,17 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 206,90 |
| Subtotal | | 19,44% | R\$ 362,07 |
| C | Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º | 7,16% | R\$ 133,24 |
| Total | | 26,60% | R\$ 495,32 |
| | | | |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 2.357,41 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 372,42 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 46,55 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 3,00% | R\$ 55,86 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 27,93 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 18,62 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 11,17 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 3,72 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 148,97 |
| Total | | 36,80% | R\$ 685,25 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ | 506,10 |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ | 111,73 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ | 973,98 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ | 14,28 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ | 209,40 |

| | | | |
|---|---|--|-------------|
| E | Seguro de vida | R\$ | 3,78 |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ | 1.595,81 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 1,38 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,06 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 1,44 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13° salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao perído de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ | 495,32 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ | 685,25 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ | 1.595,81 |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ | 1,44 |
| TOTAL | | R\$ | 2.777,82 |
| | | | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | R\$ 8,61 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | R\$ 0,69 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 2,00% | R\$ 37,24 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | R\$ 36,12 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | R\$ 13,29 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 2,00% | R\$ 37,24 |
| Total | | 7,15% | R\$ 133,20 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Nao sera exigida a reposicao do profissional ausente nas seguintes hipoteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intrajornada | | | |
| 4.2 | Intrajornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ | - |
| 4.2 | Intrajornada | R\$ | - |
| Total | | R\$ | - |
| | | | |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ | 105,75 |
| B | Materiais | R\$ | - |
| C | Equipamentos | R\$ | - |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ | 105,75 |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 4,50% | R\$ 219,55 |

| | | | | |
|---|---|--------|----------|----------|
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20,4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 3,75% | R\$ | 191,19 |
| C | Tributos | 14,25% | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ | 101,78 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ | 468,82 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ | 308,43 |
| Total | | 22,50% | R\$ | 1.289,77 |
| Calculo do Percentual do BDI | | 26,44% | | |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ | 1.862,09 | |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ | 2.777,82 | |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ | 133,20 | |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ | - | |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ | 105,75 | |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ | 4.878,86 | |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ | 1.289,77 | |
| Valor Total Mensal do Empregado | | | R\$ | 6.168,63 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 70,65% | | |

| | | | | |
|---|-------------------------|---------------|-------|------------|
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | | |
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor | |
| A | Valor Unitário | | R\$ | 6.168,63 |
| B | Valor mensal do posto | 2 | R\$ | 12.337,25 |
| C | Valor anual da proposta | 2 | R\$ | 148.047,04 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ALMOXARIFE - CBO 4141 40H | | | |
|---|---|-------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | | 36 |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 10 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 14/01/2026 |
| 5 | Quantidade (nº postos) | | 10 |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base | | R\$ 2.749,17 |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | | R\$ 2.749,17 |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 229,10 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 305,46 |
| Subtotal | | 19,44% | R\$ 534,56 |
| C | Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º | 7,16% | R\$ 196,72 |
| Total | | 26,60% | R\$ 731,28 |
| | | | |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 3.480,45 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 549,83 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 68,73 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 3,00% | R\$ 82,48 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 41,24 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 27,49 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 16,50 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 5,50 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 219,93 |
| Total | | 36,80% | R\$ 1.011,69 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ | 506,10 |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ | 164,95 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ | 973,98 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ | 14,28 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ | 209,40 |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| E | Seguro de vida | R\$ | 3,78 |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ | 1.542,59 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,04 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,08 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,12 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ | 731,28 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ | 1.011,69 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ | 1.542,59 |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ | 2,12 |
| TOTAL | | R\$ | 3.287,68 |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | R\$ 12,71 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | R\$ 1,02 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 2,00% | R\$ 54,98 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | R\$ 53,33 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | R\$ 19,63 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 2,00% | R\$ 54,98 |
| Total | | 7,15% | R\$ 196,66 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intrajornada | | | |
| 4.2 | Intrajornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ | - |
| 4.2 | Intrajornada | R\$ | - |
| Total | | R\$ | - |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ | 82,33 |
| B | Materiais | R\$ | - |
| C | Equipamentos | R\$ | - |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ | 82,33 |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |

| | | | | |
|---|---|--------|----------|----------|
| A | Despesas administrativas/operacionais | 4,50% | R\$ | 284,21 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20,4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 3,75% | R\$ | 247,50 |
| C | Tributos | 14,25% | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ | 131,76 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ | 606,90 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ | 399,27 |
| Total | | 22,50% | R\$ | 1.669,65 |
| Calculo do Percentual do BDI | | 26,44% | | |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ | 2.749,17 | |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ | 3.287,68 | |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ | 196,66 | |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ | - | |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ | 82,33 | |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ | 6.315,84 | |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ | 1.669,65 | |
| Valor Total Mensal do Empregado | | | R\$ | 7.985,49 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 70,65% | | |

| | | | |
|---|-------------------------|---------------|----------------|
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 7.985,49 |
| B | Valor mensal do posto | 2 | R\$ 15.970,98 |
| C | Valor anual da proposta | 2 | R\$ 191.651,77 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - RECEPCIONISTA - CBO 4221 40H | | | |
|---|---|-------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | | TERMO ADITIVO SINDSERVIÇOS |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | | 36 |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 23 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 14/01/2026 |
| 5 | Quantidade (nº postos) | | 23 |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base | | R\$ 2.749,17 |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | | R\$ 2.749,17 |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 229,10 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 305,46 |
| Subtotal | | 19,44% | R\$ 534,56 |
| C | Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º | 7,16% | R\$ 196,72 |
| Total | | 26,60% | R\$ 731,28 |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 3.480,45 |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 549,83 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 68,73 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho (RATXFAP) | 3,00% | R\$ 82,48 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 41,24 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 27,49 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 16,50 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 5,50 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 219,93 |
| Total | | 36,80% | R\$ 1.011,69 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ | 506,10 |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ | 164,95 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ | 973,98 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ | 14,28 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ | 209,40 |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| E | Seguro de vida | R\$ | 3,78 |
| F | Auxílio Creche | | |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ | 1.542,59 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,04 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,08 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,12 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao período de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ | 731,28 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ | 1.011,69 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ | 1.542,59 |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ | 2,12 |
| TOTAL | | R\$ | 3.287,68 |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | R\$ 12,71 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | R\$ 1,02 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 2,00% | R\$ 54,98 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | R\$ 53,33 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | R\$ 19,63 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 2,00% | R\$ 54,98 |
| Total | | 7,15% | R\$ 196,66 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intrajornada | | | |
| 4.2 | Intrajornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ | - |
| 4.2 | Intrajornada | R\$ | - |
| Total | | R\$ | - |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ | 285,97 |
| B | Materiais | R\$ | - |
| C | Equipamentos | R\$ | - |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ | 285,97 |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 4,50% | R\$ 293,38 |

| | | | | |
|---|---|--------|-------|----------|
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20,4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 3,75% | R\$ | 255,48 |
| C | Tributos | 14,25% | | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ | 136,01 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ | 626,47 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ | 412,15 |
| Total | | 22,50% | R\$ | 1.723,48 |
| Calculo do Percentual do BDI | | 26,44% | | |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ | 2.749,17 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ | 3.287,68 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ | 196,66 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ | - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ | 285,97 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | | R\$ | 6.519,48 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ | 1.723,48 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | | R\$ | 8.242,96 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 70,65% | | |

| | | | |
|---|-------------------------|---------------|------------------|
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 8.242,96 |
| B | Valor mensal do posto | 23 | R\$ 189.588,18 |
| C | Valor anual da proposta | 23 | R\$ 2.275.058,16 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS -TECNICO EM SECRETARIADO- CBO 3515 40H | | | |
|---|---|----------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | Brasília | |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | TERMO ADITIVO SEAC | |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | 2026 | |
| E | Nº de meses de execução contratual | 36 | |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 41 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | SECRETÁRIA EXECUTIVA | |
| 2 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 3 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | APOIO ADMINISTRATIVO | |
| 4 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | 14/01/2026 | |
| 5 | Quantidade (nº postos) | 41 | |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | Valor (R\$) | |
| A | Salário Base | R\$ 3.280,70 | |
| B | Adicional de periculosidade | | |
| C | Adicional de insalubridade | | |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | |
| E | Hora noturna adicional | | |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | |
| G | Outros (especificar) | | |
| Total da Remuneração | | R\$ 3.280,70 | |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 273,39 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 364,52 |
| Subtotal | | 19,44% | R\$ 637,91 |
| C | Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º | 7,16% | R\$ 234,75 |
| Total | | 26,60% | R\$ 872,67 |
| | | | |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | R\$ 4.153,37 | |
| | | | |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 656,14 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 82,02 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 3,00% | R\$ 98,42 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 49,21 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 32,81 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 19,68 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 6,56 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 262,46 |
| Total | | 36,80% | R\$ 1.207,30 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ 506,10 | |

| | | | |
|--|---|--|-------------|
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ | 196,84 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ | 987,00 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ | 14,25 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ | 212,00 |
| E | Seguro de vida | R\$ | 3,78 |
| F | Auxílio Creche | R\$ | 282,15 |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ | 1.808,44 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. Quanto ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 2,43 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,10 |
| Total Afastamento-Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 2,53 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ | 872,67 |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ | 1.207,30 |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ | 1.808,44 |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ | 2,53 |
| TOTAL | | R\$ | 3.890,93 |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | R\$ 15,17 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | R\$ 1,21 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 2,00% | R\$ 65,61 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | R\$ 63,65 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | R\$ 23,42 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 2,00% | R\$ 65,61 |
| Total | | 7,15% | R\$ 234,68 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intraornada | | | |
| 4.2 | Intraornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | | |
| Total | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ | - |
| 4.2 | Intraornada | R\$ | - |
| Total | | R\$ | - |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ | 1,29 |
| B | Materiais | R\$ | - |

| | | | |
|---|---|--------|--------------|
| C | Equipamentos | R\$ | - |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ | 1,29 |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 4,50% | R\$ 333,34 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20,4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 3,75% | R\$ 290,29 |
| C | Tributos | 14,25% | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 154,54 |
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ 711,81 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ 468,29 |
| Total | | 22,50% | R\$ 1.958,26 |
| Calculo do Percentual do BDI | | 26,44% | |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | | (R\$) |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | R\$ | 3.280,70 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | R\$ | 3.890,93 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | R\$ | 234,68 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | R\$ | - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | R\$ | 1,29 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | R\$ | 7.407,60 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | R\$ | 1.958,26 |
| Valor Total Mensal do Empregado | | R\$ | 9.365,87 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 70,65% | |

| | | | |
|---|-------------------------|---------------|------------------|
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | |
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor |
| A | Valor Unitário | | R\$ 9.365,87 |
| B | Valor mensal do posto | 41 | R\$ 384.000,56 |
| C | Valor anual da proposta | 41 | R\$ 4.608.006,70 |

| PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS -SECRETÁRIA EXECUTIVA - CBO 2523 40H | | | |
|---|---|-------------------|-------------------------------|
| | | | |
| Nº do Processo | 00055.00002669/2026-66 | | |
| Nº da Licitação | | | |
| Empresa | | | |
| | | | |
| Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação) | | | |
| A | Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano) | | |
| B | Município/UF | | Brasília |
| C | CCT (REFERÊNCIA) | | TERMO ADITIVO SEAC/SIS-DF |
| D | Ano, Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo | | 2026 |
| E | Nº de meses de execução contratual | | 36 |
| | | | |
| Identificação do Serviço | | | |
| TIPO DE SERVIÇO | | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MENSAL A CONTRATAR |
| APOIO ADMINISTRATIVO | | Posto | 10 |
| | | | |
| Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra | | | |
| 1 | Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas) | | SECRETÁRIA EXECUTIVA |
| 2 | Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) | | 2523 |
| 3 | Salário baseado nas médias das Pesquisas de Preço | | |
| 4 | Categoria profissional (vinculada à execução contratual) | | APOIO ADMINISTRATIVO |
| 5 | Data base da categoria (dia/mês/ano) | | 14/01/2026 |
| | | | |
| MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO | | | |
| I | Composição da Remuneração | | Valor (R\$) |
| A | Salário Base | | R\$ 6.256,66 |
| B | Adicional de periculosidade | | R\$ - |
| C | Adicional de insalubridade | | R\$ - |
| D | Adicional Noturno + Prorrogação Jornada Noturna | | R\$ - |
| E | Hora noturna adicional | | R\$ - |
| F | Feriado Trabalhado (Súmula 444 TST) | | R\$ - |
| G | Outros (especificar) | | R\$ - |
| Total da Remuneração | | | R\$ 6.256,66 |
| Considerando que a atividade será exercida em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, será atribuído valor ZERO aos itens B a G | | | |
| | | | |
| MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | % | Valor (R\$) |
| A | 13º Salário | 8,33% | R\$ 521,39 |
| B | Férias e Adicional de Férias | 11,11% | R\$ 695,18 |
| Subtotal | | 19,44% | R\$ 1.216,57 |
| C | Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º | 7,16% | R\$ 447,70 |
| Total | | 26,60% | R\$ 1.664,27 |
| | | | |
| Total - Módulo 1 + 2.1 | | | R\$ 7.920,93 |
| | | | |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições. | | | |
| 2.2 | Encargos previdenciários e FGTS | % | Valor (R\$) |
| A | INSS | 20,00% | R\$ 1.251,33 |
| B | Salário Educação | 2,50% | R\$ 156,42 |
| C | Seguro Acidente do Trabalho | 3,00% | R\$ 187,70 |
| D | SESI OU SESC | 1,50% | R\$ 93,85 |
| E | SENAI OU SENAC | 1,00% | R\$ 62,57 |
| F | SEBRAE | 0,60% | R\$ 37,54 |
| G | INCRA | 0,20% | R\$ 12,51 |
| H | FGTS | 8,00% | R\$ 500,53 |
| Total | | 36,80% | R\$ 2.302,45 |
| A empresa deverá preencher o item C com seu SAT ajustado, conforme GFIP | | | |
| Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários. | | | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| A | Transporte | R\$ | 506,10 |
| A.1 | Desconto Transporte | -R\$ | 375,40 |
| B | Auxílio-Refeição/Alimentação | R\$ | 987,00 |
| C | Assistência Odontológica | R\$ | 14,25 |
| D | Assistência médica e familiar | R\$ | 212,00 |

| | | | |
|---|---|--|-------------|
| E | Seguro de vida | R\$ | 3,78 |
| F | Auxílio Creche | R\$ | 282,15 |
| Total de benefícios mensais e diários | | R\$ | 1.629,88 |
| As licitantes poderão cotar valores inferiores para o vale-transporte, o que não exime o cumprimento do disposto na Lei nº 7.418/1985. QuantO ao Auxílio Creche a Contratada deverá encaminhar comprovante da concessão e pagamento do benefício ao trabalhador (a) | | | |
| Submódulo 2.4 - Afastamento-Maternidade | | | |
| A | Férias Proporcionais ao Afastamento-Maternidade | 0,07% | R\$ 4,63 |
| B | Incidência do submódulo 2.2 sobre as Férias Proporcionais | 0,03% | R\$ 0,19 |
| Total Afastamento Maternidade - Submódulo 2.4 | | 0,10% | R\$ 4,82 |
| O salário referente ao período de licença maternidade é coberto pela previdência social, inclusive a gratificação natalina respectiva (13º salário - art. 86 da IN RFB Nº 971/09), de modo que o salário do substituto e o décimo terceiro respectivo já consta na planilha de custos. Contudo, a previdência social não cobre a remuneração de férias proporcional ao perído de licença. Estima-se que 2% das empregadas se afastam por licença maternidade por ano. | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | |
| 2 | Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | Valor (R\$) | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias | R\$ 1.664,27 | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | R\$ 2.302,45 | |
| 2.3 | Benefícios Mensais e Diários | R\$ 1.629,88 | |
| 2.4 | Afastamento Maternidade | R\$ 4,82 | |
| TOTAL | | R\$ 5.601,43 | |
| | | | |
| MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO | | | |
| 3 | Provisão para Rescisão | % | Valor (R\$) |
| A | Aviso Prévio Indenizado | 0,46% | R\$ 28,94 |
| B | Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 0,04% | R\$ 2,31 |
| C | Multa FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado | 2,00% | R\$ 125,13 |
| D | Aviso Prévio Trabalhado | 1,94% | R\$ 121,38 |
| E | Incidência do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado | 0,71% | R\$ 44,67 |
| F | Multa FGTS do Aviso Prévio Trabalhado | 2,00% | R\$ 125,13 |
| Total | | 7,15% | R\$ 447,57 |
| Nota: em atendimento ao Acórdão nº 1.186/2017 - Plenário, a Administração, a parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo da prorrogação do contrato, conforme a Lei 12.506/2011. | | | |
| | | | |
| MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DE PROFISSIONAL AUSENTE | | | |
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | % | Valor (R\$) |
| A | Férias | Não será exigida a reposição do profissional ausente nas seguintes hipóteses de afastamento do trabalhador: a) férias; b) licença - paternidade; c) outras ausências legais; d) aviso prévio trabalhado; e) ausência por doença nos primeiros 15 (quinze) dias; e f) ausência por acidente de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias; razão pela qual ao módulo 4 do custo direto da mão de obra desse posto é atribuído o valor ZERO. Essa questão não se aplica a hipótese de reposição devido ao afastamento maternidade, que terá rubrica própria (Submódulo 2.4) | |
| B | Ausência Legais | | |
| C | Licença Paternidade | | |
| D | Ausências Maternidade | | |
| E | Ausência por Acidente de trabalho | | |
| Total | | | |
| Submódulo 4.2 - Intrajornada | | | |
| 4.2 | Intrajornada | Valor (R\$) | |
| A | Intervalo para repouso e alimentação | R\$ - | |
| Total | | | |
| | | | |
| Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição de Profissional Ausente | | | |
| 4 | Custo de Reposição do Profissional Ausente | Valor (R\$) | |
| 4.1 | Ausências Legais | R\$ - | |
| 4.2 | Intrajornada | R\$ - | |
| Total | | R\$ - | |
| | | | |
| MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS | | | |
| 5 | Insumos diversos | Valor (R\$) | |
| A | Uniformes/EPIs | R\$ 1,29 | |
| B | Materiais | R\$ - | |
| C | Equipamentos | R\$ - | |
| D | Outros (especificar) | | |
| Total de Insumos Diversos | | R\$ 1,29 | |
| | | | |
| MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO | | | |
| 5 | Custos Indiretos, Tributos e Lucro | % | Valor (R\$) |
| A | Despesas administrativas/operacionais | 4,50% | R\$ 553,81 |
| B | Lucro Bruto (incluso CSLL e IRPJ no lucro bruto, conforme Decisões nºs 5.276/17, 867/20,4.226/20, 165/21 e 3.485/22-TCDF) | 3,75% | R\$ 482,28 |
| C | Tributos | 14,25% | |
| C.1 | PIS | 1,65% | R\$ 256,75 |

| | | | | |
|---|--|---------------|-------|--------------|
| C.2 | COFINS | 7,60% | R\$ | 1.182,59 |
| C.3 | ISS | 5,00% | R\$ | 778,02 |
| Total | | 22,50% | R\$ | 3.253,45 |
| Calculo em Percentual do BDI | | 26,44% | | |
| O presente orçamento foi elaborado tendo por base o regime de tributação pelo Lucro Real. Na formulação de sua proposta, o licitante deverá ainda informar e observar: o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, de acordo com as Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, e demais legislação tributária aplicável ao caso concreto. | | | | |
| Quadro-Resumo do Custo por Empregados | | | | |
| Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado) | | | (R\$) | |
| A | Módulo 1 - Composição da Remuneração | | R\$ | 6.256,66 |
| B | Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | R\$ | 5.601,43 |
| C | Módulo 3 - Provisão para Rescisão | | R\$ | 447,57 |
| D | Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | R\$ | - |
| E | Módulo 5 - Insumos Diversos | | R\$ | 1,29 |
| Subtotal (A + B + C + D + E): | | | R\$ | 12.306,94 |
| F | Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro | | R\$ | 3.253,45 |
| | | | | |
| Valor Total Mensal do Empregado | | | R\$ | 15.560,39 |
| TOTAL DO ENCARGOS SOCIAIS | | 70,65% | | |
| | | | | |
| QUADRO DEMONSTRATIVO - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA | | | | |
| | Descrição | Qtd de Postos | Valor | |
| A | Valor Unitário | | R\$ | 15.560,39 |
| B | Valor mensal do posto | 10 | R\$ | 155.603,88 |
| C | Valor anual da proposta | 10 | R\$ | 1.867.246,57 |



Governo do Distrito Federal

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Coordenação de Contratações Públicas

Gestão de Contratos e Convênios

MINUTA

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

* MINUTA DE DOCUMENTO

Contrato de Prestação de Serviços nº XX/20XX

QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF E A EMPRESA XXXXXX.

Processo nº XXXXXXXX

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF, autarquia distrital de regime especial, criada pela Lei nº 5.942, de 18 de novembro de 1973, e estruturada pelo Decreto nº 2.766, de 06 de fevereiro de 1974, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913, Bloco D, Asa Sul, CEP 70.390-135, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, XXXXXX, CPF nº XXXXXX, CI nº XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa (XXXX), inscrita no CNPJ sob o nº (XXXX), com sede no (XXXX), neste ato representada por seu representante legal, (XXXX) conforme atos constitutivos, doravante denominada CONTRATADA. As partes celebram o presente ajuste, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 00055-00002669/2026-66, o Termo de Referência XX/2026 (XXXXXX), o Edital do Pregão Eletrônico nº (XXXX), a Proposta da Contratada (XXXX), a Disponibilidade Orçamentária nº (XXXX), a Nota UCI nº (XXXX) e o Parecer Jurídico/PROJUR nº (XXXX), em observância à Lei nº 14.133/2021, ao Decreto Distrital nº 44.330/2023 e demais normas aplicáveis, mediante as cláusulas a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação contínua de serviços administrativos de apoio com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme quadro abaixo e especificações detalhadas no Termo de Referência SEI nº 196564611(Anexo I), a serem executados nas unidades do DETRAN-DF.

| Posto de Trabalho | CBO | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Mensal (R\$) | Valor Anual (R\$) | Valor Total 36 meses (R\$) |
|-------------------------|---------|------------|----------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| Secretária Executiva | 2523-05 | 10 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |
| Técnico em Secretariado | 3515-05 | 41 | xxxx | xxxx | xxxx | xxxx |

| Posto de Trabalho | CBO | Quantidade | Valor Unitário (R\$) | Valor Mensal (R\$) | Valor Anual (R\$) | Valor Total 36 meses (R\$) |
|--------------------|---------|------------|----------------------|--------------------|-------------------|----------------------------|
| Recepcionista | 4221-05 | 23 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Almoxarife | 4141-05 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Carregador | 7832-20 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| Supervisor | 4101-05 | 2 | XXXX | XXXX | XXXX | XXXX |
| TOTAL GERAL | - | 80 | - | | | |

1.2. A contratação compreende 80 postos de trabalho, com jornada de **40 horas semanais** (Lei Distrital nº 7.708/2025), observando o intervalo intrajornada de 1 (uma) hora e a vedação de redistribuição dos profissionais sem anuência do DETRAN/DF.

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência nº (XXXX);
- 1.3.2. Edital do Pregão Eletrônico nº (XXXX),
- 1.3.3. A Proposta da CONTRATADA (XXXX);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO (ART. 106 E 107 DA LEI Nº 14.133/21)

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de **36 (trinta e seis) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por até 10 (dez) anos, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que atendidos os seguintes requisitos cumulativos:

- 2.1.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.1.2. Ser juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, comprovando prestação regular dos serviços;
- 2.1.3. Ser juntada justificativa escrita da Administração manifestando interesse na prorrogação;
- 2.1.4. Haver manifestação expressa da CONTRATADA informando interesse na prorrogação;
- 2.1.5. Ser comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;
- 2.1.6. Não haver registro no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal (CADIN).

2.2. A prorrogação de que trata o item anterior será formalizada por meio de Termo Aditivo, precedida de atestado da autoridade competente de que as condições e preços permanecem vantajosos para a Administração.

2.3. A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Nas eventuais prorrogações, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro período de vigência serão reduzidos ou eliminados como condição para renovação.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, constam detalhadamente no Termo de Referência nº XXXXXX (Anexo I), parte integrante deste contrato.

3.2. A execução dar-se-á na forma de **execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos do art. 48 da Lei nº 14.133/2021 e do Parecer Referencial PGDF nº 44/2023.

3.3. A gestão contratual adotará o modelo por desempenho/resultado, conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Anexo IV do Termo de Referência (Anexo I deste contrato), com aplicação mensal do Fator de Qualidade (FQ) para aferição da conformidade dos serviços prestados, cujos índices impactarão diretamente na liquidação da fatura mensal.

3.4. Durante os primeiros 3 (três) meses de vigência contratual, a título de carência para ajustes na execução dos serviços, o Valor Final da Fatura Mensal não sofrerá incidência do Fator de Qualidade (FQ), sem prejuízo da aplicação de eventuais glosas e penalidades.

3.5. O recebimento do objeto observará o rito previsto no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

3.5.1. **Provisório:** mensalmente, pela fiscalização técnica, mediante o recebimento do relatório de prestação de serviços e documentação comprobatória enviada pela CONTRATADA, para fins de conferência qualitativa e quantitativa do IMR;

3.5.2. **Definitivo:** realizado mensalmente, no prazo de até **10 (dez) dias úteis** após o recebimento provisório, mediante verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais relativas ao período, incluindo a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da CONTRATADA, com lavratura do respectivo termo circunstanciado assinado pelas partes, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

3.5.2.1. Ao encerramento definitivo do contrato, seja por término da vigência, extinção ou rescisão, será elaborado relatório final de execução, com balanço das obrigações cumpridas, pagamentos realizados, eventuais pendências trabalhistas e demais informações relevantes para a regularização contratual.

3.6. A fiscalização será exercida por gestor e fiscais designados pela DIRAG/GGERDAB, cabendo-lhes:

3.6.1. Aferir o cumprimento das metas do IMR;

3.6.2. Comunicar irregularidades no prazo de 24h;

3.6.3. Atestar as Notas Fiscais para efeito de pagamento.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. A subcontratação do objeto deste contrato é expressamente vedada, cabendo à CONTRATADA a execução direta de todos os serviços, conforme art. 77 da Lei nº 14.133/2021 e item 8.14.1.1 do Termo de Referência (Anexo I).

4.2. A CONTRATADA responderá solidariamente por eventuais subcontratações irregulares, respondendo por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais decorrentes da execução do objeto.

4.3. A Administração reserva-se o direito de verificar, a qualquer tempo, a regularidade da execução direta dos serviços, podendo aplicar sanções contratuais e administrativas em caso de descumprimento, nos termos da Cláusula Décima Terceira.

4.4. A vedação à subcontratação aplica-se especialmente à alocação de mão de obra, preservando a dedicação exclusiva dos profissionais nos locais de prestação dos serviços conforme especificado no Termo de Referência.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)**

5.1. O valor global estimado desta contratação é de R\$ XXX (xxxx), correspondendo ao valor

mensal de R\$ xxxx (xxxx), conforme Quadro de Postos de Trabalho e Planilha de Custos do Termo de Referência SEI nº XXXXXX (Anexo I).

5.2. Considerando o modelo de gestão contratual por desempenho/resultado, o Valor Final da Fatura Mensal (VF) será calculado conforme Instrumento de Medição de Resultados (IMR), aplicando-se o Fator de Qualidade (FQ) mensal conforme Anexo IV.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor é meramente estimativo, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA proporcionais aos quantitativos efetivamente prestados e atestados pela fiscalização do contrato, observadas as retenções para obrigações trabalhistas e conta vinculada.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Prazo de pagamento

6.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, desde que acompanhada da documentação exigida contratualmente e em condições de liquidação da despesa, após a devida aprovação pela fiscalização e ateste do gestor do contrato.

6.3. No caso de atraso imputável ao Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data de sua efetiva realização, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme disposto no art. 141, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Forma de pagamento

6.4. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

6.5. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

6.6. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB, exceto os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

6.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.10. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.11. O contratado regularmente optante pelo Simples nacional, nos termos da Lei Complementar nº123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Da Documentação Obrigatória para Pagamento

6.12. Para liberação de cada pagamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar,

juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:

- I - cópia da folha de pagamento do mês, resumo da folha e contracheques devidamente quitados;
- II - comprovantes de pagamento de salários, vale-transporte, auxílio-alimentação e demais benefícios previstos em contrato ou Convenção Coletiva;
- III - comprovantes de recolhimento do FGTS (GFIP ou sistema equivalente);
- IV - comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias (DCTFWeb e respectivo DARF quitado, quando aplicável);
- V - recibos de entrega de uniformes, nas competências em que houver fornecimento;
- VI - comprovantes de pagamento de férias e décimo terceiro salário, nas competências correspondentes;
- VII - documentos rescisórios completos, quando houver desligamento de empregado vinculado ao contrato.

6.12.1. A não apresentação de qualquer dos documentos elencados no item anterior ensejará a **retenção parcial da fatura mensal**, em valor proporcional ao inadimplemento, até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

6.12.2. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e das contribuições previdenciárias.

6.12.3. Quando ocorrer admissão ou demissão de empregados vinculados ao contrato, deverão ser apresentados os respectivos exames médicos admissionais ou demissionais, registros na CTPS e documentos rescisórios pertinentes.

6.12.4. A cada período de 12 (doze) meses de vigência, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados na execução contratual.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (ART. 135, § 1º)

7.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta

inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, da Lei nº 14.133/2021).

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.26. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.27. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a CONTRATADA é obrigada a fornecer plano de saúde aos empregados alocados na execução contratual. Caso o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria não contenha valor unitário específico destinado ao plano de saúde, adotar-se-á, como critério de atualização dessa rubrica por ocasião de repactuação, a variação do valor unitário do paradigma adotado quando da elaboração do orçamento pelo CONTRATANTE por ocasião da licitação.

7.28. A comprovação da concessão e do efetivo pagamento do plano de saúde deverá ser apresentada mensalmente pela CONTRATADA à fiscalização do contrato, como condição para liberação do pagamento.

7.29. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no

prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.1.9.1. Indicar pessoas expressamente nominada para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.9.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

8.1.9.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;

8.1.9.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.9.5. Demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

8.1.9.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

8.1.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Detran/DF para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

8.1.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;

8.1.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Indicar formalmente preposto, por meio de declaração contendo nome completo, CPF, documento de identidade, contatos telefônicos e qualificação profissional, o qual será aceito pela Administração para representar a CONTRATADA na execução do contrato, não sendo necessária sua permanência no local de execução dos serviços.

9.1.1.1. O preposto deverá realizar, no mínimo, **visita quinzenal** à unidade gestora do contrato, devendo comparecer sempre que convocado pelo CONTRATANTE.

9.1.1.2. Não poderão ser nomeados como prepostos os profissionais já alocados nos postos de trabalho objeto deste contrato, sendo os custos do preposto parte integrante dos custos indiretos da contratação.

9.1.1.3. A Administração poderá recusar, justificadamente, a indicação ou a permanência do preposto, hipótese em que a CONTRATADA deverá indicar substituto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.1.1.4. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 37, II, da Lei n.º 14.133/2021) prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.1.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de

terceiros;

- 9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133/2021);
- 9.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021);
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, d, da Lei nº 14.133/2021;
- 9.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.1.24. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 9.1.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.1.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.1.27. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.1.28. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.1.29. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.1.30. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade

ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;

9.1.31. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

9.1.32. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

9.1.33. Substituir o empregado ausente no prazo máximo de **90 (noventa) minutos**, contados da comunicação formal pelo fiscal do contrato, de modo a assegurar a continuidade da prestação dos serviços sem interrupção.

9.1.33.1. Substituir, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contadas de notificação formal, o empregado cuja conduta, comportamento ou desempenho seja considerado insatisfatório pela fiscalização do contrato, vedada a realocação do substituído em qualquer posto vinculado a este contrato.

9.1.33.2. Manter quadro de reserva capacitado e disponível para cobertura imediata de faltas, férias, licenças e afastamentos legais, de modo a garantir o preenchimento integral dos postos contratados sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

9.1.33.3. O não atendimento dos prazos de substituição estabelecidos nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA às glosas e penalidades previstas neste contrato e no Instrumento de Medição de Resultados — IMR (Anexo IV do Termo de Referência, Anexo I deste contrato).

9.1.33.4. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.1.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.35. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.1.35.1. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.35.2. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.1.36. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.1.37. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006;

9.1.37.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.1.37.2. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar

cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.1.38. Realizar os serviços nas dependências do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF ou onde ocorra sua atuação;

9.1.39. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento.

9.1.40. A empresa com 200 ou mais empregados está obrigada a preencher o mínimo de 0,5% a 1,5% dos seus cargos com mulheres vítimas de violência, habilitadas, na seguinte proporção:

9.1.40.1. de 200 a 500 empregados: 0,5%;

9.1.40.2. de 501 a 1.000 empregados: 1,0%;

9.1.40.3. de 1.001 empregados em diante: 1,5%.

9.1.41. O percentual disposto no item anterior não é cumulativo com outros percentuais previstos em lei.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação.

10.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.

10.6. O Contratado deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária ou seguro-garantia, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados da contratada que venham a participar da execução dos serviços contratados.

11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no **item 11.5** deste contrato.

11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5.1. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.2. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos **itens 11.5.1 a 11.5.4**, observada a legislação que rege a matéria.

11.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da data em que for notificada.

11.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.12.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, em observância ao **art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021**.

11.12.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

11.13. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.14. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.15. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.16. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

11.17. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação:

11.17.1. Do pagamento das respectivas verbas rescisórias; ou

11.17.2. Da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

11.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

12.1. Em observância à Lei Distrital nº 4.636/2011, alterada pela Lei Distrital nº 5.313/2014, e ao Decreto Distrital nº 34.649/2013, com as alterações promovidas pelos Decretos Distritais nº 36.164/2014 e nº 40.251/2019, será adotada conta-depósito vinculada — bloqueada para movimentação — como mecanismo de controle e proteção do patrimônio público do Distrito Federal.

12.2. A conta vinculada tem por finalidade assegurar recursos destinados ao pagamento das obrigações trabalhistas dos empregados vinculados à execução contratual, mitigando o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

12.3. Serão retidas mensalmente, de forma provisória, do valor bruto devido à CONTRATADA, as provisões relativas a:

I - décimo terceiro salário;

II - férias e respectivo terço constitucional;

III - multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS sobre as férias e o aviso prévio indenizado;

IV - impactos dessas parcelas sobre o décimo terceiro salário e as férias.

12.4. Os valores retidos não comporão o montante mensal pago diretamente à CONTRATADA, sendo depositados exclusivamente em conta corrente vinculada, aberta no Banco de Brasília — BRB, em nome da empresa CONTRATADA, com movimentação condicionada à prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

12.5. Previamente à assinatura do contrato, o CONTRATANTE adotarás seguintes providências:

I - solicitação formal à instituição financeira oficial para abertura da conta corrente vinculada em nome da empresa vencedora;

II - assinatura, pela CONTRATADA, de termo específico junto à instituição financeira, autorizando o CONTRATANTE a ter acesso aos saldos e extratos e condicionando a movimentação da conta à sua autorização;

III - autorização formal da CONTRATADA para que a conta somente seja movimentada mediante determinação expressa do CONTRATANTE.

12.6. Eventuais despesas relativas à abertura e manutenção da conta vinculada correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, nos termos do art. 1º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, com redação dada pelo Decreto Distrital nº 36.164/2014.

12.7. O montante depositado na conta vinculada somente poderá ser movimentado mediante autorização expressa do CONTRATANTE, após comprovação da ocorrência de evento que justifique o pagamento das provisões previstas no art. 2º do Decreto Distrital nº 34.649/2013, incluindo:

I - pagamento de férias;

II - pagamento do décimo terceiro salário;

III - pagamento de verbas rescisórias.

12.8. Para a liberação parcial dos valores retidos, a CONTRATADA deverá apresentar requerimento formal instruído com planilha eletrônica detalhada e documentação comprobatória da ocorrência do fato gerador da obrigação trabalhista.

12.9. O valor a ser liberado não poderá exceder o limite individual constituído para cada tipo de provisão, sendo vedada a utilização de recursos de uma provisão para quitação de obrigação diversa.

12.10. A liberação do saldo remanescente da conta vinculada ocorrerá ao término da vigência contratual, após certificação pela fiscalização do contrato do cumprimento integral das obrigações trabalhistas assumidas, observada a legislação aplicável.

12.11. Caso, ao término do contrato, não seja comprovado o pagamento de todas as verbas rescisórias, o CONTRATANTE poderá utilizar os valores da conta vinculada para quitação direta dessas obrigações aos trabalhadores.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

13.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

13.2. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

13.3. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA, multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

13.4. O não cumprimento da obrigação implicará:

13.4.1. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

13.4.2. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

13.4.3. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

13.5. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

13.6. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual

com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- 14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 14.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 14.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 14.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como nas alíneas 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.3. **Multa:**

14.3.1. **Multa Moratória por Atraso na Execução:** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso de até 10 (dez) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços do DETRAN/DF, conforme despacho fundamentado do fiscal do contrato.

14.3.1.1. Ultrapassado o limite de 15 (quinze) dias, cessará a incidência da multa moratória, podendo a Administração, a seu critério, optar pela extinção do contrato ou pela aplicação da multa compensatória por inexecução parcial prevista no item 13.3.4, a partir do 16º (décimo sexto) dia de atraso injustificado.

14.3.2. **Atraso Superior a 45 dias:** No caso de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos na execução dos serviços, sem regularização pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá requerer a extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

14.3.3. **Multa Moratória por Atraso na Garantia:** de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reforço da garantia. O atraso de até 5 (cinco) dias úteis poderá ser relevado, desde que não tenha gerado grave risco à Administração ou à continuidade dos serviços do DETRAN/DF.

14.3.3.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, independentemente da aplicação da multa moratória prevista no item 13.3.3.

14.3.4. **Multa Compensatória por Inexecução Parcial:** de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida do contrato, observado o valor mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato. Havendo grave risco ou dano ao funcionamento dos serviços do DETRAN/DF, a multa compensatória incidirá sobre o valor total do contrato, mediante despacho fundamentado do gestor do contrato identificando o nexo entre a inexecução parcial e o grave risco ou dano verificado.

14.3.5. **Multa Compensatória por Inexecução Total:** de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato. Havendo grave risco ou dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços do DETRAN/DF, a multa será aplicada em seu patamar máximo.

14.3.6. **Multa Compensatória por Fraude ou Inidoneidade:** de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato para as infrações descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8.

14.4. A Administração pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa. Havendo provimento da defesa, o valor retido será devolvido em até 10 (dez) dias úteis.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.7. Antes da aplicação de qualquer sanção, será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

14.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação oficial.

14.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o rito do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.11.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.11.2. As peculiaridades do caso concreto e circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.11.3. Os danos que dela provierem para o **DETRAN/DF**;

14.11.4. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

15.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como

amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

15.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

15.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021).

15.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

15.7. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

15.8. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

15.9. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

15.9.1. A garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

15.9.2. Os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

15.10. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

15.11. O contratante poderá ainda:

15.11.1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

15.11.2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

15.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 24201 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF

Fonte de Recursos: XXX

Programa de Trabalho: XXXXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXX

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial do Distrito Federal, nos termos do Decreto Distrital nº 44.330/2023.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

21.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.

21.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.

21.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.

21.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos

da Lei Distrital nº 5.087/2013.

21.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

21.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.

21.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.

21.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.

21.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

21.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

21.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.

21.13. Lei-DF nº 4.799/2012, que institui a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

21.14. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.

21.15. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.

21.16. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

21.17. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Brasília, XX de XXXX de 20XX.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXXXX

DIRETOR-GERAL - DETRAN/DF

Pela Contratada:

XXXXXX

XXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA PEREIRA PIO FERNANDES** - Matr.**0196283-3**, **Técnica em Atividades de Trânsito**, em 17/03/2026, às 14:50, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **197704454** código CRC= **A69FEE8F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -
Telefone(s): 3448-5022
Sítio - www.detran.df.gov.br

00055-00002669/2026-66

Doc. SEI/GDF 197704454